

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 204, DE 2022

(Do Poder Executivo)

MSC 673/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.617, de 14 de setembro de 2021, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Quixeramobim, Estado do Ceará.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 673

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Portarias que outorgam autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 19, de 20 de janeiro 2012 - Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Carmópolis, no município de Carmópolis - SE;
2. Portaria nº 55, de 21 de fevereiro 2014 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense, no município de Chalé - MG;
3. Portaria nº 421, de 22 de maio 2014 - Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC, no município de Santa Maria do Tocantins - TO;
4. Portaria nº 453, de 5 de junho 2015 - Associação de Difusão Comunitária Rainha, no município de Araquari - SC;
5. Portaria nº 2.259, de 16 de junho 2015 - Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária, no município de Colônia do Piauí - PI;
6. Portaria nº 3.434, de 30 de julho 2015 - Associação Anglo de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Angico - AADACESA, no município de Angico - TO;
7. Portaria nº 2.995, de 20 de agosto 2015 - Associação Comunitária e Cultural de Faxinalzinho, no município de Faxinalzinho - RS;
8. Portaria nº 6.780, de 6 de janeiro 2016 - Associação dos Locutores de Candeias MG, no município de Candeias - MG;
9. Portaria nº 2.337, de 7 de junho 2017 - Associação Rádio Comunitária Balsas FM, no município de Balsas - MA;
10. Portaria nº 5.881, de 7 de novembro 2019 - Associação Comunitária Cultural de Breu Branco, no município de Breu Branco - PA;
11. Portaria nº 6.351, de 3 de dezembro 2019 - Associação Comunitária Ipiranguense, no município de Ipiranga do Norte - MT;

12. Portaria nº 1.767, de 7 de janeiro 2021 - Associação de Comunicação Felicidade FM, no município de Belo Horizonte - MG;
13. Portaria nº 1.774, de 7 de janeiro 2021 - Associação Comunitária de Nova Bandeirantes, no município de Nova Bandeirantes - MT;
14. Portaria nº 1.779, de 21 de janeiro 2021 - Associação São Chico Nas Ondas de Rádio, no município de São Francisco de Paula - RS;
15. Portaria nº 2.231, de 19 de março 2021 - Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Bem Bom, no município de Casa Nova - BA;
16. Portaria nº 2.233, de 19 de março 2021 - Associação de Promoção Educativa e Cultural de Cocos, no município de Cocos - BA;
17. Portaria nº 3.359, de 14 de agosto 2021 - Associação Comunitária Distrito de Santa Rosa - ACDSR, no município de Formosa - GO;
18. Portaria nº 3.520, de 2 de setembro 2021 - Associação de Radiofusão Comunitária Alternativa FM, no município de Peritoró - MA;
19. Portaria nº 3.617, de 14 de setembro 2021 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, no município de Quixeramubim - CE;
20. Portaria nº 4.107, de 18 de novembro 2021 - Associação Comunitária Silvino Brito - ACSB, no município de Massapê - CE;
21. Portaria nº 6.242, de 21 de julho 2022 - Associação Comunitária de Radiodifusão de São José do Norte, no município de São José do Norte - RS; e
22. Portaria nº 6.449, de 18 de agosto 2022 - Associação Comunitária de Radiodifusão Ponta da Serra FM, no município de Betânia do Piauí - PI.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.



Brasília, 26 de Janeiro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.071938/2018-62, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação, para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, inscrita no CNPJ nº 26.124.285/0001-66, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quixeramobim/CE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3415/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, complementado pela Nota nº 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e pelo Parecer nº 00141/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AG, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 3.617, de 14 de setembro de 2021, publicada no DOU de 27/10/2021.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/10/2021 | Edição: 203 | Seção: 1 | Página: 36

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 3.617, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art.9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.071938/2018-62, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, inscrita no CNPJ sob nº 26.124.285/0001-66, cuja sede se situa na Vila de Nenelândia, S/N - Distrito de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 1972/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.071938/2018-62.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/01/2022, às 19:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9289883** e o código CRC **16A581EA**.

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA			
Nome Fantasia:	"FM NENELANDIA"	CNPJ:	26.124.285/0001-66	
Endereço de Sede:	VILA DE NENELANDIA, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA			
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP: 63.800-000
Nome do representante legal:	MARIANA VERAS ARRUDA'			
Endereço eletrônico (e-mail):	nenelandiafm@gmail.com			

Endereço de Correspondência:	VILA DE NENELANDIA, S/Nº – DISTRITO DE NENELANDIA			
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP: 63.800-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	VILA DE NENELANDIA, S/Nº – DISTRITO DE NENELANDIA			
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP: 63.800-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: (05)° (26)' (29)"(N/S)			
	Longitude: (39)° (11)' (51)"W			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 241, publicado no Diário Oficial da União de 02 de Outubro de 2.018, Seção 3, pág. 14, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 04/12/18 às 16:00 horas

Assinatura: [Assinatura]

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
- XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	MARIANA VERAS ARRUDA				
Cargo:	DIRETORA-PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	066772980728
RG:	2007143397-4	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	021.705.783-74
Endereço:	VILA DE NENELANDIA, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA				
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP:	63.800-00
Assinatura:	<i>Mariana Veras Arruda</i>				

Nome do dirigente:	LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA				
Cargo:	DIRETOR-ADMINISTRATIVO			Tit. Eleitor:	037913700701
RG:	2008532900-7	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	010.378.603-14
Endereço:	VILA DE NENELANDIA, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA				
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP:	63.800-000
Assinatura:	<i>Luiz Carlos Paz Holanda</i>				

Nome do dirigente:	JAYNY RUFINO DA SILVA				
Cargo:	DIRETORA-FINANCEIRA			Tit. Eleitor:	084563360728
RG:	2008243173-0	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	050.188.173-56
Endereço:	FAZENDA CANGATI, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA				
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP:	63.800-000
Assinatura:	<i>Jayny Rufino da Silva.</i>				

Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício da Comarca de Quixeramobim – Ceará

Rua Bougeval Leão, 678 – Centro

CEP 63800-000 Fone: (088) 3441-1294

E-mail: cartorioqueirozrocha@yahoo.com.br

*Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Protesto de Títulos,
Procurações, Escrituras, Autenticações, Reconhecimento de Firmas*

Daniel Queiroz Rocha

Oficial

CERTIDÃO

Certifico por solicitação verbal da própria parte interessada, para documento seu, após a competente busca e para que surta todos os seus devidos e legais efeitos, que revendo por este Cartório, o Livro de Folhas Soltas nº “B-16”, de Registro de Pessoas Jurídicas, consta o registro nº “1.562”, datado de hoje, referente ao **REGISTRO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODEFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**. O referido é verdade. Dou fé.

Quixeramobim, 29 de Junho de 2016.



Antonia Célia Félix de Melo
Escrevente Autorizada

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Art. 1º - **A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, se constitui como pessoa jurídica de direito privado, **sem fins lucrativos**, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

Art. 2º - A sede da Associação será no Município de **QUIXERAMOBIM**, Estado do **CEARÁ**, **NA VILA DE NENELÂNDIA**, **S/Nº - DISTRITO DE NENELÂNDIA - CEP: 63.800-000**.

Art. 3º - A Associação terá como finalidades:

I) Execução e instalação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitária, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral do **Distrito de Nenelândia**, Município de **Quixeramobim** (CE), mediante autorização que lhe for outorgada pelo Poder Concedente, conforme o disposto nos incisos de I a V do Art. 3º da Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1.998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como:

I.a.) - Beneficiar a comunidade com vista a:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

I.b.) - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros a comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção política-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

II.) Operar de forma compartilhada faixas da programação do **CANAL DA CIDADANIA**, em canal designado e mediante autorização do Poder

JRS

Concedente, conforme disposição contida no inciso "IV", § 3º do Artigo 13 do Decreto nº 5.820, de 29/06/2006, alterado pelo Decreto nº 7.670, de 2012.

Art. 4º - A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, entidade de classe, beneméritas, religiosa, ou de moradores desde que legalmente constituídas, e, que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da entidade.

§ 1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

Art. 6º - Ficam criadas duas categorias de associados, a saber:

1. **CONTRIBUENTES** - São considerados contribuintes quaisquer pessoas física ou jurídica que contribuam mensalmente com a quantia estipulada pela Assembléia Geral.

2. **BENEMÉRITOS** - Quaisquer pessoas física ou jurídica que tenham prestado relevantes serviços à **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** e à coletividade.

Art. 7º - Terão direito a voto nas assembleias as duas categorias de associados: beneméritos e contribuintes, estes últimos, desde que em dia com sua contribuição.

§ 1º - Fica assegurado a todos os associados, pessoas físicas e jurídicas, estes através dos seus representantes legais, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos de administração e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e em todas as instâncias deliberativas.

§ 2º - Fica assegurado a todos os associados, pessoas jurídicas, através dos seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas.

Art. 8º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro de associados, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a Diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Art. 9º - São Direitos dos Associados:

a) Participar das Assembleias Gerais, discutir, votar e ser votado para qualquer cargo na Associação;

b) Participar de quaisquer atividades promovidas pela Associação;

c) Usufruir dos benefícios e vantagens que a Associação venha a instituir e a oferecer;

d) Propor por escrito a Diretoria quaisquer medidas e atividade que julgar de interesse da Associação.

Art. 10 - São Deveres dos Associados:

- a) Respeitar e cumprir as determinações do Estatuto Social da entidade;
- b) Contribuir mensalmente com uma quantia fixada pela Assembleia Geral, prestigiando a Associação;
- c) Zelar pelo patrimônio moral e material da Associação.

CAPÍTULO III
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - A organização administrativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** é constituída dos seguintes órgãos:

- I – ASSEMBLÉIA GERAL**, órgão deliberativo;
- II – DIRETORIA**, órgão executivo;
- III – CONSELHO FISCAL**, órgão de controle interno.

SEÇÃO I
ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12 - A Assembleia Geral, órgão soberano da vontade social, será constituída pelos associados, conforme previsto no Artigo 7º deste Estatuto.

Art. 13 - A Assembleia Geral será dirigida pelo Diretor (a) Presidente da Associação, que convocará um ou dois associados presentes para servir de secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembleia.

Art. 14 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre (em janeiro, abril, julho e outubro) e, extraordinariamente, por convocação do Presidente, pela maioria dos integrantes do Conselho Fiscal, garantindo a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Art. 15 - As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por notificação pessoal escrita, indicando as matérias a serem discutidas e votadas. Sendo esta notificação impossível, serão convocadas por meio de edital publicado em órgão da imprensa local, em cujo texto constará da ordem do dia.

§ 1º - As Assembleias instalar-se-ão, em primeira convocação, com maioria absoluta do total de associados com direito a voto, e, em segunda convocação, trinta minutos depois, com um mínimo de 1/10 (um décimo) dos associados aptos a votar.

§ 2º - As Assembleias com o escopo de destituir administradores e alterar o Estatuto, deverão ser convocadas especialmente para este fim, conforme preceito insito no parágrafo único do art. 59 do Código Civil, cuja deliberação exigirá o voto concorde de pelos menos 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 16 - São atribuições da Assembleia Geral:

- a) Eleger o Presidente e os demais integrantes da Diretoria da Associação;
- b) Eleger os membros do Conselho Comunitário, obedecendo rigorosamente às exigências formuladas pelo Artigo 8º da Lei nº 9.612/98;

c) Apreciar os relatórios e contas da Diretoria, balanço patrimonial e prestação de contas, requisitando às informações que julgar necessárias, depois do parecer do Conselho Fiscal;

d) Conferir título de associado benemérito da Associação a pessoas físicas ou jurídicas que, a critério da Diretoria, sejam consideradas dele merecedoras; bem como a demissão e exclusão de associados;

e) Autorizar proposta da Diretoria para aquisição ou alienação de bens da Associação, ou constituição de ônus sobre os mesmos;

f) Promover a fiel observância deste Estatuto, podendo alterá-lo, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga de autorização para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme legislação específica para o serviço;

g) Aprovar, por proposta da maioria dos associados, a extinção da Associação e a destinação de seu patrimônio, na forma do Artigo 36;

h) Deliberar sobre casos omissos.

SEÇÃO II **DIRETORIA**

Art. 17 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de 04 (Quatro) anos, permitida a reeleição para apenas mais um período.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros da Diretoria deverão manter residência na área da comunidade a ser atendida pela emissora.

Art. 18 - Os membros da Diretoria deverão ser Brasileiros Natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e não poderão estar no exercício de mandatos eletivos que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercerem cargo de supervisão ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro privilegiado.

Art. 19 - A Diretoria será constituída de:

- I - Presidente;
- II - Diretor(a) - Administrativo(a); e
- III - Diretor(a) - Financeiro(a).

Art. 20 - Compete a Diretoria Executiva:

a) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;

b) Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, até 28 (vinte e oito) de fevereiro, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício findo;

c) Orientar toda a administração da Associação;

d) Compor o quadro de pessoal da **FM COMUNITÁRIA**, privilegiando os membros da comunidade atendida pela emissora.

e) Apresentar ao Conselho Comunitário a programação da emissora, atendendo, exclusivamente, os interesses da comunidade e dos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Lei reguladora do serviço de Radiodifusão Comunitária;

f) Apresentar à Assembléia Geral os nomes das pessoas físicas ou jurídicas merecedoras do título de associado benemérito da Associação.

Art. 21 - São atribuições do Diretor (a) - Presidente:

a) Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, necessário ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;

b) Representar a Associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;

c) Em conjunto com o Diretor (a) – Financeiro (a), abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;

d) Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ocorrendo à vacância do cargo de Presidente o Diretor (a) – Administrativo (a) assumirá o cargo e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

Art. 22 – Compete ao Diretor (a) – Administrativo (a):

a) Substituir o Diretor (a) - Presidente em suas faltas ou impedimentos;

b) Desempenhar as funções que o Diretor (a) - Presidente lhe confiar;

c) Secretariar as reuniões da Diretoria, lavrando as respectivas atas, revestindo-as das formalidades legais e respondendo ainda pelo seu arquivamento;

d) Publicar todas as atividades da Associação;

e) Assinar as correspondências da Associação em conjunto com o Presidente;

f) Superintender os serviços da Secretaria;

g) Atender às solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da Associação;

h) Desempenhar as funções de relações públicas da Associação;

Art. 23 - São atribuições do Diretor (a) – Financeiro (a):

a) Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;

b) Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação;

c) Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o Diretor (a) - Presidente os cheques e ordem de pagamento;

d) Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil e o patrimônio móvel e imóvel da Associação;

e) Elaborar e apresentar o relatório patrimonial à Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

SEÇÃO III **CONSELHO FISCAL**

Art. 24 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral, com seus respectivos suplentes.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º - Em caso de vacância ou impedimento, assume o respectivo suplente.

Art. 25 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros de escrituração da associação;
- b) Examinar os relatórios e a escrituração contábil apresentados pelo Diretor (a) – Financeiro (a), opinando a respeito;
- c) Opinar sobre aquisição e alienação de bens ou constituição de ônus sobre os mesmos.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 26 - A cada eleição, será nomeada pela Assembléia Geral um comissão eleitoral para reger o pleito. A mesma deverá elaborar um regimento interno da eleição, respeitando as cláusulas deste estatuto. Não poderão fazer parte da comissão: concorrente(s) ao (s) cargo (s), nem pessoas da Diretoria.

Art. 27 - As eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal se darão a cada quatro anos (Art. 17 e Art. 24, § 1º deste Estatuto), e serão convocadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante a publicação de edital, circular alusiva para os associados que estiverem em dia com suas obrigações. Estas se darão por voto secreto e somente no caso de chapa única será por aclamação.

CAPÍTULO V PATRIMÔNIO

Art. 28 - O patrimônio da Associação é constituído:

- a) Das contribuições dos seus associados, doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido pela **FM COMUNITÁRIA**.
- b) Pelos bens ou direito adquiridos ou concedidos à entidade por qualquer forma legalmente admitida.

Art. 29 - A receita da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 30 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 31 - Até o dia 30 de Novembro de cada ano, a Diretoria apresentará à Assembléia Geral a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas, separadamente, as receitas e despesas de capital e operação.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - Caso a **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** obtenha do Poder Concedente outorga para explorar o serviço de radiodifusão comunitária, será criado um Conselho Comunitário, composto de 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: Associação de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

Art. 33 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, colaborando com a Diretoria Executiva na elaboração desta programação, com vista ao atendimento dos interesses exclusivos da comunidade e aos princípios do Artigo 4º da Lei de Radiodifusão Comunitária.

Art. 34 - Os integrantes da Associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

Art. 35 - Os integrantes da Associação são pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que, com dolo ou culpa, causem danos à associação, bem como, nas mesmas condições, a terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedado aos integrantes dos órgãos da Associação conceder aval ou fiança em nome da instituição.

Art. 36 - Ocorrendo dissolução da Associação, os bens que integram seu patrimônio passarão a outra instituição com finalidades iguais e semelhantes.

Nenelândia - Quixeramobim(CE), 20 de Junho de 2.016



MARIANA VERAS ARRUDA

Diretora – Presidente

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 03\09\1.988, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007143397-4 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 021.705.783-74.



LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA

Diretor- Administrativo

Brasileiro, solteiro, maior, nascido em 07\04\1975, Agricultor, residente e domiciliado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portador da cédula de identidade RG Nº 2008532900-7 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 010.378.603-14.

Jayny Rufino da Silva
JAYNY RUFINO DA SILVA

Diretora – Financeira

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 23/05/1.997, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Fazenda Cangati, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2008243173-0 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 050.188.173-56.

Margareth Cordeiro Maciel

MARGARETH CORDEIRO MACIEL

Conselho Fiscal

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 14/11/1.970, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Rua Sebastião Ferreira, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 1892550-89 – S.S.P.\CE e do CPF de nº 510.458.693-68.

Tabita Feitosa de Oliveira

TABITA FEITOSA DE OLIVEIRA

Conselho Fiscal

Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Localidade Poço da Pedra, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007021012812–S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 041.571.513-

5.



Protocolo Nº	<i>A-01</i>	Nº	<i>4185</i>
Registro Nº	<i>1562</i>	Livro	<i>B.18</i>
Matrícula:			
Averbção:			
Quixeramobim	<i>29</i>	de	<i>06</i> de 20 <i>16</i>

Antonia Célia Félix de Melo
Escrevente Autorizada



CARTORIO QUEIROZ ROCHA
Rua Bougeval Leão, 678-Centro
Reconheço (POR SEMELHANÇA) a firma de: **MARIANA VERAS ARRUDA**, DOU PE. Quixeramobim-Ceará, 29/06/2016.

Antonia Célia Félix de Melo
ANTONIA CELIA FELIX DE MELO

{SS:,00}{TT:0,00}

WCPH *JRS*

Mescul *TFO*

ATA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO


ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

Aos Vinte dias do mês de Junho do ano de 2.016 (Dois Mil e Dezesesseis), às 20:00 (Vinte) horas, no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº – Distrito de Nenelândia, reuniram-se, sob a presidência da **SRª. MARIANA VERAS ARRUDA**, com a finalidade de deliberar a respeito dos atos preliminares da referida Associação, os quais convidaram a mim, **LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA**, para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião a Presidente, usando da palavra, disse que, como é do conhecimento de todos os presentes, esta Assembléia objetiva tratar da constituição de uma Associação, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitário, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1.998 e operar de forma compartilhada o Canal da Cidadania. Esclareceu que: a) A Associação pleiteará junto aos competentes órgãos do Governo Federal a outorga de autorização para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, no **DISTRITO DE NENELÂNDIA**, no Município de **Quixeramobim**, Estado do **Ceará**, em canal designado pelo Poder Concedente a nível nacional (Artigo 5º); b) Para tanto, é necessário aprovar o Estatuto, bem como autorizar o (a) Diretor (a) Presidente a praticar todos os atos necessários à constituição definitiva da Associação. Em seguida, a Presidente determinou que fosse feita a leitura do projeto do Estatuto, por mim, Secretário. Finda a leitura, a Presidente pôs em discussão o projeto do Estatuto e, como ninguém se manifestou a respeito, foi o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida procedeu-se a eleição dos membros dos órgãos da administração da Associação, conforme os Artigos 17 e 24, apurando-se o seguinte resultado. Para a Diretoria foram eleitos por aclamação: a) **DIRETORA - PRESIDENTE – MARIANA VERAS ARRUDA**: Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 03/09/1.988, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007143397-4 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 021.705.783-74; b) **DIRETOR – ADMINISTRATIVO – LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA**: Brasileiro, solteiro, maior, nascido em 07/04/1975, Agricultor, residente e domiciliado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portador da cédula de identidade RG Nº 2008532900-7 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 010.378.603-14 e c) **DIRETORA – FINANCEIRA – JAYNY RUFINO DA SILVA**: Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 23/05/1.997, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Fazenda Cangati, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2008243173-0 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 050.188.173-56. **CONSELHO FISCAL**: a) **MARGARETH CORDEIRO MACIEL**: Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 14/11/1.970, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Rua Sebastião Ferreira, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 1892550-89 – S.S.P.\CE e do CPF de nº 510.458.693-68 e b) **TABITA FEITOSA**

1
[Assinaturas manuscritas: MARIANA VERAS ARRUDA, LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA, JAYNY RUFINO DA SILVA, MARGARETH CORDEIRO MACIEL, TABITA FEITOSA]

DE OLIVEIRA: Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Localidade Poço da Pedra, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007021012812-S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 041.571.513-5. A Presidente lembrou aos presentes que em face do exíguo número de associados comparecentes nesta assembléia, ficamos impossibilitados de eleger os membros suplentes do Conselho Fiscal, conforme previsão contida no Artigo 24 do Estatuto Social. Em seguida a Presidente da Assembléia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, devendo ser processada a inscrição dos atos constitutivos no Cartório de registro de Pessoas Jurídicas da comarca e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal. Prosseguindo, a Presidente facultou a palavra e como ninguém quisesse dela fazer uso, determinou a suspensão da Assembléia pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Finalmente, a Presidente comunicou que, em face da aprovação do Estatuto pela Assembléia, da eleição da Diretoria e dos membros efetivos do Conselho Fiscal, daria início, imediatamente, aos atos necessários à constituição da ASSOCIAÇÃO, na forma exigida por lei, no que obteve a concordância unânime dos presentes.

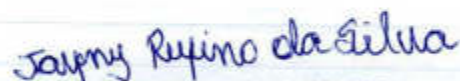
Nenelândia - Quixeramobim(CE), 20 de Junho de 2.016


MARIANA VERAS ARRUDA
Diretora – Presidente

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 03\09\1.988, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007143397-4 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 021.705.783-74.


LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA
Diretor- Administrativo

Brasileiro, solteiro, maior, nascido em 07\04\1975, Agricultor, residente e domiciliado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portador da cédula de identidade RG Nº 2008532900-7 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 010.378.603-14.


JAYNY RUFINO DA SILVA
Diretora – Financeira

Brasileira, Solteira, Maior, nascida m 23\05\1.997, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Fazenda Cangati, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2008243173-0 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 050.188.173-56.

Margareth Cordeiro Maciel

MARGARETH CORDEIRO MACIEL

Conselho Fiscal

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 14/11/1.970, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Rua Sebastião Ferreira, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 1892550-89 - S.S.P.\CE e do CPF de nº 510.458.693-68.

Tabita Feitosa de Oliveira

TABITA FEITOSA DE OLIVEIRA

Conselho Fiscal

Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Localidade Poço da Pedra, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007021012812 - S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 041.571.513-5.



Protocolo Nº	A-01 Nº 1184
Registro Nº	1.561 Livro B.18
Matrícula:	
Averbação:	
Quixeramobim	29 de 06 de 2016

Antônia Célia Félix de Melo
Escrevente Autorizada



[ISS:00][TT:0.00]

Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício da Comarca de Quixeramobim – Ceará

Rua Bougeval Leão, 678 – Centro

CEP 63800-000 Fone: (088) 3441-1294

E-mail: cartorioqueirozrocha@yahoo.com.br

*Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Protesto de Títulos,
Procurações, Escrituras, Autenticações, Reconhecimento de Firmas*

Daniel Queiroz Rocha

Oficial

CERTIDÃO

Certifico por solicitação verbal da própria parte interessada, para documento seu, após a competente busca e para que surta todos os seus devidos e legais efeitos, que revendo por este Cartório, o livro n.º A-18(A), de Registro de Pessoas Jurídicas, consta o registro n.º "1.565", datado de 29 de junho de 2016, referente a **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**. Certifico mais e finalmente que à margem do supramencionado registro, consta a averbação datada de 30 de outubro de 2018, A-22, Protocolo n.º 1.421, referente a **PRIMEIRA ALTERAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**. O referido é verdade. Dou fé.

Quixeramobim, 30 de outubro de 2018.

Ana Kelly de Lima Holanda

Ana Kelly de Lima Holanda
Escrevente Autorizada

Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício

Daniel Queiroz Rocha

Tar

CEP 63800 - Quixeramobim-CE

Fone: 3441-1294



PRIMEIRA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Art. 1º - **A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas desta comarca – Cartório Queiroz Rocha – 2º Ofício, no livro de folhas soltas "B16", sob o nº "1.562", em 29 de junho de 2016, se constitui como pessoa jurídica de direito privado, **sem fins lucrativos**, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

Art. 2º - A sede da Associação será no Município de **QUIXERAMOBIM**, Estado do **CEARÁ**, **NA VILA DE NENELÂNDIA**, **S/Nº - DISTRITO DE NENELÂNDIA - CEP: 63.800-000**.

Art. 3º - A Associação terá como finalidades:

I) Execução e instalação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitária, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral do **Distrito de Nenelândia**, Município de **Quixeramobim** (CE), mediante autorização que lhe for outorgada pelo Poder Concedente, conforme o disposto nos incisos de I a V do Art. 3º da Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1.998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como:

I) - Beneficiar a comunidade com vista a:

a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

b) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II) - Respeitar e atender aos seguintes princípios:

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros a comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção política-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Art. 4º - A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais e de forma gratuita, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, entidade de classe, beneméritas, religiosa, ou de moradores desde que legalmente constituídas e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

Art. 6º - Ficam criadas duas categorias de associados, a saber:

1. CONTRIBUINTES - São considerados contribuintes quaisquer pessoas física ou jurídica que contribuam mensalmente com a quantia estipulada pela Assembléia Geral.

2. BENEMÉRITOS - Quaisquer pessoas física ou jurídica que tenham prestado relevantes serviços à **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** e à coletividade.

Art. 7º - Terão direito a voz e voto nas assembleias as duas categorias de associados: beneméritos e contribuintes, estes últimos poderão ser votados para todos os órgãos da administração e deliberativo, desde que em dia com sua contribuição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado aos associados pessoas físicas o direito de escolher, mediante o voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, e aos associados pessoas jurídicas, através dos seus representantes legais, o direito de votarem para os cargos diretivos.

Art. 8º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro de associados, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a Diretoria que, frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

Art. 9º - São Direitos dos Associados:

- a) Participar das Assembléias Gerais, discutir, votar e ser votado para qualquer cargo na Associação;
- b) Participar de quaisquer atividades promovidas pela Associação;
- c) Usufruir dos benefícios e vantagens que a Associação venha a instituir e a oferecer;
- d) Propor por escrito a Diretoria quaisquer medidas e atividade que julgar de interesse da Associação.

Art. 10 - São Deveres dos Associados:

- a) Respeitar e cumprir as determinações do Estatuto Social da entidade;
- b) Contribuir mensalmente com uma quantia fixada pela Assembléia Geral, prestigiando a Associação;
- c) Zelar pelo patrimônio moral e material da Associação.

CAPÍTULO III ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - A organização administrativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** é constituída dos seguintes órgãos:

- I – ASSEMBLÉIA GERAL**, órgão deliberativo;
- II – DIRETORIA**, órgão executivo;
- III – CONSELHO FISCAL**, órgão de controle interno.

SEÇÃO I ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12 - A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, será constituída pelos associados, conforme previsto no Artigo 7º deste Estatuto.

Art. 13 - A Assembléia Geral será dirigida pelo Diretor (a) Presidente da Associação, que convocará um ou dois associados presentes para servir de secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembléia.

Art. 14 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre (em janeiro, abril, julho e outubro) e, extraordinariamente, por convocação do Presidente, pela maioria dos integrantes do Conselho Fiscal, garantindo a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Art. 15 - As reuniões da Assembléia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por notificação pessoal escrita, indicando as matérias a serem discutidas e votadas. Sendo esta

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

notificação impossível, serão convocadas por meio de edital afixado na sede da associação.

§ 1º - As Assembléias instalar-se-ão, em primeira convocação, com maioria absoluta do total de associados com direito a voto, e, em segunda convocação, trinta minutos depois, com um mínimo de 1/10 (um décimo) dos associados aptos a votar.

§ 2º - As Assembléias com o escopo de destituir administradores e alterar o Estatuto, deverão ser convocadas especialmente para este fim, conforme preceito insito no parágrafo único do art. 59 do Código Civil, cuja deliberação exigirá o voto concorde de pelos menos 2\3 (dois terços) dos presentes.

Art. 16 - São atribuições da Assembléia Geral:

a) Eleger o Presidente e os demais integrantes da Diretoria da Associação;

b) Eleger os membros do Conselho Comunitário, obedecendo rigorosamente às exigências formuladas pelo Artigo 8º da Lei nº 9.612/98;

c) Apreciar os relatórios e contas da Diretoria, balanço patrimonial e prestação de contas, requisitando às informações que julgar necessárias, depois do parecer do Conselho Fiscal;

d) Conferir título de associado benemérito da Associação a pessoas físicas ou jurídicas que, a critério da Diretoria, sejam consideradas dele merecedoras; bem como a demissão e exclusão de associados;

e) Autorizar proposta da Diretoria para aquisição ou alienação de bens da Associação, ou constituição de ônus sobre os mesmos;

f) Promover a fiel observância deste Estatuto, podendo alterá-lo, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga de autorização para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme legislação específica para o serviço;

g) Aprovar, por proposta da maioria dos associados, a extinção da Associação e a destinação de seu patrimônio, na forma do Artigo 36;

h) Deliberar sobre casos omissos.

SEÇÃO II DIRETORIA

Art. 17 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de 04 (Quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros da Diretoria deverão manter residência na área da comunidade a ser atendida pela emissora.

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

Art. 18 - Os membros da Diretoria deverão ser Brasileiros Natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e não poderão estar no exercício de mandatos eletivos que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercerem cargo de supervisão ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro privilegiado.

Art. 19 - A Diretoria será constituída de:

- I - Presidente;
- II - Diretor(a) - Administrativo(a); e
- III - Diretor(a) - Financeiro(a).

Art. 20 - Compete a Diretoria Executiva:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;
- b) Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, até 28 (vinte e oito) de fevereiro, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício findo;
- c) Orientar toda a administração da Associação;
- d) Compor o quadro de pessoal da **FM COMUNITÁRIA**, privilegiando os membros da comunidade atendida pela emissora.
- e) Apresentar ao Conselho Comunitário a programação da emissora, atendendo, exclusivamente, os interesses da comunidade e dos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Lei reguladora do serviço de Radiodifusão Comunitária;
- f) Apresentar à Assembléia Geral os nomes das pessoas físicas ou jurídicas merecedoras do título de associado benemérito da Associação.

Art. 21 - São atribuições do Diretor (a) - Presidente:

- a) Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, necessário ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- b) Representar a Associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- c) Em conjunto com o Diretor (a) - Financeiro (a), abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- d) Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo à vacância do cargo de Presidente o Diretor (a) - Administrativo (a) assumirá o cargo e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

Art. 22 - Compete ao Diretor (a) - Administrativo (a):

- a) Substituir o Diretor (a) - Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Desempenhar as funções que o Diretor (a) - Presidente lhe confiar;

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

c) Secretariar as reuniões da Diretoria, lavrando as respectivas atas, revestindo-as das formalidades legais e respondendo ainda pelo seu arquivamento;

d) Publicar todas as atividades da Associação;

e) Assinar as correspondências da Associação em conjunto com o Presidente;

f) Superintender os serviços da Secretaria;

g) Atender às solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da Associação;

h) Desempenhar as funções de relações públicas da Associação;

Art. 23 - São atribuições do Diretor (a) - Financeiro (a):

a) Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;

b) Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação;

c) Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o Diretor (a) - Presidente os cheques e ordem de pagamento;

d) Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil e o patrimônio móvel e imóvel da Associação;

e) Elaborar e apresentar o relatório patrimonial à Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

SEÇÃO III CONSELHO FISCAL

Art. 24 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral, com seus respectivos suplentes.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º - Em caso de vacância ou impedimento, assume o respectivo suplente.

Art. 25 - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Examinar os livros de escrituração da associação;

b) Examinar os relatórios e a escrituração contábil apresentados pelo Diretor (a) - Financeiro (a), opinando a respeito;

c) Opinar sobre aquisição e alienação de bens ou constituição de ônus sobre os mesmos.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 26 - A cada eleição, será nomeada pela Assembléia Geral um comissão eleitoral para reger o pleito. A mesma deverá elaborar um regimento interno da eleição, respeitando as cláusulas deste estatuto.

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

Não poderão fazer parte da comissão: concorrente(s) ao (s) cargo (s), nem pessoas da Diretoria.

Art. 27 - As eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal se darão a cada quatro anos (Art. 17 e Art. 24, § 1º deste Estatuto), e serão convocadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante a publicação de edital, circular alusiva para os associados que estiverem em dia com suas obrigações. Estas se darão por voto secreto e somente no caso de chapa única será por aclamação.

CAPÍTULO V PATRIMÔNIO

Art. 28 - O patrimônio da Associação é constituído:

a) Das contribuições dos seus associados, doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido pela **FM COMUNITÁRIA**.

b) Pelos bens ou direito adquiridos ou concedidos à entidade por qualquer forma legalmente admitida.

Art. 29 - A receita da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 30 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 31 - Até o dia 30 de Novembro de cada ano, a Diretoria apresentará à Assembléia Geral a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas, separadamente, as receitas e despesas de capital e operação.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - Caso a **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** obtenha do Poder Concedente outorga para explorar o serviço de radiodifusão comunitária, será criado um Conselho Comunitário, composto de 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: Associação de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

Art. 33 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, colaborando com a Diretoria Executiva na elaboração desta programação, com vista ao atendimento dos interesses exclusivos da comunidade e aos princípios do Artigo 4º da Lei de Radiodifusão Comunitária.

Art. 34 - Os integrantes da Associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

Art. 35 - Os integrantes da Associação são pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que, com dolo ou culpa, causem danos à associação, bem como, nas mesmas condições, a terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado aos integrantes dos órgãos da Associação conceder aval ou fiança em nome da instituição.

Art. 36 - Ocorrendo dissolução da Associação, os bens que integram seu patrimônio passarão a outra instituição com finalidades iguais e semelhantes.

Art. 37 - A presente alteração estatutária foi aprovada em reunião da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de Outubro de 2018, e entrará em vigor a partir da competente averbação no Cartório Rocha Queiroz.

Nenelândia - Quixeramobim(CE), 26 de Outubro de 2.018

2º Ofício de
Quixeramobim-CE



Mariana Veras Arruda

MARIANA VERAS ARRUDA

Diretora - Presidente

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 03\09\1.988, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007143397-4 - S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 021.705.783-74.

2º Ofício de
Quixeramobim-CE



Luiz Carlos Paz Holanda

LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA

Diretor- Administrativo

Brasileiro, solteiro, maior, nascido em 07\04\1975, Agricultor, residente e domiciliado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portador da cédula de identidade RG Nº 2008532900-7 - S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 010.378.603-14.

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

2º Ofício de
Quixeramobim-CE

Jayny Rufino da Silva

JAYNY RUFINO DA SILVA

Diretora – Financeira

Brasileira, Solteira, Maior, nascida m 23\05\1.997, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Fazenda Cangati, s\º - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2008243173-0 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 050.188.173-56.

2º Ofício de
Quixeramobim-CE

Margareth Cordeiro Maciel

MARGARETH CORDEIRO MACIEL

Conselho Fiscal

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 14\11\1.970, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Rua Sebastião Ferreira, s\º - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 1892550-89 – S.S.P.\CE e do CPF de nº 510.458.693-68.

2º Ofício de
Quixeramobim-CE

Tabita Feitosa de Oliveira

TABITA FEITOSA DE OLIVEIRA

Conselho Fiscal

Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão parcial de bens, agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Localidade Poço da Pedra, s\º - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007021012812 – S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 041.571.513-5.

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Nº CL 395840
30/10/2018
CORDEIRO MACIEL, MARGARETH
DA VERDE, DOU FÉ.
QUIXERAMOBIM-CE.
ANAKELLY DE LIMA HOLANDA



Protocolo Nº A-01 Nº 1.421
Registro Nº 1.565 Livro A-18
Matricula: _____
Averbação: à margem do registro
supra
Quixeramobim-CE, 30 de 10 de 2018
Ana Kelly de Lima Holanda
Escritura Autógrafa

Cartório Queiroz Rocha
2º Ofício
Daniel Queiroz Rocha
Tabelião
Nº 63800-000
Quixeramobim-CE
Fone: 3441-1294

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Nº CL 395840
30/10/2018
CORDEIRO MACIEL, MARGARETH
DA VERDE, DOU FÉ.
QUIXERAMOBIM-CE.
ANAKELLY DE LIMA HOLANDA

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**

Aos 26 (vinte e Seis) dias do mês de Outubro do ano de 2.018 (dois mil e dezoito), às 19h00min (dezenove) horas, na Vila de Nenelândia, s/nº (sem numero) – Distrito de Nenelândia, município de Quixeramobim, Estado do Ceará, sede desta associação, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, órgão soberano da vontade social (Artigo 12), convocada pela presidente da Diretoria Executiva (Artigo 14 do Estatuto Social), através de notificação pessoal escrita e edital afixado na sede desta associação, sob a presidência do **SRª. MARIANA VERAS ARRUDA** (Artigo 13), que convidou a mim, **LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA**, para secretariar os trabalhos, com o objetivo de deliberar sobre a reforma estatutária (Artigo 59, inciso "II" do Código Civil e Artigo 18 do Estatuto). Dando início aos trabalhos, a Presidente comunicou aos presentes que esta Associação participará do Edital de Seleção Pública nº 241/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União, edição de 02 de Outubro de 2.018, Seção 3, página 14, originário do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que tem como objeto a outorga de autorização, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitário, neste Município, designando o canal 285 (Frequência 104.9 MHz). Para tanto, é necessário alterar alguns dispositivos do Estatuto Social, fins adaptar ao disposto no Artigo 40 da Portaria nº 4.334/2.15-MC, que aprovou a Norma Reguladora do Serviço, alterado pela Portaria nº 1.909, de 6/4/2.017. Fins atender o disposto no inciso II do Artigo 40, fica alterado o Artigo 5º, com a seguinte redação: "Art. 5º -. São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais e de forma gratuita, forem residentes na área de atuação da emissora, mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, entidade de classe, beneméritas, religiosa, ou de moradores desde que legalmente instituídas e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da entidade." Fins atender ao disposto no Artigo 40, incisos III e IV da Norma Reguladora, foi alterado o Artigo 7º, com a seguinte redação: "Art. 7º - Terão direito a voto nas assembleias as duas categorias de associados: beneméritos e contribuintes, estes últimos, desde que em dia com sua contribuição. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica assegurado aos associados pessoas físicas o direito de escolher, mediante o voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, e aos associados pessoas jurídicas, através dos seus representantes legais, o direito de votarem para os cargos diretivos." O

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333

LEPA

ESB

Maciel

TFD

"caput" do Artigo 17 fica alterado, com a finalidade de adequar-se ao inciso "V", alínea "b" do Artigo 40 da Norma, com a seguinte redação: "Art. 17 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembleia Geral, para um período de 04 (Quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos." Fica excluído o inciso II do Artigo 3º do Estatuto Social. A Presidente disponibilizou para os presentes, cópias do estatuto social com as alterações introduzidas. A Presidente interrompeu esta Assembleia por 20 (vinte) minutos. Retomando os trabalhos, o Presidente colocou em votação as modificações procedidas no Estatuto, sendo aprovada por todos os presentes. A Presidente da Assembleia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, esclarecendo que aprovada pelos presentes, deverá proceder à respectiva averbação no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas - Queiroz Rocha - 2º Ofício, comarca de Quixeramobim, Estado do Ceará. E, sem mais para o momento, eu, LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes.

Nenelândia - Quixeramobim(CE), 26 de Outubro de 2.018

2º Ofício de
Quixeramobim-CE

Mariana Veras Arruda
MARIANA VERAS ARRUDA
Diretora - Presidente

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 03\09\1.988, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007143397-4 - S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 021.705.783-74.

Luiz Carlos Paz Holanda
LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA
Diretor- Administrativo

Brasileiro, solteiro, maior, nascido em 07\04\1975, Agricultor, residente e domiciliado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portador da cédula de identidade RG Nº 2008532900-7 - S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 010.378.603-14.

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333



Jayny Rufino da Silva

JAYNY RUFINO DA SILVA

Diretora - Financeira

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 23/05/1.997, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Fazenda Cangati, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2008243173-0 - S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 050.188.173-56.

Margareth Cordeiro Maciel

MARGARETH CORDEIRO MACIEL

Conselho Fiscal

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 14/11/1.970, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Rua Sebastião Ferreira, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 1892550-89 - S.S.P.\CE e do CPF de nº 510.458.693-68.

Tabita Feitosa de Oliveira

TABITA FEITOSA DE OLIVEIRA

Conselho Fiscal

Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Localidade Poço da Pedra, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007021012812- S.S.P.D.S.\CE e do CPF de nº 041.571.513-5.

Vanessa Silva Severo
ADVOGADA
OAB/CE 8333



11
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
DANIEL QUEIROZ ROCHA - Tabelião
Fone: (88) 3441-1294 - CEP 63800-000
Quixeramobim-Ceará

Protocolo Nº A-01 Nº 1.420

Registro Nº 1.832 Livro A-22

Matrícula: _____

Averbação: _____

Quixeramobim-CE, 30 de 10 de 2018

Phelanda

Ana Kelly de Lima Holanda

Escrevente Autorizada

Cartório Queiroz Rocha

3º Ofício
Daniel Queiroz Rocha
Tabelião
CEP 63800 - Quixeramobim-CE
Fone: 3441-1294

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.124.285/0001-66		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
MATRIZ		DATA DE ABERTURA 29/06/2016	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-6-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO VL NENELÂNDIA	NÚMERO S N	COMPLEMENTO	
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELÂNDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3406-0082	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/06/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **17/09/2016** às **10:50:13** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2007143397 - 4 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/06/2008

NOME **MARIANA VÉRAS ARRUDA**

FILIAÇÃO

ELITA VÉRAS ARRUDA

NATURALIDADE **QUIXERAMOBIM - CE** DATA DE NASCIMENTO **03/09/1988**

DOC. ORIGEM

CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 15028 FOLHA: 122V

LIVRO: A015 QUIXERAMOBIM - CE

CPI

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P.: 27

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARBOSA DE SOUSA

Polegar Direito

MARIANA VÉRAS ARRUDA

ASSINATURA DO ELEITOR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Mariana Veras Arruda

ASSINATURA DO IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR **MARIANA VERAS ARRUDA**

DATA DE NASCIMENTO **03/09/1988** Nº INSCRIÇÃO **066772980728** D.V.

MUNICÍPIO / UF **QUIXERAMOBIM/CE** ZONA **11** SEÇÃO **67**

DATA DE EMISSÃO **20/04/2004**

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2008532900 - 7 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/06/2013

NOME
LUIS CARLOS PAZ HOLANDA

FILIAÇÃO
MARTINIANO ARRUDA HOLANDA
FRANCISCA AMELIA PAZ

NATURALIDADE
QUIXERAMOBIM - CE DATA DE NASCIMENTO
07/04/1975

DOC. ORIGEM
CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO:SEDE TERMO:936 FOLHA:138 LIVRO:A-02
QUIXERAMOBIM - CE

CPF
RG: ANT: 337499099 P.: 27

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA POLÍCIA DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO POLÍCIA E PERÍCIA CRIMINAL

Polgar Direito

Luiz Carlos Paz Holanda

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Luiz Carlos Paz Holanda

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
LUIS CARLOS PAZ HOLANDA

DATA DE NASCIMENTO 07/04/1975 Nº INSCRIÇÃO 0379 1370 0701 ZONA 011 SEÇÃO 0068

MUNICÍPIO/UF
QUIXERAMOBIM/CE DATA DE EMISSÃO 10/04/2018

JUIZ ELEITORAL
Mônica Nair de Pinheiro Aguiar

VÁLIDO SOMENTE PRESIDENTE DO TRECE

Nº DO CLIENTE

3493710

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei Nº 10.438 de 20 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Vitorino, 150
CEP 60035-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07047351/0001-70 | CGF 06.105.048-3

engei

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 541221798

Lota 29 28032 04 006000 - 0 Data de Emissão 13/09/2018

Nome LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA

Ind. Postal VL NENELANDIA 00000

DISTRITO DE ENCANTADO - QUIXERAMOBIM - 63800000

Medidor 441365

Poste 0000 0000

Classe B1 - 01-RESIDENCIAL 01-NORMAL MONOFASICO

IG / CPF / CNPJ 010378603-14

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Data de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Leitura
et/2018	13/09/2018	15/10/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto	Mês	Indicador
Conjunto	JUL/2018	IND 08,79

DMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	Padrão Individual Mensal	Trim.	Anual	Aperação Individual Mensal	Trim.	Anual	
120,51	27,00%	32,53	DIC	10,58	21,17	42,34	0,00	0,00	0,00

REA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

E95F.AE01.F426.5488.D895.EE2C.D405.F242

FIC	DMIC	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
FIC	DMIC	7,5%	15,19	30,39	0,00	0,00	0,00

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

lit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
17204	17047	1,00	157	0,00	157	0,7658	120,51

ESCRICÃO

VALOR CONSUMO DO MES	VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES	120,51
JLTA MORATORIA REF 06/2018	2,62
JROS DO MES	0,74
UMINACAO PUBLICA MUNICIPAL	18,43
IG FAMILIA RES SUP 3 + 1 PLANO1-08006000560	4,60
ACIONAL BANDEIRA VERMELHA MES - (R\$ 12,10.)	



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2008243173 - 0 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/06/2012

NOME
JAYNY RUFINO DA SILVA

FILIAÇÃO
EDMAR TOMÉ DA SILVA
FRANCISCA RUFINO DA SILVA

NATURALIDADE
QUIXERAMOBIM - CE DATA DE NASCIMENTO 23/05/1997

DOC. ORIGEM
CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: PASSAGEM TERMO: 3709 FOLHA: 450
LIVRO: A-05 QUIXERAMOBIM - CE

CPF

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P.: 27

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS

Polegar Direito

Jayny Rufino da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Jayny Rufino da Silva

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JAYNY RUFINO DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 23/05/1997

MUNICÍPIO / UF
QUIXERAMOBIM/CE

INSCRIÇÃO 0845 6336 0728

ZONA 011 SEÇÃO 0279

DATA DE EMISSÃO 18/02/2014

JUIZ ELEITORAL

Leacema Vale

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Nº DO CLIENTE

1004153

Para regularizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei Nº 10.438 de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza-CE
CNPJ 07047251/0001-70 | CQP 06.105.848-3

enel

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 545570186

Rota 31 28031 04 047000 - 8 Data de Emissão 16/10/2018

Nome FCA RUFINO DA SILVA

End. Postal FZ CANGATI
VILA HOLANDA - QUIXERAMOBIM - 63800000

Medidor 5359442 Poste 1733 0002

Classe B2 - 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO

RG / CPF / CNPJ 000134604487 CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Leitura
Out/2018	16/10/2018	14/11/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto QUIXERAMOBIM
Mês Ago/2018 EUSD 25.00
DICEI = 0.00 P

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

8165.0500.9F22.4394.85E7.03F9.51E0.E13F

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. For.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 19481	19337	1.00	144	0.01	144	2.420-47	61.69

16/10/18	17/09/18	29 DIAS	144	61.69
----------	----------	---------	-----	-------

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES	61,69
MULTA MORATORIA REF 07/2018	1,11
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 7,80)	



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

050.188.173-56

Nome

JAYNY RUFINO DA SILVA

Nascimento

23/05/1997

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
DENOMINAÇÃO SOCIAL:			
Associação Comunitária dos produtores de leite de Nenelandia			
CNPJ:			
09.195.346/0001-67			
ENDEREÇO:			Nº
Faz. Nenelandia			5/N
BAIRRO:	CEP:		
Nenelandia	63.800.000		
CIDADE:	UF:		
Quixeramobim	CE		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:			
Siloni de Carvalho			

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 12 de Novembro de 2018

x Siloni de Carvalho.

Assinatura Representante Legal

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.195.346/0001-67 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/11/2007
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES DE LEITE DE NENELANDIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACP LN			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO FAZ NENELANDIA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3444-4423 / (88) 3444-4465	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/11/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 11/11/2016 às 11:13:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
 Atualize sua página

ata de Renovação da Diretoria da Associação comunitária dos
Produtores de leite de Marabá

Nos 08 dias do mês de Fevereiro de 2017 as 19.00hs, no local
de costume, todo quadro de associados se reuniram para
renovar a diretoria da associação, todos acharam por bem

continuar com a mesma diretoria, ja que esta sendo feita uma boa administração. A Associação comunitária dos Produtores de leite de Menelândia com CNPJ nº 09.195.346.0001-67. Permanece com a seguinte diretoria. Para Presidente - Siloneide Carvalho CPF 018.208.233-42 RG - nº 2000.0120545.27. Vice Presidente - Arthur Vinícius Carvalho Oliveira. CPF 055.764.873-46 RG 200737.700. Secretário - Gezonias de Carvalho CPF 245.729.488-60 RG 299.59-8. Tesoureiro - Antonio de Carvalho Filho CPF 284.995.04-04 - RG 122.5606-86 e Para o conselho Fiscal foram concluídos: 1º Fiscal - Antonio Candido Silva. CPF 798.561.953-49 RG 783-84. 2º Fiscal - Antonio Edison Paz de Medeiros CPF 022.760.923 RG 2001021041465 3º Fiscal - Francisco Paulo Ferreira Parente. 410.466.503-78 RG 1319.581-40 Fiscal - Francisco Edilton de Olive. CPF 316.566.333-53 RG 107.982-80 5º Fiscal - João Aurélio Holanda. CPF 443.267.183-15 RG 661.215-83. A diretoria recebeu o ato de posse para o mandato de três anos com o direito a reeleição, conforme as orientações da Federação das associações comunitárias de Quixeramobim. Sendo a Presidente a legítima representante que assina esta ata para registrar em cartório Presidente - Siloneide Carvalho - Wesley Lima Neto - FRANCISCO WESLEY LIMA NETO

- João Paulo Holanda da Silva - Francisco Rodrigues Pereira
- Edilton Ferreira da Silva
- Francisco Edilton Roberto da Silva
- Ronely Luciano Barbosa
- Nádia Maria Martins Lima da Silva
- Antonio Firmino da Silva

Cartório Queiroz Rocha
2º Ofício
Daniel Queiroz Rocha
Tabelião
CEP 63800 - Quixeramobim-CE
Fone: 3441-1294

- Francisco Ednilson Augusto
- Aglaia Ferreira de Souza
- João Roberto de Souza
- NACERIO RODRIGUES DA SILVA
- Benício Paulino de Melo
- Talytra de Carvalho
- JOSE RODOLFO PINHEIRO DA SILVA
- Honório Gilberto Zimbarão da Silva

Protocolo nº 101 nº 1.255
Registro nº 1.638 Livro A 18
Artículo:
Averbção:
Quixeramobim 13 de 04 de 2014
Ana Kelly de Lima Holanda
Escrivente Autorizada

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
DENOMINAÇÃO SOCIAL:		
Associação Comunitária de Abreulândia		
CNPJ:		
00.933.673/0001-02		
ENDEREÇO:		Nº
Lote. Jacu do Agrimar		S/N
BAIRRO:	CEP:	
Zona Rural	63800-000	
CIDADE:	UF:	
Quixeramobim	CE	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:		
José Edson Rodrigues		

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 10 de Novembro de 2.018

José Edson Rodrigues
Assinatura Representante Legal


ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.933.673/0001-02	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/08/1996
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ABREULANDIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A C A			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas.ne			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LOGRADOURO LOC FACAO DO AGRIMAR	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia **23/01/2003** às **11:02:44** (data e hora de Brasília).

Voltar

1º Conselho Fiscal - x Reginaldo Romualdo da Silva
 2º Conselho Fiscal - x Antonio Rodrigues da Silva
 3º Conselho Fiscal - Ivan Gomes de Sousa
 4º Conselho Fiscal - Reginaldo Mota de Almeida
 5º Conselho Fiscal - Waldir Galvão da Silva
 José, Claudio Ferreira Lima
 José Romualdo da Silva.
 Victor de Almeida Pinheiro
 Alfredo Paulino
 Maria Gomes Fideles
 Gabriel Farias da Silva
 Ivan Gomes de Sousa +
 Waldir Galvão da Silva
 Antonio Alípio Ribeiro Sobrinho
 Antonio Valdirtoni Roberto Sobrinho
 Maria das Dores da Silva
 Francisco Romualdo Pimenta
 Maria Socorro Gomes Romualdo
 Romualdo Pimenta Neto
 Valdenor Pinheiro de Almeida
 Edmondo Valente de Lima Almeida.
 Antonia Valeria Ferreira de Oliveira
 x Antonio Romualdo da Silva, Francisca R da Silva
 x Luiza Amélia F. Sigurra
 Luciano Gomes de Souza
 Gilvane Rodrigues da Silva
 Dioclirio José de Sousa
 Manoel Proença do GBC
 Francisco Ferreira Medeiros
 Francivania Conceição da Silva Lima
 Francisca Gonçalves da Silva
 Francisco Sérgio BELTAZAR da Silva
 Bionide Gomes de Sousa
 Luciete Gomes de Sousa

Ata da Associação Comunitária de Abituação
dia no dia 13-04-2008

Os associados se reuniram para discutir os problemas da comunidade e ao mesmo tempo eleger a Diretoria para um novo mandato. No decorrer foi mamam comento o projeto de tratar, assinatura de alguns papéis, novamente os associados pedindo pressa no andamento deste projeto que a dez anos os associados lutam para que o mesmo venha a ser liberado.

Os mesmos associados resolveram em Assembleia Geral reeleger a mesma diretoria para o mandato de mais dois anos.

Sendo o presidente José Edson Rodrigues

Vice-presidente - Josimar Monteiro da Silva

Secretaria - Francisco Romualdo da Silva

Para Tesoureira - Maria Cândida Gomes da Silva

3º para o conselho Fiscal foram

1º fiscal - Reginaldo Romualdo da Silva

2º - Antonio Rodrigues da Silva

3º - João Gomes de Souza

4º - Arnaldo Mota de Almeida

5º - Valdes Galvão da Silva

A comunidade aprovou por

unanimidade a chapa.

A reunião ficou concluída e todos assinaram

a presente ata.

Presidente - José Edson Rodrigues

Vice - Josimar Monteiro da Silva

Secretaria - Francisco Romualdo da Silva

Tesoureira - Maria Cândida Gomes da Silva

Martelena Rodrigues das Silva
 Antonia Taymara Gomes de Almeida

Tatyana Gomes de Almeida

Luiz Aldeidei de Souza
 e o agrimensor Dyrntino Pinheiro e me
 Jairo Rodrigues da Silva
 Cicero Romualdo da Silva
 Adelson Bento da Silva
 Francineia Rubenito Bento Paulo

Emílio Carneiro Pantoja

Valéria Rodrigues da Silva

Patrícia Silva Rodrigues

Tamara R da Silva

Sara Silva Rodrigues

Thaís Souza Rodrigues da Silva

Damião Rodrigues da Silva

Isaias Pereira da Silva

Terazinha do Carmo da Silva Gomes

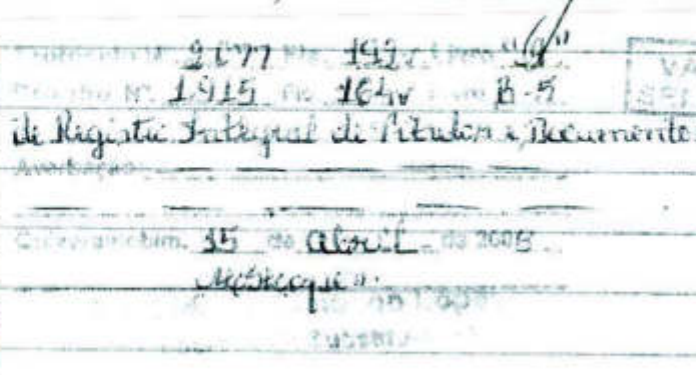
Isadora Aparecida Pinto da Silva

Rinaldo Romualdo da Silva

Luiz Romualdo da Silva Neto

Alto de Pádua

Eu, Maria José Damasceno, presidente da Federação das Associações Comunitárias de Pederzobras, juntamente com os associados, damos Atos de Pádua e Novo Distrito da Associação Comunitária Abreutilândia, para o mandato de três anos, com direito a reeleição. Maria José Damasceno



MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
DENOMINAÇÃO SOCIAL:			
Associação Comunitária de Pau Ferro			
CNPJ:			
00.930.973/0001-20			
ENDEREÇO:			Nº
Faz. Pau Ferro			511
BAIRRO:	CEP:		
Nenelândia	63.800-000		
CIDADE:	UF:	CE	
Quixeramobim			
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:			
Edvaldo Holanda de Oliveira			

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2.018


Assinatura Representante Legal

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.930.973/0001-20 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/11/1995	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PAU FERRO					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACPF				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO FAZ PAU FERRO		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO		
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM		UF CE	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3444-4465 / (88) 3444-4423			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Ata de Renovação da Diretoria da Associação Comunitária de Pau Ferro

Nos 20 dias do mês de setembro de 2018 às 9:00 horas, na casa do presidente Edivaldo Holanda de Oliveira, aconteceu a reunião com o associados para eleger e constituir os integrantes da Nova diretoria da Associação Comunitária de Pau Ferro. Ficando assim constituída: para

presidente Edivaldo Holanda de Oliveira, CPF 379.748.743-68, RG N° 1277777-86 para Presidente Valdivino Gleison Maciel Pimentel CPF N° 36627054353, RG N° 86350685

Secretaria Diana Correia de Oliveira Nogueira, e N° 051.940.373-84, RG N° 20072701794

Tesoureiro Eudazio Cardoso de Lima, CPF N° 640.868.363-00, RG N° 3337545-98

E para o Conselho Fiscal, foram indicados: 1º Fiscal Antonio Cavalcante de Silva, CPF N° 3268.492-49, RG N° 2007021008076, 2º Fiscal Ant

Ferreira dos Santos, CPF N° 36629936353, RG N° 2003021027531, 3º Fiscal Jose

de Silva, CPF N° 634.30266300, RG N° 594877-8, 4º Fiscal Mardônio Moreira da Silva, CPF N° 30299.603-00, RG N° 7277786-86, 5º Fiscal

Francisco Carneiro de Araújo, CPF N° 465.990.023-86, RG N° 2084651-91. Concluída a composição

da Diretoria, foi dado o Atto de posse para o n

dato de três anos com direito a eleição para

mais um mandato. Houve o compromisso

de cada integrante para bem administrar

trabalhos da comunidade. Sendo conduzida a presente Ata para registro em cartório e assinada pela atual diretoria eleita

Presidente - Edvaldo Machado de Almeida
Vice-Presidente - Valdirnei Glauco Silva
Secretaria - Thiana Pereira de Oliveira Siqueira
Tesoureiro - Eudario Cordeiro de Lima
1º Fiscal - Antonio Carlos da Silva
2º Fiscal - Antonio Ferreira dos Santos
3º Fiscal - Xyosir Rediguer da Silva
4º Fiscal - Marcelino Moreira da Silva
5º Fiscal -

Primeiro carnio de Quixeramobim

CARTÓRIO QUIXERAMOBIM

2º Ofício

Daniel Quatroz Rocha

TABELÃO

CEP 63800-000 - QUIXERAMOBIM - CE

DGX
REGISTRAL 11
Registro de Títulos, Documentos
Civil e de Pessoas Jurídicas
Nº AF 952.215

Protocolo nº	A	Nº	972
Registro nº	1.351	Livro	A 16
Matrícula			
Averbação			
Quixeramobim	23 de 01	de 2015	
Antonio Maria Borges da Silva			
Escrivente Autorizada			

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
DENOMINAÇÃO SOCIAL:			
Associação Comunitária de Tranqueira			
CNPJ:			
00.743.574/0001-50			
ENDEREÇO:			Nº
Tranqueira			511
BAIRRO:	CEP:		
Zona Rural	63800-000		
CIDADE:	UF:		
Quixeramobim	CE		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:			
Erivaldo Rodrigues da Silva			

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2018

Erivaldo Rodrigues da Silva
Assinatura Representante Legal

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
00.743.574/0001-50
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
14/07/1995

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE TRANQUEIRA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

A C T

PORTE

DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

LOC TRANQUIRA

NÚMERO

S/N

COMPLEMENTO

CEP

63.800-000

BAIRRO/DISTRITO

ZONA RURAL

MUNICÍPIO

QUIXERAMOBIM

UF

CE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

casado(a) agricultor(a), CPF= 780.192.223-91, RG= 2007428537, residente no Assentamento Barra do Fogo, S/N, cep= 63.800-000 Quixeramobim - Ceará.

2º tesoureiro - Antonio Valberto Paulino da Silva, brasileiro(a) casado(a) agricultor(a), CPF= 620.265.343-49, RG= 1354555-87, residente no Assentamento Barra do Fogo S/N, cep= 63.800-000 Quixeramobim - Ceará.

CONSELHO FISCAL

1º Fiscal - Raimundo José Ferreira de Sousa, brasileiro(a) casado(a) agricultor(a), CPF= 721142903-81, RG 1221-176 residente no Assentamento Barra do Fogo S/N, cep= 63.800-000 Quixeramobim - Ceará;

2º Fiscal - José Ivan Soares da Silva, brasileiro(a) casado(a) agricultor(a) CPF= 709364983-15, RG= 2038390-91, residente no Assentamento Barra do Fogo S/N, cep= 63.800-000 Quixeramobim - Ceará.

3º Fiscal - Francisca Gláucia Cavalcante Pinheiro da Silva, brasileira(a) casada(a) agricultora(a), CPF= 934.837.593-87, RG= 3483721-2000, residente no Assentamento Barra do Fogo S/N, cep= 63.800-000 Quixeramobim - Ceará.

SUPLENÇA

1º Suplente - Maria Tereza Farias Lima da Silva, brasileira(a) casado(a) agricultor(a) CPF= 000.025.443-43, RG= 3462188-2000, residente no Assentamento Barra do Fogo S/N cep= 63.800-000 Quixeramobim - Ceará.

2º Suplente - Antonio Ferreira Gonçalves Pinheiro, brasileiro(a) casado(a) agricultor(a) CPF= 262.579.393-72, RG= 2007218348-3, residente no Assentamento Barra do Fogo S/N, cep= 63.800-000 Quixeramobim - Ceará.

3º Suplente - Ana Karoline Paz da Silva, brasileira(a) casada(a) agricultor(a), CPF= 611.668.863-28, RG= 2008414816-5 residente no Assentamento Barra do Fogo S/N, cep= 63.800-000 Quixeramobim - Ceará.

CONSELHO DELIBERATIVO

ata de Eleição e posse da Diretoria da
Associação Comunitária de Tranqueira CNPJ: 00.
743.574.000-150 realizada em 08 de Novembro
de 2017, na cidade de Quixeramobim-ce.

(Nos 08 (oito) dias do mês de Novembro (2017) às
19:00 horas, na sede da Associação Comunitária de
Tranqueira situada no Assentamento Barra do
Fojó, s/n, distrito Encantado, na cidade de
Quixeramobim - ceara, estiveram reunidos na
sede do Assentamento os associados e associados
com a finalidade de eleger e dar posse a nova
Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal. Regu-
larmente instalada a Assembleia, iniciou-se a
eleição e considerando a inserção de chapa
única, foi a mesma eleita por aclamação,
ficando constituída pelos seguintes membros,
titulares e suplentes, conforme Estatuto Social,
para o exercício de mandato no período de
2017 a 2020:

DIRETORIA

Presidente = Eivaldo Rodrigues da Silva, Brasileiro(a)
casado(a) agricultor(a) CPF= 647.359.903-72 RG= 1892572-96, residente no Assentamento Barra do
Fojó, S/N, cep. 63.800-000 Quixeramobim - ceara.

Vice-presidente = Edmilson Firmino da Silva Filho, Brasi-
-leiro(a) casado(a) agricultor(a), CPF= 029.539.183-96,
RG- 2005027068283, residente no Assentamento Barra
do Fojó, S/N, cep. 63.800-000 Quixeramobim - ceara.

Secretaria = Maria Sandra Soares da Silva, Brasileira
casada(a) agricultor(a), CPF= 694.554.903-82, RG-
274458793, residente no Assentamento Barra do Fojó
S/N, cep. 63.800-000 Quixeramobim ceara.

Tesoureiro = Francisco Eivaldo Rodrigues Pinheiro, Brasileiro

29



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
DANIEL QUEIROZ ROCHA
Tabelião
Fone: (88) 3441-1204
CEP 63800-000
Quixeramobim - Ceará

Protocolo Nº A-01 Nº 1.289

Registro Nº 1.916 Livro A-19

Matrícula: _____

Averbação: _____

Quixeramobim-CE, 13 de 11 de 2017

Holanda
Ana Kelly de Lima Holanda
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

DANIEL QUEIROZ ROCHA
Tabelião

CEP 63800-000 - Quixeramobim-CE
Fone: (88) 3441-1204

1ª Francisca Evanilde Pinheiro de Souza, Brasileira
casado(a) agricultor(a) CPF=887308163-00, RG,
4867038-89, residente no Assentamento Barra do
Fajó, S/N, Cep- 63.800-000 Quixeramobim - Ceará.

2ª Sônia Cavalcante de Souza, Brasileira casado(a)
agricultor(a) CPF=004.008.613-56 RG-3529774-
2001, residente no assentamento Barra do Fajó, S/
cep, 63.800.000 Quixeramobim - Ceará.

3ª Francisco Gilberto Tinhaúba da Silva, Brasileiro
casado(a) agricultor(a) CPF=662485079-56,
RG-2008996789-0, residente no Assentamento Bar
do Fajó, S/N, Cep- 63.800-000 Quixeramobim - Ceará.

Sendo assim ficando firmado compromisso com a
associação, eu secretária Maria Sandra Soares da
Silva, liurei esta ata sendo assinada por mim
e por todos presentes.

Quixeramobim, 08 de Novembro de 2017.

Maria Sandra Soares da Silva

Jaime Luiz da Silva

Francisco Antonio Cavalcante Pinheiro

José Ivan Soares da Silva

Edimilson Lima da Silva Filho

Antônio Valberto Pinheiro Silva

Francisco Gilberto Tinhaúba da Silva

Francisca Gláucia Cavalcante Pinheiro da Silva

Ana Karalini Paz da Silva

Sônia Cavalcante de Souza

Antônia Lezíria Chaves Pinheiro

Francisco Carlos Rodrigues Pinheiro

Francisco de Val Figueira de Souza

Francisca Evanilde Pinheiro de Souza

Maria Tereza Maria Lima da Silva

Erivaldo Rodrigues da Silva

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
DENOMINAÇÃO SOCIAL:		
Associação Comunitária de Agricultores e Agricultoras da Comunidade Pau-Ferro		
CNPJ:		
07.714.752/0001-63		
ENDEREÇO:		Nº
Faz. Pau-Ferro		511
BAIRRO:	CEP:	
Nenelandia	63.800.000	
CIDADE:	UF:	
Quixeramobim	CE	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:		
Fredisson Pinheiro Cavalcante		

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2018

FREDISSON PINHEIRO CAVALCANTE

Assinatura Representante Legal

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
07.714.752/0001-63
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
25/11/2005

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS DA COMUNIDADE PAU-FERRO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO

FAZ PAU-FERRO

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

CEP

63.800-000

BAIRRO/DISTRITO
NENELANDIA

MUNICÍPIO
QUIXERAMOBIM

UF
CE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
25/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

ATA DA FUNDACÃO E ELEIÇÃO 2 DA COMUNIDADE DE PAU-FERRO

AOS 05 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2005, OS MORADORES DA REFERIDA COMUNIDADE ESTIVERAM REUNIDO NA ESCOLA VALDEVINO FERREIRA BRAGA AS 19,0 (DEZENOVE) HORAS PARA DISCUTIR A FUNDACÃO E ELEIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA QUE FICOU DECIDIDO QUE O NOME SERÁ ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS DE PAU-FERRO. QUANDO FOI ELEITO POR UNANIMIDADE DE VOTOS P/ GERENCIAR A REFERIDA ASSOCIAÇÃO C/ MANDATO DE TRÊS ANOS C/ DIREITO A REELEIÇÃO OS SEGUINTE MEMBROS.

PRESIDENTE - FREDSON PINHEIRO CAVALCANTE

VICE - PRESIDENTE - FRANCISCO EVARDO CARDOSO

TESOUREIRO - EDUARDO PINHEIRO ARAÚJO

SECRETÁRIO - JOMARA SERAFIM CAVALCANTE

CONSELHO FISCAL (EFETIVO)

1º (PRIMEIRO FISCAL) - EDILBERTO GOMES MAIA

2º (SEGUNDO FISCAL) - ANTONIO FABIO PINHEIRO CAVALCANTE

3º (TERCEIRO FISCAL) - FÁTIMA MACIEL PINHEIRO

CONSELHO FISCAL (SUPLENTE)

1º (PRIMEIRO) - EDUARDO HILANDA DE OLIVEIRA

2º (SEGUNDO) - MARIA DE SCCRRE PEREIRA HILANDA

DEPOIS DE ELEITO

SE PRESIDENTE AGRADECEU A CONFIANÇA QUE A COMUNIDADE DEPOSITOU EM SEU NOME E SE COMPROMETEU A TRABALHAR EM PÁL DA MELHORIA DE TODOS NÓS PÁE A REFERIDA COMUNIDADE, E LGO EM SEGUIDA PASSEU A DISCUTIR A APROVAÇÃO DO ESTATUTO, QUE TEVE UMA LINGA DISCUSSÃO E FINALMENTE

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR DO SR.
PRESIDENTE ^{REINARTEL} A TODOS QUE FAZEM A
DIRETORIA E A COMUNIDADE, EU FRANCISCO
NETO Nogueira Lima QUE FUI DESIGNADO A
LAURAR A PRESENTE ATA QUE FOI ASSINADA
POR MIM E PELOS OS DEMAIS PRESENTES.

• Francisco Neto Nogueira Lima.

FREDISSON PINHEIRO CARDOSO

EDUARDO SILVA

Estanislau Pinheiro Cardoso

Maria Tereza Pinheiro Cavalheiro

Maria Quaresma Pinheiro de Castro

Eduardo Lima da Silva

Estanislau Pinheiro de Lima

Camille Pinheiro de Lima Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Francisco Antonio Siqueira de Almeida

Estanislau Pinheiro de Lima

Francisco Tibério da Silva

Maria da Glória Pinheiro da Silva.

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Estanislau Pinheiro da Silva

Antônio Pinheiro Moura
Antônio Moura Gomes.
Antônia de Almeida Gomes.
Op. Eulália Pinheiro Cavalcante.
Guely Oliveira Almeida
Francisco Cavalcante de Castro Cavalcante
Antônio de Almeida Moura
Francisco Cavalcante de Almeida
Márcia Antônia Moura da Silva
Sergio Rodrigues de Sá
Maurício de Almeida Moura
Ana Luiza Gomes Cavalcante
Cláudia Helena da Silva Moura
Edilberto Pinheiro de Araújo
José Manoel da Silva Filho
Valdemar Xavier de Almeida
Luiz de Almeida da Silva
Evaristo Almeida da Silva Cavalcante
Márcia Moura Fátima
Antônio Pinheiro da Silva
Jorge Pinheiro Moura
Eulália Moura da Silva Moura
Edilberto Pinheiro de Araújo
Fátima Moura Pinheiro
Genivaldo Moura Cavalcante
Edilberto Pinheiro de Araújo
Márcia Moura Cavalcante
Otilia Moura Rodrigues
Maria de Jesus da Silva

Protocolo Nº 1675 Fls. 154 Livro 1
Registro Nº 243 Fls. 487 Livro 2
Averbado. documento
Guararapes, 25 de 11 de 2005
Núcleo Registral Civil
Núcleo Registral Civil



MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
DENOMINAÇÃO SOCIAL:			
Associação Comunitária Nossa Senhora da Conceição			
CNPJ:			
07.760.443/0001-20			
ENDEREÇO:			Nº
Faz. Poço da Pedra			SIN
BAIRRO:	CEP:		
Nenelandia	63.800.000		
CIDADE:	UF:		
Quixeramobim	CE		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:			
Claudio Rodrigues de Lima			

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 10 de Novembro de 2.018

Claudio Rodrigues de Lima -
Assinatura Representante Legal

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
07.760.443/0001-20
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
25/11/2005

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO COMUNITARIA NOSSA SENHORA DA CONCEICAO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

FAZ POCO DA PEDRA

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

CEP

63.800-000

BAIRRO/DISTRITO

ZONA RURAL

MUNICÍPIO

QUIXERAMOBIM

UF
CE

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

(88) 3441-0248

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
25/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 27/11/2018 às 10:52:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Ata da quinquagésima quarta reunião da Associação Comunitária Nossa Senhora Imaculada Conceição de Poço da Pedra Renovação da Diretoria (Digo Que)

Ata da renovação da Diretoria da Associação Comunitária Nossa Senhora Imaculada Conceição Poço da Pedra, a quinquagésima quarta reunião da comunidade de Poço da Pedra Na quão Digo que no Igrejinha da citada comunidade após a leitura da ata passada, o Sr. presidente Claudio Rodrigues, inicialmente as sete horas e trinta minutos (7:30hs) da noite com objetivo principal de realizar uma nova eleição da renovação da diretoria, que encerrou o mandato registrado neste livro na sexagésima quinta folha cujo foi org DIGO que foi composta no período de dois mil e onze (2011 a 2014) deste mês de março, após a leitura da ata passada iniciamos a reunião de hoje o presidente iniciou dando as boas vindas preparou o povo a nova eleição após suas propostas e indagou na assembléia como havia combinado se havia novos candidatos para esse pleito de um mandato de mais dois anos, o mesmo realizou uma síntese de seu mandato o que melhorou após a fundação desta associação e o que pode melhorar se caso o mesmo seja reeleito ou outro companheiro se caso seja eleito também , pode contar com seu total apoio. Após varias discussões o presidente Claudio lançou e abriu espaço para qualquer pessoa se lançar candidato, a qualquer cargo dessa comunidade a eleição se deu por a seguinte ordem quem concordar permanece em pé e quem não concordar s senta, por unanimidade foi aceita permanecer a mesma diretoria com alteração no conselho fiscais por parte de alguns membro que renunciaram o gari (DIGO QUE) o cargo ou seja querem ser só sócio e não mais fiscal também por falta reunião como a senhora Maria Rosalba de Araujo Batista seu (DIGO QUE) ficou como substituto o senhor Beijamim Duarte Lima e o senhor Cícero Sérgio de Lima ficou Valdenir Candidato de Holanda assumiram as vagas do anterior ficando assim composta os seguintes membros desta diretoria que ficou composta pelo seguinte membros.

Presidente - Claudio Rodrigues de Lima

Vice-Presidente-Erialdo Paz Dias

Secretaria - Cleudia Rodrigues de Lima

Tesoureira- Antonia Paz Dias

Conselho Fiscal - Rita Alberice Sena da Silva

Beijamim Duarte Lima

Valdenir Candido de Holanda

Murilo (DIGO QUE) Murilo Firmino Lopes

Manoel Rodrigues de Lima

Obs. Murilo Firmino Lopes substituindo Maria Rosalba Lopes depois da eleição, o senhor presidente agradeceu a todos que confiaram em toda diretoria que ira conduzir pelos próximos (três anos) ou seja em busca de melhores dias e logo as responsabilidades no período de 2011 a 2014 três anos de dois mil e onze a dois mil e quão (DIGO QUE) quato se os trabalhos de nossa comunidade após os agradecimentos finais nada mais a se tratar o senhor presidente encerrou a reunião e os presentes

encerrou eu Cleudia Rodrigues de Lima lavrei esta ata que foi assinada por mim e todos presentes Cleudia Rodrigues de Lima, Beijamim Duarte Lima, Rita Alberice Sena da Silva, Maria das Dôres Sérgio da Silva, Maria Rozalba de Araújo Batista, Antonia Josely Cavalcante Lima de Almeida, Murilo Firmino Lopes, Francisco de Carvalho Lopes, José Paulo da Silva, Joaquim Alves de Almeida, Francisco Wilson Bento da Silva P.P, Francisca Aulenir Lima Abreu, Maria Rodrigues de Lima, Antonio Pimentel da Silva, Francisco Felipe da Costa, Marcio de Abreu, Alzenir Gomes de Araújo, Milton de Araujo Batista, Manuel Rodrigues de Lima, Luiz Pimenta de Sousa P.P., Francisco Rodrigues da Silva (P.P.), Antonia Paz Dias de Lima, Valdenir Candido de Holanda, Claudio Rodrigues de Lima, Bruno Dias de Lima, Antonia das Dores Bernardo de Lima, Wiliane Gomes de Sousa, Erialdo Paz Dias, Ritelma da Silva Freire, Raimunda Alves da Silva.

Presidente: Claudio Rodrigues de Lima

Reconhecimento (assinatura) Firmado: Claudio Rodrigues de Lima

Dono Pá. Quixaramobim-CE 14 JAN. 2013

Est. Terceramente aus da rede.

Antônia Maria Borges da Silva

☐ Francisco José Pereira
☒ Antônia Maria Borges da Silva
☐ Joel Dantas Coutinho Teixeira

Cartório Queiroz Rocha - 2ª Ofício
DANIEL QUEIROZ ROCHA - Tabelião
Fones (30) 3441-0023 - CEP 31360-000
Quixeramobim-Ceará

Protocolo Nº A-01 Nº 640
Registro Nº 996 Livro A-32
Matricula:
Averbação:
Quixeramobim 14 de 03 de 2012
Antônia Maria Borges da Silva

Antônia Maria Borges da Silva
Escrivente Autorizada

Selo: AD 995.912

Valor:

Fermeju:

FERC.:

Em: 14/03/12

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA			
DENOMINAÇÃO SOCIAL:			
Associação dos moradores de Nenelandia			
CNPJ:			
10.556.680/0001-54			
ENDEREÇO:			Nº
VL de Nenelandia			S/N
BAIRRO:	CEP:		
Nenelandia			
CIDADE:	UF:		
Quixeramobim	CE		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:			
Marliécia Firmino da Silva Ferreira			

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 10 de Novembro de 2.018

Marliécia Firmino da Silva Ferreira
Assinatura Representante Legal

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, provida RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.516.680/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/12/1991
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS MORADORES DE NENELANDIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO VL DE NENELANDIA	NÚMERO S N	COMPLEMENTO	
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **16/03/2015** às **08:46:46** (data e hora de Brasília).

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso,
[clique aqui.](#)
[Atualize sua página](#)

Ata de Renovação da Diretoria da Associação 82
Comunitária Moradores de Nenelândia.

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2014, às 10:16hs uma equipe da Associação de Moradores de Nenelândia se reuniu para organizar e criar uma nova diretoria para a Associação, visto que receberam benefícios do governo que precisa ser dada continuidade os trabalhos Comunitários. Constituíram a seguinte diretoria: para presidente Marluza Firmiano de Silva Ferreira, e Vice-Presidente Johnny Holanda da Silva, Tesoureira Francisca Elionete Ciríaco Paz da Silva, Secretária Ana Maria Cardoso Nogueira e para o Conselho Fiscal foram indicados: 1º Fiscal Antonio Wilame Ferreira da Silva, 2º Fiscal José Ailton Firmiano da Silva, 3º Fiscal Antonio Landim Ferreira, 4º Fiscal Sandra Regina Reis Cardoso, 5º Fiscal Antonio Gleison Carlos Nunes. Composta a diretoria foi aprovada e para o mandato de três anos com direito a reeleição. Ficando composta pela presidente Marluza Firmiano de Silva Ferreira, CPF N: 001.379.853-71, e Vice-Presidente: Johnny Holanda da Silva, CPF N: 021.561.283-32, e para Tesoureira Francisca Elionete Ciríaco Paz da Silva, CPF N: 047.544.083-81, RG N: 200.7113997-0, para Secretária Ana Maria Cardoso Nogueira, CPF N: 063.025633-05, RG N: 200.784.7908-2 e para o Conselho Fiscal foram nomeados 1º Fiscal Antonio Wilame Ferreira da Silva, CPF N: 015.716.163-30, 2º Fiscal RG N: 200.202.109.0863, 3º Fiscal José Ailton Firmiano da Silva, CPF N: 769.830.513.200; 4º Fiscal Antonio Landim Ferreira, CPF N: 156.733.733-68, RG N: 145.5803; 5º Fiscal Sandra Regina Reis Cardoso, CPF N: 443.272.853-15 e para 6º Fiscal Antoni Gleudson Carlos Nunes, CPF N: 459.553.523-68, RG N: 21.849.7291. Tendo posse a Nova Diretoria.

pelo registro em cartório, sendo também
responsável e representante da Diretoria.
Presidente: *Marciana Ferreira da Silva* *Ferreira*.

CARTÓRIO QUEIROZ ROCHA

2º OFÍCIO

Daniel Queiroz Rocha

TABELIÃO

CPF 83800-000 - QUIXERAMOBIM-CE



Protocolo Nº	<i>A</i>	Nº	<i>964</i>
Registro Nº	<i>1.344</i>	Livro	<i>D.16</i>
Matricula:			
Averbação:			
Quixeramobim	<i>12</i>	de	<i>01</i>
	<i>3</i>	de	<i>20</i>
			<i>15</i>
<i>Antônia Maria Borges da Silva</i>			
Escritoranda Autorizada			

MANIFESTAÇÕES EM APOIO DE PESSOA JURÍDICA

A entidade abaixo qualificada, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, vem, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o seu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, nesta localidade:

Declaro, ainda, para os devidos fins, que a entidade apoiadora tem domicílio na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE APOIADORA		
DENOMINAÇÃO SOCIAL:		
Associação Vale de Nenelandia		
CNPJ:		
11.378.19/0001-46		
ENDEREÇO:		Nº
R. Antonio Arruda Cavaleante		365
BAIRRO:		CEP:
Nenelandia		63800-000
CIDADE:		UF:
Quixeramobim		CE
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:		
Antonia Marques de Souza		

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 28 de Novembro de 2.018

Antonia Marques de Souza
Assinatura Representante Legal

ATENÇÃO: Para ser considerada válida esta declaração deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da Ata de Eleição ou do Termo de Posse do Declarante.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.


		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.378.191/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/11/2009
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO VALE DE NENELANDIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA		
LOGRADOURO R ANTONIO ARRUDA CAVALCANTE	NÚMERO 365	COMPLEMENTO
CEP 63.814-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/11/2009
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **19/1/2012** às **19:29:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

 [Preparar Página
para Impressão](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

7214

ATA DA ASSEMBLÉIA
DE CONSTITUIÇÃO

ASSOCIAÇÃO VALE DE NENELANDIA

Aos Vinte e Um dias do mês de Outubro do ano de 2.009 (Dois Mil e Nove), às 18:00 (Dezoito) horas, na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Rua Antônio Arruda Cavalcante nº 365 – Distrito de Nenelandia, reuniram-se, sob a presidência da **SRª. MARIA VERAS HOLANDA**, com a finalidade de deliberar a respeito dos atos preliminares da referida Associação, os quais convidaram a mim, **IRANILDO COSTA BARROS**, para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião a Presidente, usando da palavra disse que, como é do conhecimento de todos os presentes, esta Assembléia objetiva tratar da constituição de uma Associação, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitário, instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1.998. Esclareceu que: a) A Associação pleiteará junto aos competentes órgãos do Governo Federal a outorga de autorização para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de **Quixeramobim – Distrito de Nenelandia**, Estado do **Ceará**, em canal designado pelo Poder Concedente a nível nacional (Artigo 5º); b) Para tanto, é necessário aprovar o Estatuto, bem como autorizar o (a) Diretor (a) Presidente a praticar todos os atos necessários à constituição definitiva da Associação. Em seguida, a Presidente determinou que fosse feita a leitura do projeto do Estatuto, por mim, Secretário. Finda a leitura, a Presidente pôs em discussão o projeto do Estatuto e, como ninguém se manifestou a respeito, foi o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida procedeu-se a eleição dos membros dos órgãos da administração da Associação, conforme o Artigo 8º, apurando-se o seguinte resultado. Para a Diretoria foram eleitos por aclamação: a) **DIRETORA - PRESIDENTE – ANTÔNIA MARQUES DE SOUSA**: Brasileira, Casada, sob o regime de separação parcial de bens, Agricultora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 2003021049519 – S.S.P./CE e do CPF de nº 020.127.343-83; b) **DIRETOR – ADMINISTRATIVO – IRANILDO COSTA BARROS**: Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 09/07/1985, Agricultor, residente e domiciliado na cidade de Quixeramobim (CE), portador da cédula de identidade RG Nº 2001025026576 – S.S.P./CE e do CPF de nº

Sergio Luiz R. Lima
OAB/CE 5267

016.792.763-9 e c) DIRETORA – FINANCEIRA – **MARIA VERAS HOLANDA:** Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão total de bens, Agricultora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 818303-84 – S.S.P./CE e do CPF de nº 895.386.843-20. CONSELHO FISCAL: a) **MARGARETH CORDEIRO MACIEL:** Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 14/11/1970, Professora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 1892550-89 –S.S.P./CE e do CPF de nº 510.458.693-68 e b) **FRANCISCA RUFINO DA SILVA:** Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 1346044-87 – S.S.P./CE e do CPF de nº 708.458.593-15. Em seguida a Presidente da Assembléia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, devendo ser processada a inscrição dos atos constitutivos no Cartório de registro de Pessoas Jurídicas da comarca e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal. Prosseguindo, a Presidente facultou a palavra e como ninguém quisesse dela fazer uso, determinou a suspensão da Assembléia pelo tempo necessário à lavratura desta ata que, lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Finalmente, a Presidente comunicou que, em face da aprovação do Estatuto pela Assembléia, da eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, daria início, imediatamente, aos atos necessários à constituição da ASSOCIAÇÃO, na forma exigida por lei, no que obteve a concordância unânime dos presentes.


Quixeramobim (CE), 21 de Outubro de 2009.



ANTÔNIA MARQUES DE SOUSA

Diretora – Presidente

Brasileira, Casada, sob o regime de separação parcial de bens, Agricultora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 2003021049519 – S.S.P./CE e do CPF de nº 020.127.343-83.



Sergio Luiz R. Lima
OAB/CE 5267

Iranildo Costa Barros

IRANILDO COSTA BARROS

Diretor – Administrativo

Brasileiro, Solteiro, Maior, nascido em 09/07/1985, Agricultor, residente e domiciliado na cidade de Quixeramobim (CE), portador da cédula de identidade RG Nº 2001025026576 – S.S.P./CE e do CPF de nº 016.792.763-95.

Maria Veras Holanda

MARIA VERAS HOLANDA

Diretora - Financeira

Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão total de bens, Agricultora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 818303-84 – S.S.P./CE e do CPF de nº 895.386.843-20.

Margareth Cordeiro Maciel

MARGARETH CORDEIRO MACIEL

Conselho Fiscal

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 14/11/1970, Professora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 1892550-89 – S.S.P./CE e do CPF de nº 510.458.693-68.

Francisca Rufino da Silva

FRANCISCA RUFINO DA SILVA

Conselho Fiscal

Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim (CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 1346044-87 – S.S.P./CE e do CPF de nº 708.458.593-15.

Sergio Luiz R. Lima
OAB/CE 5267

Maria Veras Holanda

MARIA VERAS HOLANDA

Diretora - Financeira

Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão total de bens,
Agricultora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim
(CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 818303-84 –
S.S.P./CE e do CPF de nº 895.386.843-20.

Margareth Cordeiro Maciel

MARGARETH CORDEIRO MACIEL

Conselho Fiscal

Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 14/11/1970, Professora,
residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim (CE), portadora
da cédula de identidade RG Nº 1892550-89 –S.S.P./CE e do CPF de
nº 510.458.693-68.

Francisca Rufino da Silva

FRANCISCA RUFINO DA SILVA

Conselho Fiscal

Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão parcial de bens,
Agricultora, residente e domiciliada na cidade de Quixeramobim
(CE), portadora da cédula de identidade RG Nº 1346044-87 –
S.S.P./CE e do CPF de nº 708.458.593-15.

Sergio Luiz R. Lima
Sergio Luiz R. Lima
OAS/CE 5267

RECONHECIMENTO
DE FIRMA

02 AV 200810

02 AV 200809

02 AV 200808

REGISTRAL

11 AC 690501

RECONHECIMENTO
DE FIRMA

02 AV 200812

02 AV 200811

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: JOÃO ARANDA DE HOLANDA .		
RG: 661.215-83	ÓRGÃO EMISSOR: SSP . IE .	CPF: 443.267.183-15
ENDEREÇO: NENELÂNDIA - A AVULANTE		Nº: 511
BAIRRO: NENELÂNDIA .	CEP: 63800-000	
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM .	CE:	

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 21 de Novembro de 2.018

João Aranda Holanda
Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: DIJAVAN ARANDA CAVALONTE		
RG: 2005021088843	ÓRGÃO EMISSOR: S S P.	CPF: 031.096.163.78
ENDEREÇO: NENELÂNDIA.		Nº: S/N
BAIRRO: NENELÂNDIA.		CEP: 63800.000
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM.		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), **21** de Novembro de 2.018



Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: <i>Cristiane Rodrigues de Sousa</i>		
RG: <i>2007037644-7</i>	ÓRGÃO EMISSOR: <i>SSP</i>	CPF: <i>042.228043-71</i>
ENDEREÇO: <i>FZ. Posso da Pedra</i>		Nº: <i>S/N</i>
BAIRRO: <i>NENELÂNDIA</i>		CEP: <i>63800000</i>
MUNICÍPIO: <i>Quixeramobim</i>		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), *21* de Novembro de 2.018

Cristiane Rodrigues de Sousa

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

V DO CLIENTE

8702935

em qualquer caso, o cliente, utilize o nº da conta sempre que entrar em contato conosco.

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdomiro, 100
CEP 60101-000 | Fortaleza CE
CNPJ 0704725/0001-70 | CGF 00.105.846-3



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N° 541473212
Data de Emissão: 17/09/2018
Total: 31 28031 04 039000 - 0
Nome: ANTONIO IVAN HOLANDA DE LIMA
End. Postal: FZ P0770 DA PEDRA 00000
DISTRITO DE ENCANTADO - QUIXERAMOBIM - 63800000
Medidor: 12149125
Classe: B2 - 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO
RG / CPF / CNPJ: 036457283-33 CGF

DATAS			INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO		
Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Leitura	Veja a legenda no verso desta conta		
Set/2018	16/10/2018	16/10/2018	Conjunta	0,00	9,55
			Anual	0,00	9,55
ICMS			Apuração Individual		
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	Mensal	Trim.	Anual
ISENTO			DIC	10,50	31,17
			FIC	1,50	15,15
			DMIC	5,00	5,00

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO						
Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)
12807	12781	1,00	55	0,01	56	0,40412
17-09-18	16-09-18		55		56	

VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
22,63	22,63
VALOR CONSUMO DO MES	22,63
JUROS DO MES	0,00
SALDO PARA PAGAMENTO FUTURO	-43,83
COB. SALDO FATURA ANTERIOR	21,11
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 2,87)	

VENCIMENTO: 24/10/2018 TOTAL A PAGAR (R\$): 0,00

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO		HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)	
Energia	12,60	56	50
Transmissão	1,50	51	57
Distribuição	1,00	56	64
Encargos Setoriais	0,50	55	54
Tributos (ICMS PIS/COFINS)	0,00	55	55
TOTAL	22,63	50	50

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO ₂ (kg/kWh)		
Compensação das emissões pelo consumo de energia elétrica		
Emitido kg CO ₂	21,86	0,00
Compensado kg CO ₂		
Consciência Ecológica (%CO ₂)		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AÇÕES DE VENCIMENTO
PARA CANCELAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE SEU NÚMERO DO CLIENTE SEM O DÍGITO VERIFICADOR.
Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor De dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde. Gov. Federal!

NAO FOI POSSÍVEL COLOCAR LEITURA POR: FMT MEDIA-LEIT B MESTRAL ART 06 RES 414
Consta desta fatura R\$ 0,52 referente a PIS e COFINS. Alíquotas: PIS:0,42% e COFINS:1,91%
Anexo: 3 Res. 100-2005 - ANEEL e Res. 10.125-10 e 10.125-11
Bandeira vermelha pagar 2 em out-18 com custo de 5,10 reais e cada 100kWh
autômat-1800. Informações: www.eneel.gov.br

Nº do Cliente: 8702935 Referência: Set/2018
Data de Emissão: 17/09/2018 Total a Pagar (R\$): 0,00
Nº da Nota Fiscal: 541473212 Nº de Controle: 0008702935 00011 39112 40

PARA CONFERENCIA: Esta fatura por ter valor inferior ao mínimo para cobrança, não necessita pagamento. Assim, este valor será acrescido na próxima fatura mensal sem qualquer incidência de multas ou encargos.



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: FRANCISCO ANTERO REIS		
RG: 942.182	ÓRGÃO EMISSOR: SSP	CPF: 722.983.593-34
ENDEREÇO: VL. NENELÂNDIA - VILA HOLANDA		Nº: 511
BAIRRO: NENELÂNDIA		CEP: 63800-000
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2018

Francisco Antero Reis

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);





SEI 01250.071938/2018-62 / pg. 84

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: <u>LUIZ ARRUDA DE HOLANDA</u>		
RG: <u>2004.0210139-89</u>	ÓRGÃO EMISSOR: <u>SSP.</u>	CPF: <u>149.182.668-19</u>
ENDEREÇO: <u>NENELÂNDIA - A. OVALANTE.</u>		Nº: <u>51N</u>
BAIRRO: <u>NENELÂNDIA.</u>		CEP: <u>63800-000</u>
MUNICÍPIO: <u>QUIXERAMOBIM.</u>		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2.018

Luiz Arruda Holanda

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AV. DR. JOAQUIM FERNANDES, 570 - CENTRO
QUIXERAMOBIM - CEARÁ - CEP. 63800-000
FONE: (0XX88) 3441.1263 - FAX: (0XX88) 3441.1177
C.N.P.J.: 07.742.778/0001-15

CONTA
ÚNICA

PERÍODO	Nº FATURA	MES / ANO	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
12-9	18.108.412	OUT/2018	14/11/2018	R\$ 31,40

S. ARRUDA HOLANDA

ELÂNDIA, A. CAVALCANTE, 06

RRO: SEDE RURAL - LOCALIDADE: NENELÂNDIA

TA: 04-001-000040-00000-00000

RÔMETRO: 2A005540 P - G. CONSUMO: 1R1-0 0-0 0-0 0

NOME APLICAR	CONTA - COMENTE	CARRO DE CONSUMO
000		1R1-0 0-0 0-0 0

DESCRIÇÃO	VALOR
TARIFA DE ÁGUA	R\$ 30,20
MULTA 06/2018-07/2018-	R\$ 1,20

CONSUMIDOR	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
2A005540 P	14/11/2018	R\$ 31,40

DATA DE VENCIMENTO	VALOR A PAGAR	DATA DE VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
10/2018	1.571	1.571	0

DATA DE VENCIMENTO	VALOR A PAGAR	DATA DE VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
10/2018	1.571	1.571	0

PREZADO CONSUMIDOR:
Após consulta em nossos registros, constatamos que V. Sa. está em débito para com este serviço, referente ao(s) mês(es) abaixo discriminado(s). Caso esteja pago, favor desconsiderar.
MESES EM DÉBITO:
Ago/2018 Set/2018

RECEBEMOS DO DEBÍTO - PRECISAMOS DA ÚNICA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO	CONTA ÚNICA
AV. DR. JOAQUIM FERNANDES, 570 - CENTRO QUIXERAMOBIM - CEARÁ - CEP. 63800-000 FONE: (0XX88) 3441.1263 - FAX: (0XX88) 3441.1177 C.N.P.J.: 07.742.778/0001-15	
S. ARRUDA HOLANDA	
ELÂNDIA, A. CAVALCANTE, 06	
RRO: SEDE RURAL	
LOCALIDADE: NENELÂNDIA	
TA: 04-001-000040-00000-00000	
RÔMETRO: 2A005540 P	
RUPO DE CONSUMO: 1R1-0 0-0 0-0 0	

82680000000-0 31400267008-6 41220181000-6 00001000000-8



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: EDMAR TOME DA SILVA.		
RG: 2016179592-1.	ÓRGÃO EMISSOR: SSP.	CPF: 908.737.853-04
ENDEREÇO: RZ CANGATY		Nº: S/N
BAIRRO: VIA. MOLANDA - NENEUÂNDIA		CEP: 63800-000
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM.		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 21 de Novembro de 2018

Eduardo TOME DA SILVA

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

Nº DO CLIENTE

1004153

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60035-040 | Fortaleza, CE
CNPJ 07.947.988/0001-70 | CCEP 08.188.83-7

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

541473220

Bota 31 28031 04 047000 - 8

Data de Emissão 17/09/2018

Nome FCA RUFINO DA SILVA

End. Postal FZ CANGATI

VILA HOLANDA - QUIXERAMOBIM - 63800000

Medidor 5359442

Posto 1733 0002

Classe B2 - 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO

RG / CPF / CNPJ 000134604487

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data de Apresentação	Previsão Próxima Leitura
Set/2018	16/10/2018	16/10/2018

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

0100.0560.0004.7540.07F0.1045.4364.614F

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
FP 19337	19202	1,00	135	0,01	135	R\$ 0,40412	54,55

17/09/18	16/09/18	32 0148	135	54,55
VALOR CONSUMO DO MES				54,55
JUROS DO MES				0,26
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 0,91)				

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES

JUROS DO MES

ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 0,91)

VENCIMENTO 24/10/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

54,81

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	27,13
Transmissão	2,11
Distribuição	4,45
Encargos Setoriais	4,45
Tributos (ICMS/PIS/COFINS)...	1,26
TOTAL	54,55

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

135	135	151	133	150	139	127	148	125	150	122	140
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

MÊS (Set/2018, Out/2018, Nov/2018, Dez/2018, Jan/2019, Fev/2019, Mar/2019, Abr/2019, Mai/2019, Jun/2019, Jul/2019, Ago/2019)

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂) Compensado kg (CO₂) Consciência Ecológica (%CO₂)

52,70 0,00 0%

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

*PARA CADASTRAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE:
SEU NÚMERO DO CLIENTE SEM O DÍGITO VERIFICADOR.

Chame os vizinhos e anote e entre no combate ao mosquito transmissor de dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde, Gov. Federal

A BIEL AGRADECE E PARABORIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

NÃO FOI POSSÍVEL COLETAR LEITURA POR: FMT MEDIDA-LEIT R. HESTRAL ART 66 RES 414

Consta desta fatura R\$ 1,26 referente a PIS e COFINS (dispositivos: PIS10,42% e COFINS11,91%)

(CNPJ: 07.947.988/0001-70 - CCEP) e (CNPJ: 10.037.002 e 11.933.002)

Bandeira Vermelha Retenir 2 em outubro com custo de 5,10 reais a cada 100kWh.

Atualização: 10/09/2018. Informações: www.aneel.gov.br



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: <u>FRANCISCA RUFINO DA SILVA</u>		
RG: <u>2007.735123-6</u>	ÓRGÃO EMISSOR: <u>SSP</u>	CPF: <u>708.458.593-15</u>
ENDEREÇO: <u>FZ CANAATY</u>		Nº: <u>S/N</u>
BAIRRO: <u>VILA HOLANDA</u>		CEP: <u>63800-000</u>
MUNICÍPIO: <u>QUIXERAMOBIM</u>		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 21 de Novembro de 2.018

Francisca Rufino da Silva

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

Nº DO CLIENTE
1004153
Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica
fora criada pela Lei Nº 10.438
de 26 de abril de 2002
Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Vitoriano, 150
CEP 60125-040 | Fortaleza - CE
CNPJ 07047281/0001-70 | CGF 05.105.540-3



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 541473220

Rota 31 28031 04 047000 - 8 Data de Emissão 17/09/2018

Nome FCA RUFINO DA SILVA

End. Postal FZ CANGATI

VILA HOLANDA - QUIXERAMOBIM - 53000000

Medidor 5359442 Poste 1733 0002

Classe B2 - 04-RURAL 10-RESIDENCIAL RURAL MONOFASICO

RG/CPF/CNPJ 000134604487 CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência 16/10/2018 Previsão Próxima Leitura 16/10/2018

Set/2018 16/10/2018 16/10/2018

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto

ISENTO

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

9180.1668.8004.7540.0759.1845.4364.614F

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual Leit. Anterior Const. Consumo (kWh) Cons. Ind. Cons. Fat. Tarifa (R\$/kWh) Valor (R\$)

FP 19307 19202 1,00 135 0,01 1,00 0,00412 54,55

17/09/18 16/08/18 32 DIAS 1,05 54,55

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MES 54,55

JUROS DO MES 0,26

ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 6,91)

VENCIMENTO 24/10/2018

TOTAL A PAGAR (R\$) 54,81

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia 25,13

Transmissão 12,26

Distribuição 12,26

Encargos Setoriais 4,44

Tributos (ICMS PIS-COFINS) 1,26

TOTAL 54,55

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimas 12 meses)

135 133 151 133 150 130 119 127 148 125 150 122 140

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂) Compensado kg (CO₂) Conciliação Ecológica (ECO₂)

52,70 0,00 0

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

Para obter sua conta por e-mail automático utilize:

SEU NÚMERO DO CLIENTE 801 O DÍGITO VERIFICADOR.

Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor

De dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde, Gov. Federal

A ENEL AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

NÃO FOI POSSÍVEL CULHER LEITURA POR: FMT MEDIA-LEIT B MESTRAL ART 86 RDE 414

Consta desta fatura R\$ 1,26 referente a PIS e COFINS. Aliquotas: PIS:0,40% e COFINS:1,91%

Condições de Pagamento: 100 DIAS - ANTECIPADO - 10 DIAS - 10% DE DESCONTO - 10 DIAS - 10% DE DESCONTO

Bandeira vermelha patamar 2 em out-18 com custo de 5,10 reais e cada 100kWh

utilizaremos. Informações: www.enel.gov.br



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: <u>HELENA PAZ DE HOLANDA.</u>		
RG: <u>2001.0250-24069</u>	ÓRGÃO EMISSOR: <u>SSP.</u>	CPF: <u>017.697.373-75</u>
ENDEREÇO: <u>POÇO DA PEDRA.</u>		Nº: <u>SIN</u>
BAIRRO: <u>NENEUNDIR</u>		CEP: <u>63800.000</u>
MUNICÍPIO: <u>QUIXERAMOBIM.</u>		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 21 de Novembro de 2.018

Helena Paz de Holanda
Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);


MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: JOSE ARRUDA GILANDA		
RG: 2036243543-0	ÓRGÃO EMISSOR:	CPF: 145.877.343-49
ENDEREÇO: NENEUNDA.		Nº: 09
BAIRRO: D.T. NENEUNDA		CEP: 63800-000
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM.		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2018


Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO CIVIL

Polg. Direto

JOSE ARRUDA HOLANDA

REGISTRO GERAL 2016243543 - 0 DATA DE EMISSÃO 06/09/2016

NOME JOSE ARRUDA HOLANDA

FILIAÇÃO ANTONIO ARRUDA CAVALCANTE
LUZIA LUIZA CAVALCANTE

NATURALIDADE QUIXERAMOBIM - CE DATA DE NASCIMENTO 16/02/1942

DOC. ORIGEM CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: ENCANTADO TERMO: 341 FOLHA: 119
LIVRO: B-02 QUIXERAMOBIM - CE

CPF 145.877.343-49 RG: ANT: 86306185

1 VTA ASSINATURA DO DIRETOR P.: 27

LEI Nº 7.116 DE 29/09/73

CARTEIRA DE IDENTIDADE



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AV. DR. JOAQUIM FERNANDES, 572 - CENTRO
QUIXERAMOBIM - CEARÁ - CEP. 63100-000
FONE: (0XX88) 3441 1263 - FAX: (0XX88) 3441 1177
C.N.P.J.: 07.742.778/0001-15

PROPOSTA	DEBÍTO	RECIBO	VALOR	DATA DE PAGAMENTO
08414-5	18.048.414	ABR/2018	16/05/2018	R\$ 30,20

JOSE ARRUDA HOLANDA
NENELÂNDIA, (A. CAVALCANTE) 9
BAIRRO: SEDE RURAL - LOCALIDADE: NENELÂNDIA
ROTA: 04-001-000060-00000-00000
HIDRÔMETRO: 2A005163 P - G. CONSUMO: 1R1-0 0-0 0-0 0

UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
000	TA-TARIFA DE AGUA	R\$ 30,20

DATA DE PAGAMENTO	VALOR
26/04/2018	R\$ 30,20

DATA DE PAGAMENTO	VALOR
26/04/2018	R\$ 30,20

DATA DE PAGAMENTO	VALOR
26/04/2018	R\$ 30,20

PREZADO CONSUMIDOR:
Após consulta em nossos registros, constatamos que V. Sa. está em débito para com este serviço, referente ao(s) mês(es) abaixo discriminado(s). Caso esteja pago, favor desconsiderar.
MESES EM DÉBITO:
Nov/2017 Dez/2017 Jan/2018 Fev/2018 Mar/2018

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: ANTONIO CELIO DO NASCIMENTO LIMA.		
RG: 3213477-97	ÓRGÃO EMISSOR: SSP.	CPF: 820.495.803-04
ENDEREÇO: UL NENEUANDIA - DIT. ENANTADO		Nº: S/N
BAIRRO: NENEUANDIA		CEP: 63800-000
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 28 de Novembro de 2018

Antonio Celio do Nascimento Lima
Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

Nº DO CLIENTE

6807880

Para regular sua energia elétrica, utilize o e-mail
sempre que entrar em contato conosco.

A Tarifa Social de Energia Elétrica
foi criada pela Lei nº 10.438
de 26 de abril de 2002
Companhia Energética da Ceará
Rua Pedro Valdeir, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza - CE
CNPJ nº 04725170/0001-70 | INSC nº 15.845.83-8



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 545570185

Rota: 31 28031 04 046000 - 0 Data de Emissão: 16/10/2018

Nome: TATIANA DA SILVA DOS REIS

End. Postal: VL NENELANDIA 00001
DISTRITO DE ENCANTADO - QUIXERAMOBIM - 63800000

Medidor: 2044533 Poste: 0000 0000

Classe: B2 - 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO

RG/CPF/CNPJ: 052261993-25 CGF

Nome do Responsável

DATAS		
Mês de Referência	Data da Apresentação	Próximo Corte
Out/2018	16/10/2018	14/11/2018

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Mostra a qualidade no tempo desta conta.

Conjuntos	001 00000000	0,00 10,00
Índice	0,00 10,00	

ICMS		
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

Padrão Individual	Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual
DIC	0,00	0,00	0,00
FIC	0,00	0,00	0,00
DMIC	0,00	0,00	0,00

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

RECEITA DE TRIBUTOS: 00000000000000000000

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
16/10/18	17/09/18	1,00	0,00	0,00	25,70	25,70
16/10/18	17/09/18	1,00	0,00	0,00	25,70	25,70

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MÊS
COB. SAÍDO FATURA ANTERIOR
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MÊS (R\$ 3,25)

VALOR (R\$)

25,70

26,26

VENCIMENTO 14/11/2018

TOTAL A PAGAR (R\$) 51,96

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	12,74
Transmissão	4,45
Distribuição	1,10
Encargos Setoriais	2,02
Tributos (IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES)	2,02
TOTAL	23,33

HISTÓRICO DE CONSUMO (Últimos 12 meses)

05/09	06/09	07/09	08/09	09/09	10/09	11/09	12/09	01/10	02/10	03/10	04/10
05	06	07	08	09	10	11	12	01	02	03	04

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.	
Emitido kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)
23,42	0,00

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

PARA CANCELAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE:
O Nº NÚMERO DO CLIENTE SEM O DÍGITO VERIFICADOR.
Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor
da dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde, Gov. Federal
A ENEL AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

Consta desta fatura R\$ 2,02 referente a FIC e COFINS. Alíquotas: FIC 1,00% e COFINS 0,50%
(Inciso: 0,00 - 0,00 - 0,00 - 0,00 - 0,00 - 0,00 - 0,00 - 0,00 - 0,00 - 0,00 - 0,00 - 0,00)

Bandeira vermelha patamar 2 em out-18 com custo de 5,10 reais a cada 100kWh
utilizados-hora. Informações: www.enel.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

f.11



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3213477-97 DATA DE EMISSÃO 05.07.97.

NOME Antônio Célio do Nascimento Lima

Francisco Toné de Lima Filho e de
Cícera Rufino do Nascimento Lima.

28.12.77.

NATURALIDADE Quixeramobim-Ce.

DCC CEM Cert.Nasc.Nº649.Iv.A-02,Fls.67.

CPF Cart.Encantado-Quixeramobim-Ce.

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

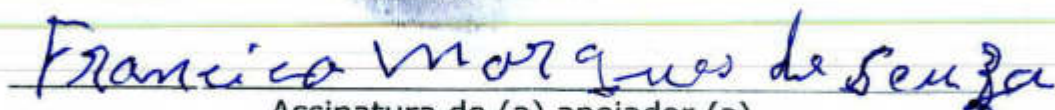
MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: FRANCISCA MARGUES DE SOUZA		
RG: 31.76455.96	ÓRGÃO EMISSOR: SSP	CPF: 791024413-49
ENDEREÇO:		Nº: S/N
BAIRRO: NENELÂNDIA		CEP: 63800.000
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 28 de Novembro de 2018


Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

1257661
Para aplicar seu atendimento, utilize a máquina
código que aparece em seu boleto.

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdeir, 150
CEP 60135-040 - Fortaleza - CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 | CCE 06.105.848-3



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N° 541473215
Data de Emissão: 17/09/2018

Rota: 31 28031 04 042000 B
Nome: MARIA VERAS HOLANDA
End. Postal: FZ PO770 DA PEDRA
VILA HOLANDA - QUIXERAMOBIM - 63300000
Medidor: 6194077
Classe: B2 - 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO
RG / CPF / CNPJ: 895386843-20
Nome do Responsável: CGF

DATAS
Mês de Referência: Set/2018
Data da Apresentação: 16/10/2018
Previsão Próxima Letura: 16/10/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

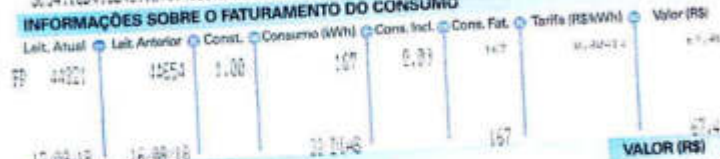
Veja a legenda no verso desta conta.
Conjunto: QUIXERAMOBIM
Mês: Jul 2018
DUR: 0,00 P
EQUO: 20,72

ICMS
Base de Cálculo (R\$): 15846,1270
Alíquota: 1,00
Valor do Imposto: 158,46

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

0054.1004.5846.1270.4535.8680.3010.366F

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO



VALOR (R\$)
VALOR CONSUMO DO MES: 67,48
Multa Moratória Ref 06/2018: 1,32
Juros do Mes: 2,25
Correção Monetária do Mes: 2,33
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 8,55)



VENCIMENTO 24/10/2018

TOTAL A PAGAR (R\$) 73,38

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	65,20
Transmissão	0,00
Distribuição	0,00
Encargos setoriais	0,00
Tributos (PIS e COFINS)	1,56
TOTAL	66,76

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Mês	Consumo (kWh)
166	166
167	167
168	168
169	169
170	170
171	171
172	172
173	173
174	174
175	175
176	176
177	177

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.	Consciência Ecológica (NCO)
Emitido kg (CO ₂): 65,20	Compensado kg (CO ₂): 0,00

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

CONTAS EM ATRASO

Prezado Cliente, convido em nossos controles contábil em atraso. Devido o detalhamento do boleto, o não pagamento da fatura implica na possibilidade de suspensão do fornecimento de energia em 15 dias após a emissão desta, conforme previsto na Res. NEEEL 414/10, n.º 172 e/ou 173, bem como o envio das informações aos órgãos de proteção ao crédito e cartório de protesto. Caso de tenha efetuado o pagamento, favor desconsiderar o aviso.

NAO FOI POSSIVEL COLHER LEITURA POR: FMT MEDIA-LEIT B VESTRAL ART 86 RES 414
Consta desta fatura R\$ 1,56 referente a PIS e COFINS, limites: PIS: 0,42% e COFINS: 1,91%
Bandeira vermelha anterior: 2 em out-18 com custo de 5,10 reais a cada 100kWh
quilowatt-hora). Informações: www.eneel.gov.br

DEBITOS ANTERIORES

Mês	Valor R\$
08/2017	68,12
09/2017	65,38
Total	133,50



Nº do Cliente: 1257661
Data de Emissão: 17/09/2018
Nº da Nota Fiscal: 541473215
Referência: Set/2018
Total a Pagar (R\$): 73,38
Nº de Controle: 0001257661 00529 39702 94

83880000000-3 73380031000-5 00012576610-6 05293970284-6



MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, Inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: CELIA TOMÉ DO NASCIMENTO LIMA		
RG: 2007805265-8	ÓRGÃO EMISSOR: S.S.P.	CPF: 901.126.723-68
ENDEREÇO: FZ. GARGATY - VILA. MOANON.		Nº:
BAIRRO: NENELÂNDIA		CEP: 63800-000
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM.		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 28 de Novembro de 2018

Célia Tomé do Nascimento Lima

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)			
NOME: <u>Maria Rosalia Carvalho</u>			
RG: <u>2005025049272</u>	ÓRGÃO EMISSOR: <u>SSP</u>	CPF: <u>366995463-87</u>	
ENDEREÇO: <u>Sítio São José - Nenelandia</u>			Nº: <u>51N</u>
BAIRRO: <u>Nenelandia</u>			CEP: <u>63800-000</u>
MUNICÍPIO: <u>Quixeramobim</u>			CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 28 de Novembro de 2018

Maria Rosalia Carvalho

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

VÍDO CLIENTE

7689626

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A Santa Social de Energia Elétrica
foi criada pela Lei nº 10.438
de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Pedro Valdeiros, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza - CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 | CEF 06.105.846/0



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

541473431

Rota 31 28031 04 237000 - 9

Data de Emissão

17/09/2018

Nome MARIA ROSALIA CARVALHO

End. Postal FZ CANGATI

VILA HOLANDA - QUIXERAMOBIM - 63800000

Medidor 2686530

Posto 0000 0000

Classe B2 - 04-RURAL 01-AGROPECUARIA TRIFASICO

RG / CPF / CNPJ 366291463-87

CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data de Apresentação	Próxima Leitura
Set/2018	16/10/2018	16/10/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Vela e legenda no verso desta conta.

Conjunta QUIXERAMOBIM
Mês Jul. 2018 EUGO 15,75

ICMS

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
150,00		

Padrão individual

Ajustado Individual

Mensal Trim. Anual Mensal Trim. Anual

DIC 10,58 21,17 42,34 0,00 0,00 0,00

FIC 7,59 15,19 30,39 0,00 0,00 0,00

DMIC 5,60 0,00

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

5500,4938,1680,0090,0125,0418,4299

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Anual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
-------------	----------------	--------	---------------	-------------	-------------	------------------	-------------

17/09/18	16/09/18	1,00	95	0,03	100	0,41	40,41
----------	----------	------	----	------	-----	------	-------

17/09/18	16/09/18	32 DIAS	100				40,41
----------	----------	---------	-----	--	--	--	-------

VALOR (R\$)

VALOR CONSUMO DO MES 40,41

MULTA MORATORIA REF 06/2018 0,78

CORRECAO MONETARIA DO MES 0,20

JUROS DO MES 0,74

COB. SALDO FATURA ANTERIOR 40,61

ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 5,12)

VENCIMENTO 24/10/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)

82,74

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	21,58
Perdas	12,50
Distribuição	12,50
Encargos Setaoriais	3,00
Tributos (TOM, PIS, COFINS)	0,93
TOTAL	40,41

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09
100	115	100	138	146							

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emissões kg (CO₂)

Compensado kg (CO₂)

Consciência Ecológica (NCO)

39,04 0,00

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

PARA CANCELAR SUA CONTA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZE:
SEU NÚMERO DO CLIENTE SEM O DÍGITO VERIFICADOR.
Chame os vizinhos e amigos e ajude no combate ao mosquito transmissor
Da dengue, Zika e Chikungunya. Ministério da Saúde. Gov. Federal

NÃO FOI POSSÍVEL CULPEM LEITURA POR: FMT MEDIA-LEIT B MESTRAL ART 86 RES 414
Consta desta fatura R\$ 0,93 referente a PIS e COFINS. Alíquotas: PIS:0,42% e COFINS:1,91%
(Lei nº 9.250, 1996 - COFINS - INCLUI - 10,40% sobre o PIS - 1,91% sobre o PIS)

Bandeira vermelha pagar 2 em out-18 com custo de 5,12 reais e cada 100kWh
(utilizado-hora). Informações: www.eneel.gov.br

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Maria Rosalia Carvalho

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2005021048272
NOME MARIA ROSALIA CARVALHO
DATA DE EXPEDIÇÃO 18/7/2005

FILIAÇÃO ANTONIO CARVALHO E MARIA DO SOCORRO NEVES DE CARVALHO

NATURALIDADE QUIXERAMOBIM-CE
DATA DE NASCIMENTO 24/4/1969

CERT. NASC. 2808 L A03 F
191 ENCANTADO QUIXERAMOBIM/CE
ID. INT. 190314389

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: FRANCISCA. AMÉLIA. PAZ. HOLANDA.		
RG: 2016129989-4	ORGÃO EMISSOR: SSP	CPF: 771.292.823-87
ENDEREÇO: UL. NENELÂNDIA.		Nº: S/N
BAIRRO: D.T. ENCONTADO	CEP: 63.800.000	
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM.	CE:	

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 28 de Novembro de 2018

P.P. FRANCISCA. AMELIA. PAZ. HOLANDA.

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 545142498
Rota 29 28032 04 006000 - 0
Nome LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA
End. Postal VL NENELANDIA 00000
DISTRITO DE ENCANTADO - QUIXERAMOBIM - 63800000
Medidor 441365
Classe B1 - 01-RESIDENCIAL 01-NORMAL MONOFASICO
RG/CPF/CNPJ 010378603-14
Nome do Responsável

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta

Conjunta: 90,00%
Mês: +0,00%
EIGD: 42,37

Padrão Individual: 7

Apuração Individual

Mensal Trim. Anual Mensal Trim. Anual

DIC 10,58 21,17 42,34 0,00 0,00 0,00

FIC 7,39 15,19 30,39 0,00 0,00 0,00

DMIC 5,38 0,00 0,00

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Alíquota Valor do Imposto

145,77 27,30% 39,95

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

EIGD: 42,37 3,77 0,40 0,15 0,05 0,01 0,01

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual Leit. Anterior Const. Consumo (kWh) Cons. Ind. Cons. Pól. Tarifa (R\$/kWh) Valor (R\$)

FF 17379 17204 1,00 175 0,00 175 145,77

11/10/18 13/10/18 20/11/18

DESCRIÇÃO

VALOR CONSUMO DO MÊS 145,77

MULTA MORATORIA REF 07/2018 2,62

JUROS DO MÊS 0,32

ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL 18,43

SFG FAMILIA RES SUP 3 + 1 PLANO1-638006000560 4,60

ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MÊS (R\$ 13,44)



VENCIMENTO 20/11/2018 **TOTAL A PAGAR (R\$)** 171,74

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia 51,30

Transmissão 12,62

Distribuição 12,62

Encargos Setoriais 7,00

Tributos (ICMS PIS/COFINS) 50,83

TOTAL 145,77

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂) Compensado kg (CO₂) Consciência Ecológica (%CO₂)

68,32 0,00 0

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

PARA MOSTRAR SUA CONTA EM DEBITO AUTOMÁTICO UTILIZE

SEU NÚMERO DO CLIENTE SEM O DÍGITO VERIFICADOR.

Chame os vizinhos e amigos e envie no WhatsApp o link: www.enel.com.br

De denovo, zika e chikungunya. Ministério da Saúde. Gov. Federal.

8380000001-7 71740031000-6 00034937100-8 01283939276-5

Conta desta fatura R\$ 11,40 referente a FIC e DMIC - Encargos Setoriais e Distribuição.

Bandeira amarela de 10/10 com custo de 1,00 real e verde (CONSUMO) 11/10/18.

Informações: www.enel.com.br

Nº do Cliente: 3493710 Referência: Out/2018

Data de Emissão: 11/10/2018 Total a Pagar (R\$): 171,74

Nº da Nota Fiscal: 545142498 Nº de Controle: 0003493710 00118 39392 54

8380000001-7 71740031000-6 00034937100-8 01283939276-5

Requerimento Outorga (3654140)

SEI 01250.071938/2018-62 / pg. 104

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: VERA LUCIA COSTA REIS		
RG: 818 278 - 84	ÓRGÃO EMISSOR: SSP	CPF: 638.471.753-00
ENDEREÇO: NENELÂNDIA		Nº: 91N
BAIRRO: NENELÂNDIA		CEP: 63800-000
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2018

Vera Lúcia Costa Reis

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

AV. DE JORDANI FERNANDES, 370 - CENTRO
QUIXERAMOBIM - CEARÁ - CEP. 63500-000
FONE: (085) 3441.1293 - FAX: (085) 3441.1.17
C.N.P.J. 07.742.770/0001-18

12115-2	181.012.115	OUT/2018	14/11/2018	R\$ 30,20
VERA LUCIA COSTA REIS NENELÂNDIA, S/N BAIRRO: CENTRO - LOCALIDADE: NENELÂNDIA ROTA: 04-001-000419-00000-00000 HIDRÔMETRO: 2F543468 C - G. CONSUMO: 1R1-0 0-0 0-0 0				
000		1R1-0 0-0 0-0 0		
TA-TARIFA DE AGUA				R\$ 30,20
2F543468 C		14/11/2018		R\$ 30,20
23/10/2018	1.053	1.053	0	0
O SAEE agradece e parabeniza pela pontualidade no pagamento.		00		

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO AV. DE JORDANI FERNANDES, 370 - CENTRO QUIXERAMOBIM - CEARÁ - CEP. 63500-000 FONE: (085) 3441.1293 - FAX: (085) 3441.1.17 C.N.P.J. 07.742.770/0001-18		181.012.115	05/11/2018
VERA LUCIA COSTA REIS		000	
NENELÂNDIA, S/N			0121152
BAIRRO: CENTRO			
LOCALIDADE: NENELÂNDIA		10/2018	12115-2
ROTA: 04-001-000419-00000-00000		14/11/2018	
HIDRÔMETRO: 2F543468 C			
GRUPO DE CONSUMO: 1R1-0 0-0 0-0 0			R\$ 30,20

8263000000-3 30206267012-3 11520181000-5 00001000000-8



Verônica Lúcia Costa Reis

818278-84
VERA LUCIA COSTA REIS
João Holanda Reis e
Damiana Costa Reis
Quixeramobim-Ce

20.1.1963

14.10.84

Cert. Cas. N.º 268, Lv. B-1, Fls. 182
Cart. 2a zona Quixeramobim-Ce

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: <i>MARIA. VERA HOLANDA</i>		
RG: <i>2016243542.2</i>	ÓRGÃO EMISSOR: <i>SSP.</i>	CPF: <i>895.386.843.20</i>
ENDEREÇO: <i>FZ. POÇO DA PEDRA - VIL. NOVA DA.</i>		Nº: <i>S/N</i>
BAIRRO: <i>NENELÂNDIA.</i>		CEP: <i>63800-000</i>
MUNICÍPIO: <i>QUIXERAMOBIM.</i>		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2018

Maria Vera Holanda
Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)		
NOME: GESSE DA SILVA DOS REIS		
RG: 2008164777-6	ÓRGÃO EMISSOR: SSP	CPF: 061.200.193-83
ENDEREÇO: FZ. NENEUNDA		Nº: S/N
BAIRRO: NENEUNDA		CEP: 63800-000
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM		CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2018

Gesse da Silva Reis
Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL = 200816*777 - 6 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/04/2012

NOME GESSÉ DA SILVA DOS REIS

FILIAÇÃO ANTÔNIO ANTERO DOS REIS
ELENIR FIRMINO DA SILVA DOS REIS

NATURALIDADE QUIXERAMOBIM - CE DATA DE NASCIMENTO 10/06/1994

DOC. ORIGEM CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: ENCANTADO TERMO: 77 FOLHA: 20 LIVRO: 4
ESP QUIXERAMOBIM - CE

1 VTA ASSINATURA DO DETENTOR P.: 27

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Polígono Direito

Gessé da Silva dos Reis

CARTEIRA DE IDENTIDADE

2643730

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 20 de abril de 2002

Companhia Energética da Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60030-040 | Fortaleza - CE
CNPJ 07.062.291/0001-70 | CCE-CE-100.9-100

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº 533358081

Rota 31 28031 04 055000 - 4 Data de Emissão 16/07/2018

Nome ANTONIO ANTERO DOS REIS

End. Postal FZ NENELANDIA 00000
- QUIXERAMOBIM - 63800000

Medidor 9878739 Poste 0000 0000

Classe 01-RESIDENCIAL 07-BX, RENDA ANUOFASICO BAIXA RENDA

RG / CPF / CNPJ 001573663-67 CGF

Nome do Responsável

DATAS

Mês de Referência	Data da Apresentação	Previsão Próxima Lâmbra
Jul/2018	16/08/2018	16/08/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta

Conjuntura QUAL ESTATISTICA

Mês Jul/2018

Padrão Individual	Padrão Individual			Acessos Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC	0,78	21,17	42,04	1,00	0,00	0,00
FIC	0,57	15,19	50,39	1,00	0,00	0,00
DMIC	0,65			1,00		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Dist.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
EP 9512	5447	1,00	65	0,01	20	0,1140	7,26
16/07/18	15/06/18		31 0240		65		17,50

VALOR CONSUMO DO MES 17,50

JUROS DO MES 0,11

ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL 9,23

PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA 1,08

COB. SALDO FATURA ANTERIOR 20,38

ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 1,67)

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)			
NOME: <i>Antonio Holanola de Lima</i>			
RG: <i>3057570-96</i>	ÓRGÃO EMISSOR: <i>SSP</i>	CPF: <i>855970233-49</i>	
ENDEREÇO: <i>FZ Passo da Pedra</i>			Nº:
BAIRRO:			CEP: <i>63800000</i>
MUNICÍPIO: <i>Quixeramobim</i>			CE:

Nenelandia – Quixeramobim (CE), *21* de Novembro de 2.018

Antonio Holanola de Lima

Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

8702935

ir ao atendimento, utilize o máximo
a entrar em contato conosco.

Companhia Energética do Ceará

Rua Francisco de Sá, 150

CEP 61135-000 - Fortaleza, CE

CNPJ 07047251/0001-01 | CGF 06.105.1483



DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | N°

541473212

31 28031 04 039000 - 0

Data de Emissão 17/09/2018

ANTONIO IVAN HOLANDA DE LIMA

FZ PO770 DA PEDRA 00000

DISTRITO DE ENCANTADO - QUIXERAMOBIM 63800000

M 12149125 Poste 0000 0000

B2 - 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO

PF/CNPJ 036457283-33

CGF

do Responsável

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Conjunto 001-27-451M

Mês 001/2018

2000 9,55

Padrão Individual 0,00

Apuração Individual

dia	Data de Apresentação	Previsão Próxima Leitura
01/18	16/10/2018	16/10/2018

Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
ISENTO		

RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

ETED 10042.0010.210F.0040.0000.0000

ANOTAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
007	12781	1,00	56	0,00	0,00	0,40412	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63



ENCIMENTO	24/10/2018	TOTAL A PAGAR (R\$)	0,00
-----------	------------	---------------------	------

IMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Valor (R\$)	Valor (R\$)
22,63	22,63

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

PARA CANCELAR SUA CONTA EM DEBITO AUTOMÁTICO UTILIZE:
SEU NÚMERO DO CLIENTE SEM O DÍGITO VERIFICADOR.
Chame as vizinhas e amigas e entre no combate ao mosquito transmissor
da dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde. Gov. Federal

NÃO FOI POSSÍVEL CULHER LEITURA PARA FMT MÉDIA-LEIT B MESTRAL ART 95 RES 414
Conste desta fatura R\$ 0,00 referente a PIS e COFINS Alíquotas: PIS:0,42% e COFINS:1,91%
(CNPJ: 07047251/0001-01 - ANEEL e Lei nº 10.437/02 e Lei nº 11.907/09)
Bandeira vermelha exibir 2 em out-18 com custo de 5,00 reais a cada 100kWh
(quilowatt-hora). Informações: www.aneel.gov.br

Nº do Cliente:	8702935	Referência:	Set/2018
Data de Emissão:	17/09/2018	Total a Pagar (R\$):	0,00
Nº da Nota Fiscal:	541473212	Nº de Controle:	0008702935 00011 39112 40

PARA CONFERENCIA: Esta fatura por ter valor inferior ao mínimo para cobrança, não necessita pagamento. Assim, este valor será acrescido na próxima fatura mensal sem qualquer incidência de multas ou encargos.

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)			
NOME: MARIA EDINETE DE SOUSA REIS			
RG: 2006.081016224	ÓRGÃO EMISSOR: SSP	CPF:	
ENDEREÇO: VL. DE CANGATY		Nº: SIN	
BAIRRO: ENCANTADO - NENELÂNDIA		CEP: 63800-000	
MUNICÍPIO: QUIXERAMOBIM		CE:	

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2018



Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

Requerimento Curador (3654140) SEI 01250.071938/2018-62 / pg. 114

MANIFESTAÇÃO EM APOIO DE PESSOA FÍSICA

Eu, abaixo qualificado (a), venho, nos termos do Artigo 9º, § 2º, inciso VI da Lei nº 9.612/1.998, demonstrar o meu apoio à iniciativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 26.124.285/0001-66, que tem interesse em receber autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nesta localidade.

Declaro, ainda, para os devidos fins, que resido na área pretendida para a prestação do serviço.

QUALIFICAÇÃO DO APOIADOR (A)			
NOME: <u>PLEGIVAN DA SILVA HOLANDA</u>			
RG: <u>2002003006866</u>	ÓRGÃO EMISSOR: <u>SSP</u>	CPF:	
ENDEREÇO: <u>VL. CANGAÇU</u>		Nº: <u>S/N</u>	
BAIRRO: <u>ENCONTADO - NENELÂNDIA</u>		CEP: <u>63800-000</u>	
MUNICÍPIO: <u>QUIXERAMOBIM</u>		CE:	

Nenelandia – Quixeramobim (CE), 14 de Novembro de 2.018

Plegivan da Silva Holanda
Assinatura do (a) apoiador (a)

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia da identidade e do comprovante de endereço do apoiador (a);

Nº DO CLIENTE
2872083

A Tarifa Social de Energia Elétrica
Instituída pela Lei nº 10.438
de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Vasconcelos, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza - CE
CNPJ 07042251/2001-70 | CGF 06.105.948-3



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº **549222185**

Rota **29 28032 04 008000 - 6** Data de Emissão **12/11/2018**

Nome **ZILMAR DA SILVA HOLANDA**

End. Postal **VL DE CANGATI 00000**

Modificador **11947262**

Classe **B2 - 04-RURAL 10-RESIDENCIA RURAL MONOFASICO**

RG/CPF/CNPJ **001068693-62**

Nome do Responsável

DATAS	Mês de Referência	Ciclo de Apresentação	Próxima Leitura
	Nov/2018	12/11/2018	12/12/2018

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta.

Veja a seguinte		Mês		Período Individual			Agrupação Individual			
					Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
Conjunta		Mês			10,58	21,17	21,34	4,56	4,56	0,00
Mês		Mês			2,35	5,14	10,29	1,00	1,00	0,00
					1,18			1,18		

ICMS	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto
	ISENTO		

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

F500.C001.6804.7760.10075.F106.1.006.0078

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Excl.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
18345	18230	1,00	115	1,00	115	46,39	46,39
12/11/18	11/10/18		32,1148				1,14

VALOR CONSUMO DO MÊS
MÚLTA MORATORIA REF 08/2018
ADICIONAL BANDEIRA AMARELA MÊS (R\$ 4,27)

VENCIMENTO **13/12/2018**

TOTAL A PAGAR (R\$) **47,53**

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	46,39
Moratória	0,00
Distribuição	0,00
Encargos Setoriais	0,00
Tributos (TOM, PIS, COFINS)	0,00
TOTAL	46,39

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

Mês	Consumo (kWh)
12/11/18	115
11/10/18	32,1148
10/09/18	115
09/08/18	115
08/07/18	115
07/06/18	115
06/05/18	115
05/04/18	115
04/03/18	115
03/02/18	115
02/01/18	115
01/12/17	115

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÃO DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO ₂)	Compensado kg (CO ₂)	Compensação Ecológica (%CO ₂)
44,90	0,00	0,00

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

CONTAS EM ATRASO

AVISO DE DÉBITO JORNAL:
Informamos existir débitos vencidos sem acréscimos tendo em vista data, no valor de R\$ 72,36. Seu fornecimento de energia elétrica ficará suspenso em até 30 dias contados a partir da data de vencimento e não pagos.

DATA	VALOR
12/11/18	17,00
02/12/18	55,36

Consta desta fatura R\$ 2,72 referente a 112 e 113 e 114 e 115 e 116 e 117 e 118 e 119 e 120 e 121 e 122 e 123 e 124 e 125 e 126 e 127 e 128 e 129 e 130 e 131 e 132 e 133 e 134 e 135 e 136 e 137 e 138 e 139 e 140 e 141 e 142 e 143 e 144 e 145 e 146 e 147 e 148 e 149 e 150 e 151 e 152 e 153 e 154 e 155 e 156 e 157 e 158 e 159 e 160 e 161 e 162 e 163 e 164 e 165 e 166 e 167 e 168 e 169 e 170 e 171 e 172 e 173 e 174 e 175 e 176 e 177 e 178 e 179 e 180 e 181 e 182 e 183 e 184 e 185 e 186 e 187 e 188 e 189 e 190 e 191 e 192 e 193 e 194 e 195 e 196 e 197 e 198 e 199 e 200 e 201 e 202 e 203 e 204 e 205 e 206 e 207 e 208 e 209 e 210 e 211 e 212 e 213 e 214 e 215 e 216 e 217 e 218 e 219 e 220 e 221 e 222 e 223 e 224 e 225 e 226 e 227 e 228 e 229 e 230 e 231 e 232 e 233 e 234 e 235 e 236 e 237 e 238 e 239 e 240 e 241 e 242 e 243 e 244 e 245 e 246 e 247 e 248 e 249 e 250 e 251 e 252 e 253 e 254 e 255 e 256 e 257 e 258 e 259 e 260 e 261 e 262 e 263 e 264 e 265 e 266 e 267 e 268 e 269 e 270 e 271 e 272 e 273 e 274 e 275 e 276 e 277 e 278 e 279 e 280 e 281 e 282 e 283 e 284 e 285 e 286 e 287 e 288 e 289 e 290 e 291 e 292 e 293 e 294 e 295 e 296 e 297 e 298 e 299 e 300 e 301 e 302 e 303 e 304 e 305 e 306 e 307 e 308 e 309 e 310 e 311 e 312 e 313 e 314 e 315 e 316 e 317 e 318 e 319 e 320 e 321 e 322 e 323 e 324 e 325 e 326 e 327 e 328 e 329 e 330 e 331 e 332 e 333 e 334 e 335 e 336 e 337 e 338 e 339 e 340 e 341 e 342 e 343 e 344 e 345 e 346 e 347 e 348 e 349 e 350 e 351 e 352 e 353 e 354 e 355 e 356 e 357 e 358 e 359 e 360 e 361 e 362 e 363 e 364 e 365 e 366 e 367 e 368 e 369 e 370 e 371 e 372 e 373 e 374 e 375 e 376 e 377 e 378 e 379 e 380 e 381 e 382 e 383 e 384 e 385 e 386 e 387 e 388 e 389 e 390 e 391 e 392 e 393 e 394 e 395 e 396 e 397 e 398 e 399 e 400 e 401 e 402 e 403 e 404 e 405 e 406 e 407 e 408 e 409 e 410 e 411 e 412 e 413 e 414 e 415 e 416 e 417 e 418 e 419 e 420 e 421 e 422 e 423 e 424 e 425 e 426 e 427 e 428 e 429 e 430 e 431 e 432 e 433 e 434 e 435 e 436 e 437 e 438 e 439 e 440 e 441 e 442 e 443 e 444 e 445 e 446 e 447 e 448 e 449 e 450 e 451 e 452 e 453 e 454 e 455 e 456 e 457 e 458 e 459 e 460 e 461 e 462 e 463 e 464 e 465 e 466 e 467 e 468 e 469 e 470 e 471 e 472 e 473 e 474 e 475 e 476 e 477 e 478 e 479 e 480 e 481 e 482 e 483 e 484 e 485 e 486 e 487 e 488 e 489 e 490 e 491 e 492 e 493 e 494 e 495 e 496 e 497 e 498 e 499 e 500 e 501 e 502 e 503 e 504 e 505 e 506 e 507 e 508 e 509 e 510 e 511 e 512 e 513 e 514 e 515 e 516 e 517 e 518 e 519 e 520 e 521 e 522 e 523 e 524 e 525 e 526 e 527 e 528 e 529 e 530 e 531 e 532 e 533 e 534 e 535 e 536 e 537 e 538 e 539 e 540 e 541 e 542 e 543 e 544 e 545 e 546 e 547 e 548 e 549 e 550 e 551 e 552 e 553 e 554 e 555 e 556 e 557 e 558 e 559 e 560 e 561 e 562 e 563 e 564 e 565 e 566 e 567 e 568 e 569 e 570 e 571 e 572 e 573 e 574 e 575 e 576 e 577 e 578 e 579 e 580 e 581 e 582 e 583 e 584 e 585 e 586 e 587 e 588 e 589 e 590 e 591 e 592 e 593 e 594 e 595 e 596 e 597 e 598 e 599 e 600 e 601 e 602 e 603 e 604 e 605 e 606 e 607 e 608 e 609 e 610 e 611 e 612 e 613 e 614 e 615 e 616 e 617 e 618 e 619 e 620 e 621 e 622 e 623 e 624 e 625 e 626 e 627 e 628 e 629 e 630 e 631 e 632 e 633 e 634 e 635 e 636 e 637 e 638 e 639 e 640 e 641 e 642 e 643 e 644 e 645 e 646 e 647 e 648 e 649 e 650 e 651 e 652 e 653 e 654 e 655 e 656 e 657 e 658 e 659 e 660 e 661 e 662 e 663 e 664 e 665 e 666 e 667 e 668 e 669 e 670 e 671 e 672 e 673 e 674 e 675 e 676 e 677 e 678 e 679 e 680 e 681 e 682 e 683 e 684 e 685 e 686 e 687 e 688 e 689 e 690 e 691 e 692 e 693 e 694 e 695 e 696 e 697 e 698 e 699 e 700 e 701 e 702 e 703 e 704 e 705 e 706 e 707 e 708 e 709 e 710 e 711 e 712 e 713 e 714 e 715 e 716 e 717 e 718 e 719 e 720 e 721 e 722 e 723 e 724 e 725 e 726 e 727 e 728 e 729 e 730 e 731 e 732 e 733 e 734 e 735 e 736 e 737 e 738 e 739 e 740 e 741 e 742 e 743 e 744 e 745 e 746 e 747 e 748 e 749 e 750 e 751 e 752 e 753 e 754 e 755 e 756 e 757 e 758 e 759 e 760 e 761 e 762 e 763 e 764 e 765 e 766 e 767 e 768 e 769 e 770 e 771 e 772 e 773 e 774 e 775 e 776 e 777 e 778 e 779 e 780 e 781 e 782 e 783 e 784 e 785 e 786 e 787 e 788 e 789 e 790 e 791 e 792 e 793 e 794 e 795 e 796 e 797 e 798 e 799 e 800 e 801 e 802 e 803 e 804 e 805 e 806 e 807 e 808 e 809 e 810 e 811 e 812 e 813 e 814 e 815 e 816 e 817 e 818 e 819 e 820 e 821 e 822 e 823 e 824 e 825 e 826 e 827 e 828 e 829 e 830 e 831 e 832 e 833 e 834 e 835 e 836 e 837 e 838 e 839 e 840 e 841 e 842 e 843 e 844 e 845 e 846 e 847 e 848 e 849 e 850 e 851 e 852 e 853 e 854 e 855 e 856 e 857 e 858 e 859 e 860 e 861 e 862 e 863 e 864 e 865 e 866 e 867 e 868 e 869 e 870 e 871 e 872 e 873 e 874 e 875 e 876 e 877 e 878 e 879 e 880 e 881 e 882 e 883 e 884 e 885 e 886 e 887 e 888 e 889 e 890 e 891 e 892 e 893 e 894 e 895 e 896 e 897 e 898 e 899 e 900 e 901 e 902 e 903 e 904 e 905 e 906 e 907 e 908 e 909 e 910 e 911 e 912 e 913 e 914 e 915 e 916 e 917 e 918 e 919 e 920 e 921 e 922 e 923 e 924 e 925 e 926 e 927 e 928 e 929 e 930 e 931 e 932 e 933 e 934 e 935 e 936 e 937 e 938 e 939 e 940 e 941 e 942 e 943 e 944 e 945 e 946 e 947 e 948 e 949 e 950 e 951 e 952 e 953 e 954 e 955 e 956 e 957 e 958 e 959 e 960 e 961 e 962 e 963 e 964 e 965 e 966 e 967 e 968 e 969 e 970 e 971 e 972 e 973 e 974 e 975 e 976 e 977 e 978 e 979 e 980 e 981 e 982 e 983 e 984 e 985 e 986 e 987 e 988 e 989 e 990 e 991 e 992 e 993 e 994 e 995 e 996 e 997 e 998 e 999 e 1000 e 1001 e 1002 e 1003 e 1004 e 1005 e 1006 e 1007 e 1008 e 1009 e 1010 e 1011 e 1012 e 1013 e 1014 e 1015 e 1016 e 1017 e 1018 e 1019 e 1020 e 1021 e 1022 e 1023 e 1024 e 1025 e 1026 e 1027 e 1028 e 1029 e 1030 e 1031 e 1032 e 1033 e 1034 e 1035 e 1036 e 1037 e 1038 e 1039 e 1040 e 1041 e 1042 e 1043 e 1044 e 1045 e 1046 e 1047 e 1048 e 1049 e 1050 e 1051 e 1052 e 1053 e 1054 e 1055 e 1056 e 1057 e 1058 e 1059 e 1060 e 1061 e 1062 e 1063 e 1064 e 1065 e 1066 e 1067 e 1068 e 1069 e 1070 e 1071 e 1072 e 1073 e 1074 e 1075 e 1076 e 1077 e 1078 e 1079 e 1080 e 1081 e 1082 e 1083 e 1084 e 1085 e 1086 e 1087 e 1088 e 1089 e 1090 e 1091 e 1092 e 1093 e 1094 e 1095 e 1096 e 1097 e 1098 e 1099 e 1100 e 1101 e 1102 e 1103 e 1104 e 1105 e 1106 e 1107 e 1108 e 1109 e 1110 e 1111 e 1112 e 1113 e 1114 e 1115 e 1116 e 1117 e 1118 e 1119 e 1120 e 1121 e 1122 e 1123 e 1124 e 1125 e 1126 e 1127 e 1128 e 1129 e 1130 e 1131 e 1132 e 1133 e 1134 e 1135 e 1136 e 1137 e 1138 e 1139 e 1140 e 1141 e 1142 e 1143 e 1144 e 1145 e 1146 e 1147 e 1148 e 1149 e 1150 e 1151 e 1152 e 1153 e 1154 e 1155 e 1156 e 1157 e 1158 e 1159 e 1160 e 1161 e 1162 e 1163 e 1164 e 1165 e 1166 e 1167 e 1168 e 1169 e 1170 e 1171 e 1172 e 1173 e 1174 e 1175 e 1176 e 1177 e 1178 e 1179 e 1180 e 1181 e 1182 e 1183 e 1184 e 1185 e 1186 e 1187 e 1188 e 1189 e 1190 e 1191 e 1192 e 1193 e 1194 e 1195 e 1196 e 1197 e 1198 e 1199 e 1200 e 1201 e 1202 e 1203 e 1204 e 1205 e 1206 e 1207 e 1208 e 1209 e 1210 e 1211 e 1212 e 1213 e 1214 e 1215 e 1216 e 1217 e 1218 e 1219 e 1220 e 1221 e 1222 e 1223 e 1224 e 1225 e 1226 e 1227 e 1228 e 1229 e 1230 e 1231 e 1232 e 1233 e 1234 e 1235 e 1236 e 1237 e 1238 e 1239 e 1240 e 1241 e 1242 e 1243 e 1244 e 1245 e 1246 e 1247 e 1248 e 1249 e 1250 e 1251 e 1252 e 1253 e 1254 e 1255 e 1256 e 1257 e 1258 e 1259 e 1260 e 1261 e 1262 e 1263 e 1264 e 1265 e 1266 e 1267 e 1268 e 1269 e 1270 e 1271 e 1272 e 1273 e 1274 e 1275 e 1276 e 1277 e 1278 e 1279 e 1280 e 1281 e 1282 e 1283 e 1284 e 1285 e 1286 e 1287 e 1288 e 1289 e 1290 e 1291 e 1292 e 1293 e 1294 e 1295 e 1296 e 1297 e 1298 e 1299 e 1300 e 1301 e 1302 e 1303 e 1304 e 1305 e 1306 e 1307 e 1308 e 1309 e 1310 e 1311 e 1312 e 1313 e 1314 e 1315 e 1316 e 1317 e 1318 e 1319 e 1320 e 1321 e 1322 e 1323 e 1324 e 1325 e 1326 e 1327 e 1328 e 1329 e 1330 e 1331 e 1332 e 1333 e 1334 e 1335 e 1336 e 1337 e 1338 e 1339 e 1340 e 1341 e 1342 e 1343 e 1344 e 1345 e 1346 e 1347 e 1348 e 1349 e 1350 e 1351 e 1352 e 1353 e 1354 e 1355 e 1356 e 1357 e 1358 e 1359 e 1360 e 1361 e 1362 e 1363 e 1364 e 1365 e 1366 e 1367 e 1368 e 1369 e 1370 e 1371 e 1372 e 1373 e 1374 e 1375 e 1376 e 1377 e 1378 e 1379 e 1380 e 1381 e 1382 e 1383 e 1384 e 1385 e 1386 e 1387 e 1388 e 1389 e 1390 e 1391 e 1392 e 1393 e 1394 e 1395 e 1396 e 1397 e 1398 e 1399 e 1400 e 1401 e 1402 e 1403 e 1404 e 1405 e 1406 e 1407 e 1408 e 1409 e 1410 e 1411 e 1412 e 1413 e 1414 e 1415 e 1416 e 1417 e 1418 e 1419 e 1420 e 1421 e 1422 e 1423 e 1424 e 1425 e 1426 e 1427 e 1428 e 1429 e 1430 e 1431 e 1432 e 1433 e 1434 e 1435 e 1436 e 1437 e 1438 e 1439 e 1440 e 1441 e 1442 e 1443 e 1444 e 1445 e 1446 e 1447 e 1448 e 1449 e 1450 e 1451 e 1452 e 1453 e 1454 e 1455 e 1456 e 1457 e 1458 e 1459 e 1460 e 1461 e 1462 e 1463 e 1464 e 1465 e 1466 e 1467 e 1468 e 1469 e 1470 e 1471 e 1472 e 1473 e 1474 e 1475 e 1476 e 1477 e 1478 e 1479 e 1480 e 1481 e 1482 e 1483 e 1484 e 1485 e 1486 e 1487 e 1488 e 1489 e 1490 e 1491 e 1492 e 1493 e 1494 e 1495 e 1496 e 1497 e 1498 e 1499 e 1500 e 1501 e 1502 e 1503 e 1504 e 1505 e 1506 e 1507 e 1508 e 1509 e 1510 e 1511 e 1512 e 1513 e 1514 e 1515 e 1516 e 1517 e 1518 e 1519 e 1520 e 1521 e 1522 e 1523 e 1524 e 1525 e 1526 e 1527 e 1528 e 1529 e 1530 e 1531 e 1532 e 1533 e 1534 e 1535 e 1536 e 1537 e 1538 e 1539 e 1540 e 1541 e 1542 e 1543 e 1544 e 1545 e 1546 e 1547 e 1548 e 1549 e 1550 e 1551 e 1552 e 1553 e 1554 e 1555 e 1556 e 1557 e 1558 e 1559 e 1560 e 1561 e 1562 e 1563 e 1564 e 1565 e 1566 e 1567 e 1568 e 1569 e 1570 e 1571 e 1572 e 1573 e 1574 e 1575 e 1576 e 1577 e 1578 e 1579 e 1580 e 1581 e 1582 e 1583 e 1584 e 1585 e 1586 e 1587 e 1588 e 1589 e 1590 e 1591 e 1592 e 1593 e 1594 e 1595 e 1596 e 1597 e 1598 e 1599 e 1600 e 1601 e 1602 e 1603 e 1604 e 1605 e 1606 e 1607 e 1608 e 1609 e 1610 e 1611 e 1612 e 1613 e 1614 e 1615 e 1616 e 1617 e 1618 e 1619 e 1620 e 1621 e 1622 e 1623 e 1624 e 1625 e 1626 e 1627 e 1628 e 1629 e 1630 e 1631 e 1632 e 1633 e 1634 e 1635 e 1636 e 1637 e 1638 e 1639 e 1640 e 1641 e 1642 e 1643 e 1644 e 1645 e 1646 e 1647 e 1648 e 1649 e 1650 e 1651 e 1652 e 1653 e 1654 e 1655 e 1656 e 1657 e 1658 e 1659 e 1660 e 1661 e 1662 e 1663 e 1664 e 1665 e 1666 e 1667 e 1668 e 1669 e 1670 e 1671 e 1672 e 1673 e 1674 e 1675 e 1676 e 1677 e 1678 e 1679 e 1680 e 1681 e 1682 e 1683 e 1684 e 1685 e 1686 e 1687 e 1688 e 1689 e 1690 e 1691 e 1692 e 1693 e 1694 e 1695 e 1696 e 1697 e 1698 e 1699 e 1700 e 1701 e 1702 e 1703 e 1704 e 1705 e 1706 e 1707 e 1708 e 1709 e 1710 e 1711 e 1712 e 1713 e 1714 e 1715 e 1716 e 1717 e 1718 e 1719 e 1720 e 1721 e 1722 e 1723 e 1724 e 1725 e 1726 e 1727 e 1728 e 1729 e 1730 e 1731 e 1732 e 1733 e 1734 e 1735 e 1736 e 1737 e 1738 e 1739 e 1740 e 1741 e 1742 e 1743 e 1744 e 1745 e 1746 e 1747 e 1748 e 1749 e 1750 e 1751 e 1752 e 1753 e 1754 e 1755 e 1756 e 1757 e 1758 e 1759 e 1760 e 1761 e 1762 e 1763 e 1764 e 1765 e 1766 e 1767 e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Guia de Recolhimento da União - GRU

Código de Recolhimento	18822-0
Número de Referência	
Competência	
Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NEN	CNPJ ou CPF do Contribuinte 26.124.285/0001-66
Nome da Unidade Favorecida: COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão 240101 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.	(=) Valor do Principal 100,00
	(-) Desconto/Abatimento
	(-) Outras deduções
	(+) Mora / Multa
	(+) Juros / Encargos
	(+) Outros Acréscimos
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STNAD3E2662DE03706A80BCE6038B64BA25]	(=) Valor Total 100,00

85860000001-2 00000254188-2 22042122261-9 24285000166-6



http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gerarHTML.asp

1/1

29/11/2018 - BANCO DO BRASIL - 11:10:34
780016802 0015

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 85860000001-2 00000254188-2
22042122261-9 24285000166-6
Data do pagamento 29/11/2018
Valor em Dinheiro 100,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 100,00

NR.AUTENTICACAO 3.F0A.648.64A.A81.066



70044900

DESTINATÁRIO / Recipient	
MCTIC	
ENDEREÇO/Address	TELEFONE/Phone number
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO "R", ALUGO "B" - SALA 3010	
CEP Zip	CIDADE/City
70044900	BRASILIA
UF/State	PAÍS/Country
DF	BRASIL



DEVOLUÇÃO / Return (CNI5)	
<input type="checkbox"/> Mudou-se (moved)	<input type="checkbox"/> Falecido (deceased)
<input type="checkbox"/> Recusado (refused)	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente (insufficient address)
<input type="checkbox"/> Desconhecido (unknown)	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (non-existent number)
<input type="checkbox"/> Não procurado (unsearched)	<input type="checkbox"/> Outros (other)
<input type="checkbox"/> Ausente (absent)	
Tentativas de entrega (Delivery attempts)	
1 ^ª _____	2 ^ª _____
3 ^ª _____	4 ^ª _____
Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided by the doorman or the condo manager)	
<input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em _____ (Reintegrated to postal service)	
Assinatura: _____ Data: _____	

FRIGNUETA ON CAPONED MAP



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO / CGGM

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	COCCT	SEPED	DAD	CGRL
AGME	CONCEA	SEPOD	DGE	DIMAP
ASCOM	CTNBio	SERAD	DGV	
ASPAR	OUVID	SETEC	DPO	
ASSIN	CONJUR	SETEL	DTI	
CERIM	SEXEC	SEPRG	CGGP	

DEMANDA:		
Acompanhar	Examinar e elaborar minuta de decisão/resposta	Tomar ciência e arquivar
Emitir manifestação	Examinar e adotar providências de praxe	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
Emitir Parecer	Responder ao requerente/interessado c/c para o GM	

OBSERVAÇÃO:



Documento assinado eletronicamente por **Mahendra de Sena Formiga, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 06/12/2018, às 12:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3658476** e o código CRC **03421A22**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 01250.071938/2018-62

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 06/12/2018, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3660914** e o código CRC **3A9819E8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 3660914

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 01250.071938/2018-62

Referência: Requerimento (3654140)

Interessado: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA - CE

Assunto: Outorga de Radiodifusão Comunitária

De ordem do Sr. Diretor-Substituto, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para exame e providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edjane Silva de Lima Moraes**, **Agente Administrativo**, em 07/12/2018, às 08:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3663754** e o código CRC **0191DE13**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 3663754



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

1/28/19 11:37 AM

Página 1 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	CE	QUIXERAMOBIM	53000.005129/2010	30	05S2629	39W1151	ARQDE F	ASSOCIACAO VALE DE NENELANDIA
0.00	CE	QUIXERAMOBIM	53000.045837/2011	30	05S2629	39W1151	DEN	ASSOCIACAO VALE DE NENELANDIA
0.00	CE	QUIXERAMOBIM	01250.071938/2018	241	05S2629	39W1151	EMA	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
0.39	CE	QUIXERAMOBIM	53000.015039/2012	0	05S2641	39W1147	DEN	ASSOCIACAO COMUNITARIA COMUNIDADE DA FE
0.39	CE	QUIXERAMOBIM	53000.053983/2010	30	05S2641	39W1147	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA COMUNIDADE DA FE
7.81	CE	QUIXERAMOBIM	53000.013552/2007	30	05S2807	39W0757	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
7.81	CE	QUIXERAMOBIM	53000.022338/2012	0	05S2807	39W0757	DEN	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
13.49	CE	MILHÃ	53000.061075/2009	30	05S3330	39W0954	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE E RECREATIVA DE CARNAUBINHA
13.67	CE	QUIXERAMOBIM	53000.057548/2010	30	05S2956	39W1824	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VARZEA REDONDA
13.67	CE	QUIXERAMOBIM	53000.056269/2006	21	05S2956	39W1824	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VARZEA REDONDA
13.80	CE	QUIXERAMOBIM	53000.009050/2014	0	05S3001	39W1826	RAQ	ASSOCIACAO JUVENTUDE CONSCIENTE - AJUCE
25.27	CE	SENADOR POMPEU	53650.002376/1998	0	05S3517	39W2218	RAQ	FUNDAÇÃO MIRO FAHEINA - ONG
25.29	CE	SENADOR POMPEU	53650.001773/1998	4	05S3517	39W2219	LDE	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

1/28/19 11:37 AM

Página 2 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
25.29	CE	SENADOR POMPEU	53900.028806/2015	4	05S3517	39W2219	ARQPO S	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE
25.29	CE	SENADOR POMPEU	53900.043294/2015	4	05S3517	39W2219	EXIREN	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE
25.41	CE	SENADOR POMPEU	53650.002752/1998	4	05S3518	39W2223	ARQDE F	SOCIEDADE BENEFICENTE VICENTE ESMERALDO MARTINS
25.80	CE	SENADOR POMPEU	53650.000979/2001	0	05S3515	39W2242	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SENADOR POMPEU
26.00	CE	MILHÃ	53000.015142/2007	24	05S4030	39W1138	LDE	FUNDACAO RAIZES DE MILHA
26.00	CE	MILHÃ	53650.002818/1998	4	05S4030	39W1138	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL MILHÃ
26.31	CE	MILHÃ	53000.042598/2003	24	05S4040	39W1146	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES MILHAENSE
26.31	CE	MILHÃ	53650.002157/1998	4	05S4040	39W1146	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES MILHAENSE
26.31	CE	MILHÃ	53000.046813/2007	24	05S4040	39W1146	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MILHA
26.56	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000273/1999	21	05S1344	39W1824	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE JAIME LOPES
27.67	CE	MILHÃ	53000.065119/2010	30	05S4114	39W1405	AUT	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NOVO DESTINO
28.25	CE	QUIXERAMOBIM	53900.047275/2016	0	05S1224	39W1741	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL CHICO FERREIRA DO GANCHO
28.86	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000841/1999	4	05S1158	39W1729	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA UNIÃO



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

1/28/19 11:37 AM

Página 3 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
28.94	CE	QUIXERAMOBIM	53000.061969/2010	30	05S1132	39W1620	ARQDE F	INSTITUTO ANTONIO CONSELHEIRO DE APOIO, ASSESSORIA E PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
28.95	CE	QUIXERAMOBIM	53000.033919/2009	30	05S1157	39W1734	ARQDE F	ASSOCIACAO FAUSTO APRIGIO DE ALGODOES
28.99	CE	QUIXERAMOBIM	53650.001987/1998	4	05S1155	39W1733	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA MARIANA BOA SEMENTE
29.13	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000272/1999	4	05S1155	39W1745	ARQDE F	ACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
29.29	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000210/1999	4	05S1153	39W1754	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA REMANSO
29.85	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000275/1999	21	05S1100	39W1616	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA VILA BETANIA
29.90	CE	QUIXERAMOBIM	01250.004805/2016	0	05S1720	39W2511	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE ONCA
30.59	CE	QUIXERAMOBIM	53560.006222/2014	21	05S1007	39W1356	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
30.59	CE	QUIXERAMOBIM	53650.006222/2014	21	05S1007	39W1356	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
30.59	CE	QUIXERAMOBIM	53000.027771/2003	21	05S1007	39W1356	LDD	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
32.05	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000274/1999	21	05S1000	39W1704	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ISRAEL PORDEUS
32.15	CE	QUIXERAMOBIM	53650.001115/2001	21	05S0958	39W1709	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTO ANTONIO DE PADUA
32.83	CE	MILHÃ	53000.037672/2009	30	05S4353	39W0834	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES UNIDOS DE ACDM



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

1/28/19 11:37 AM

Página 4 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
32.88	CE	MILHÃ	53650.000860/2001	20	05S4359	39W1442	LDE	CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE
32.91	CE	QUIXERAMOBIM	53000.014602/2009	30	05S0928	39W1655	ARQDE F	ASSOCIACAO ISRAEL DE APOIO E RECUPERAO DE DROGADOS
33.15	CE	MILHÃ	53000.054475/2010	30	05S4354	39W0748	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES E AGRICULTORES RURAIS DOS SITIOS EXTREMA E MACACOS
33.78	CE	SENADOR POMPEU	53000.059978/2012	53	05S3129	39W2927	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO DO BOMFIM - KM 20
33.89	CE	SENADOR POMPEU	53000.002515/2005	0	05S3128	39W2931	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO DO BOMFIM - KM 20
34.00	CE	QUIXADÁ	53000.004207/2010	0	05S1835	38W5514	RAQ	ASSOCIACAO REGIONAL DOS IDOSOS
34.00	CE	BANABUIÚ	53650.002329/1998	0	05S1835	38W5514	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BANABUIU
34.00	CE	BANABUIÚ	53650.000740/1999	4	05S1835	38W5514	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BANABUIU
34.00	CE	BANABUIÚ	53650.000091/2001	16	05S1835	38W5514	ARQDE F	CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES DO BANABUIU
34.00	CE	BANABUIÚ	53000.023911/2010	29	05S1835	38W5514	ARQDE F	ASSOCIACAO DAS MULHERES DE BANABUIU-ASMUB
34.21	CE	BANABUIÚ	53650.002798/1998	4	05S1827	38W5510	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES E PESCADORES DA VILA MARIANO
34.21	CE	BANABUIÚ	53900.010232/2014	4	05S1827	38W5510	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES E PESCADORES DA VILA MARIANO
35.40	CE	QUIXERAMOBIM	53900.053768/2016	0	05S2056	39W3012	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA RADIO DIFUSAO DE SAO MIGUEL



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

1/28/19 11:37 AM

Página 5 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
37.60	CE	BANABUIÚ	53650.000116/2002	16	05S1558	38W5426	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BANABUIU
37.64	CE	SENADOR POMPEU	53000.060862/2012	53	05S4106	39W2600	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ENGENHEIRO JOSE LOPES
37.70	CE	QUIXERAMOBIM	53000.064281/2010	30	05S2033	39W3123	DEC	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM
37.79	CE	SOLONÓPOLE	53650.000807/1999	4	05S4327	39W0030	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA 1(PRIMEIRO) DE MAIO DE SOLONOPOLE
38.02	CE	BANABUIÚ	53000.014871/2010	29	05S1547	38W5417	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE MONTE ALEGRE
38.05	CE	SOLONÓPOLE	53650.002156/1998	4	05S4331	39W0021	LDE	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
38.05	CE	SOLONÓPOLE	53900.038190/2015	4	05S4331	39W0021	ARQPO T	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
38.17	CE	SOLONÓPOLE	53900.044799/2015	4	05S4341	39W0029	ARQPO S	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
38.17	CE	SOLONÓPOLE	53900.049709/2015	4	05S4341	39W0029	RAUT	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
38.29	CE	BANABUIÚ	53000.029551/2003	29	05S1535	38W5414	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA NOSSA SENHORA DE FATIMA
40.32	CE	BANABUIÚ	53000.023928/2010	29	05S1727	38W5159	ARQDE F	CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES DO BANABUIU
40.38	CE	BANABUIÚ	53000.023691/2010	29	05S1729	38W5156	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL FILHOS DE BANABUIU
40.55	CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	53650.000172/2002	17	05S4808	39W1457	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CEDRO



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

1/28/19 11:37 AM

Página 6 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
40.55	CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	53900.049697/2015	17	05S4808	39W1457	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CEDRO
41.48	CE	JAGUARETAMA	53000.055110/2007	28	05S3907	38W5318	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO SAO PEDRO
41.48	CE	JAGUARETAMA	53000.029481/2009	28	05S3907	38W5318	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NEURISMAR BEZERRA
42.85	CE	JAGUARETAMA	53000.027099/2009	28	05S3983	38W5318	APA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA LOCALIDADE DA MATA
43.70	CE	JAGUARETAMA	53000.029679/2009	28	05S3534	38W5000	ARQDE F	ASS. DA AGROVILA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES DO P. A. SANTA BARBARA
43.88	CE	QUIXADÁ	53650.000108/2002	0	05S0447	39W0222	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUATAMA
44.15	CE	QUIXADÁ	53000.076193/2013	65	05S0437	39W0223	ARQDE F	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DO DISTRITO DE JUATAMA - ASDEJ
44.38	CE	PIQUET CARNEIRO	53000.057547/2010	30	05S4608	39W2535	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DA REGIAO DE ACUDE VELHO
44.71	CE	JAGUARETAMA	53000.029678/2009	28	05S2554	38W4738	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CORONEL
44.92	CE	SENADOR POMPEU	53000.002516/2005	0	05S2510	39W3609	ARQCD I	ASSOCIACAO RURAL COMUNITARIA DE SAO JOAQUIM
45.10	CE	SENADOR POMPEU	53000.060445/2012	53	05S2513	39W3615	ARQDE F	ASSOCIACAO RURAL COMUNITARIA DE SAO JOAQUIM
45.23	CE	SENADOR POMPEU	53000.007423/2003	0	05S2525	39W3620	ARQCD I	ASSOCIACAO DE PROTECAO AO MEIO AMBIENTE
45.47	CE	ARACOIABA	53650.001757/1998	4	05S3135	39W3557	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

1/28/19 11:37 AM

Página 7 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
45.83	CE	PIQUET CARNEIRO	53900.027903/2015	0	05S4628	39W2628	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SITIO OLHO D'AGUA E REGIAO - ACOA
47.10	CE	PIQUET CARNEIRO	53000.007106/2013	3	05S4813	39W2504	ADRRE N	ASSOCIACAO BENEF E FILANT N S FATIMA PIQUET CARNEIRO
47.10	CE	PIQUET CARNEIRO	53650.002375/1998	3	05S4813	39W2504	LDE	ASSOCIACAO BENEF E FILANT N S FATIMA PIQUET CARNEIRO
47.10	CE	PIQUET CARNEIRO	53900.011428/2016	3	05S4813	39W2504	ARQPO T	ASSOCIACAO BENEF E FILANT N S FATIMA PIQUET CARNEIRO
48.14	CE	QUIXERAMOBIM	53000.060832/2010	30	05S1402	39W3444	DEC	ASSOCIACAO COMUNITARIA MANITUBA DE QUIXERAMOBIM
48.33	CE	PIQUET CARNEIRO	53000.063819/2010	30	05S5013	39W2241	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE MULUNGU
Nº de Linhas: 0								

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

1. Após análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia**, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Quixeramobim / CE**, constatou-se que:

I. Não explicitaram no citado Requerimento, o endereço pretendido para instalação do sistema irradiante, apenas foi informado o nome da **Vila de Nenelândia**. Dessa forma, é necessário apresentar novo Requerimento de Outorga informando dados condizentes à respeito da real localização pretendida para instalação do sistema irradiante.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Segond Vasconcellos, Técnico de Nível Superior**, em 28/01/2019, às 15:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3801915** e o código CRC **C3C7774E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 3801915



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.124.285/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/06/2016
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO VL NENELANDIA	NÚMERO S N	COMPLEMENTO
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM
UF CE		ENDEREÇO ELETRÔNICO
TELEFONE (88) 3406-0082		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/06/2016
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **31/03/2019** às **21:45:35** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CNPJ: **26.124.285/0001-66**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 10:09:09 do dia 01/04/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

--

Data de Envio:

10/04/2019 16:28:39

De:

MCTIC/SEARC (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

nenelandiafm@gmail.com
LMCRADIODIFUSAO@GMAIL.COM

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.071938/2018-62

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4016871.html
Nota_Tecnica_4016870.html
Despacho_3801915.html



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 10709/2019/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

MARIANA VERAS ARRUDA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, (CNPJ nº 26.124.285/0001-66)

Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia

63800-000 - QUIXERAMOBIM - CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.071938/2018-62.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4865/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **inabilitação da entidade**.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/04/2019, às 09:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4016871** e o código CRC **C6D3A4B1**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 4865/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS - FASE DE HABILITAÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, entidade interessada em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Quixeramobim/CE**.

ANÁLISE

2. Após análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

Dispositivo		Documentos	Descrição
	Inciso I	Requerimento de Outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas	<p>Deve ser informado o endereço correto, e as coordenadas geográficas para o sistema irradiante, conforme Despacho 3801915:</p> <p>"1. Após análise inicial da documentação encaminhada pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quixeramobim / CE, constatou-se que:</p> <p>I. Não explicitaram no citado Requerimento, o endereço pretendido para instalação do sistema irradiante, apenas foi informado o nome da Vila de Nenelândia. Dessa forma, é necessário apresentar novo Requerimento de</p>

<p>Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC, e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.</p>	Art. 22		<p><i>Outorga informando dados condizentes à respeito da real localização pretendida para instalação do sistema irradiante."</i></p> <p>Observação: no final do Requerimento de Outorga deverá constar a qualificação completa e assinatura de todos os dirigentes.</p>
		Inciso II	<p>Estatuto social atualizado</p> <p>No estatuto social encaminhado não consta o registro no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.</p> <p>Observação 1: o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria nº. 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
		Inciso III	<p>Ata de constituição</p> <p>Na ata de constituição encaminhada não consta o registro no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.</p> <p>Observação: a ata de constituição deverá estar registrada no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
		Inciso IV	<p>Ata de eleição dos atuais dirigentes</p> <p>Na ata de eleição encaminhada não consta o registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.</p> <p>Observação 1: a ata de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.</p> <p>Observação 2: os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.</p>

3. A entidade deve comprovar que o estatuto social e as atas de constituição e de eleição estão registradas no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, de acordo com a Lei nº 6.015, de 31/12/1973, que trata dos Registros Públicos, o registro civil das pessoas jurídicas deve ser efetuado:

Art. 114. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas serão inscritos: (Renumerado do art. 115 pela Lei nº 6.216, de 1975).

I os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública;

II as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

III os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 9.096, de 1995)

Parágrafo único. No mesmo cartório será feito o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias a que se refere o art. 8º da Lei nº 5.250, de 1967.

Art. 115. Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes. (Renumerado com nova redação pela Lei nº 6.216, de 1975).

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer dos motivos previstos neste artigo, o oficial do registro, de ofício ou por provocação de qualquer autoridade, sobrestará no processo de registro e suscitará dúvida para o Juiz, que a decidirá

Art. 116. Haverá, para o fim previsto nos artigos anteriores, os seguintes livros: (Renumerado do art. 117 pela Lei nº 6.216, de 1975).

I Livro A, para os fins indicados nos números I e II, do art. 114, com 300 folhas;

II Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, com 150 folhas.

CONCLUSÃO

4. Destaca-se que esta solicitação é a **ÚNICA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações fará nesta fase de habilitação, conforme art. 24 da Portaria Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará obrigatoriamente à **inabilitação**, com fundamento no art. 25, IV da Portaria.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

6. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica, **sob pena de inabilitação**, nos termos do art. 24 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

7. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

8. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 01/04/2019, às 10:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/04/2019, às 09:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4016870** e o código CRC **312DECDA**.

Minutas e Anexos

Despacho 3801915

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 4016870

Município/UF: QUIXERAMOBIM/CE

Processo nº: 01250.071938/2018-62

CNPJ: 26.124.285/0001-66

Número de Concorrentes: 0

Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

Nº do Edital/Ano: **241/2018 publicado no DOU em 02/10/2018**

Prazo de Inscrição: 03/10/2018 a 03/12/2018

1. Data de Postagem/SEI: fl. 118 (3654140) 29/11/2018

2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (3654140) ok

4. Estatuto Social: fl. 5/12 (3654140) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM (X) NÃO

5. Ata de Constituição: fl. 13/15 (3654140) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM (X) NÃO

6. Ata de Eleição: fl. 26/28 (3654140) para o período de 20/06/2016 a 20/06/2020

6.1. Ata de Eleição Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: () SIM (X) NÃO

7. Comprovantes de Maioridade e Nacionalidade/CPF: fl. 30/35 (3654140)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Mariana Veras Arruda – f. 30	Não	0667.7298.0728 03/09/1988	021.705.783-74	Não
DIR. ADM – Luiz Carlos Paz Holanda – f. 32	Não	0379.1370.0701 07/04/1975	010.378.603-14	Não
DIR. OPER – Jayny Rufino da Silva – f.34	Não	0845.6336.0728 23/05/1997	050.188.173-56	Não

8. Manifestações em Apoio: fl. 36/116 (3654140)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de Pagamento da Taxa de Cadastramento: fl. 117 (3654140)

11. Pesquisa Anatel 4017610() e Radar (4016868)

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 4016869()

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (4016864), Certidão FGTS (4016866), Certidão PGFN (4016865), Certidão CNDT (4016867):

OBSERVAÇÕES: 01/04/2019: Informar endereço e coordenadas. Registro Livro B

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão:

b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:

- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas:
 - d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção:
 - e) Órgão administrativo e cargos:
 - f) Atribuições do Órgão administrativo:
 - g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução:
 - h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento:
- 1.2 Adequação ao Código Civil:**
- a) Denominação, fins e sede:
 - b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados:
 - c) Direitos e deveres dos associados:
 - d) Fontes de recursos para sua manutenção:
 - e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
 - f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução:
 - g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas
 - h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia:
 - i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto
 - j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados:
 - k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio:
- 2. Certidões:**
- 2.1 CNPJ: ()
 - 2.2 Certidão FGTS: ()
 - 2.3 Certidão PGFN : ()
 - 2.4 Certidão CNDT: ()
 - 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: ()
- 3. Pesquisa Anatel () e Radar ()**
4. Anexo 6/ART: fl. ()
- OBSERVAÇÕES:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA - CE.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Quixeramobim/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado de Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 01/04/2019, às 10:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4016869** e o código CRC **C0D3E8DE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 4016869

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.071938/2018-62, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, na localidade de Quixeramobim/CE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 01/04/2019, às 10:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4016868** e o código CRC **0C907AED**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 4016868



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 26.124.285/0001-66

Certidão nº: 170138034/2019

Expedição: 31/03/2019, às 21:50:49

Validade: 26/09/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.124.285/0001-66**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26124285/0001-66
Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
Endereço: VILA NENELANDIA 0100 TERREO / ZONA RURAL / QUIXERAMOBIM / CE / 63800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/03/2019 a 21/04/2019

Certificação Número: 2019032302074124742308

Informação obtida em 31/03/2019, às 21:49:15.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
CNPJ: 26.124.285/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 21:47:50 do dia 31/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/09/2019.

Código de controle da certidão: **8E01.5153.0116.6DA4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
DE NENELÂNDIA**

Quixeramobim (CE), 14 de Maio de 2019.

Ilma. Sr^a

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de
Fiscalização

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Brasília – DF

Ref.: a) Ofício nº 4.865/2019/SEI-MCTIC;

b) Processo nº 01250.071938/2018-62

Senhora Coordenadora – Geral,

Relativamente ao ofício acima
epigrafado e, em especial a Nota Técnica nº 10.709/2019/SEI-
MCTIC, vimos, pela presente, encaminhar a documentação
requestado e expor o que se segue:

1. Segue acostado novo requerimento
de outorga (Anexo 2), assinado por todos os dirigentes, alterando o
local proposto para instalação do sistema irradiante, *i.e.*, Rua
Sebastião Ferreira e Silva nº 15 – Distrito de Nenelândia –
Quixeramobim – CE, Coordenadas Geográficas: (05)º (26)′
(48)″(N/S) de latitude e (39)º (11)′ (47)″W de longitude.

2. Segue também, certidões
cartorárias, emitidas pelo Cartório do 2º Ofício da comarca de
Quixeramobim – CE - Cartório Queiroz Rocha, retificando o registro
da Ata de Constituição para o Livro A-18, registro nº 1.564 e o
Estatuto Social para o Livro A-18, registro nº 1.565.

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELANDIA

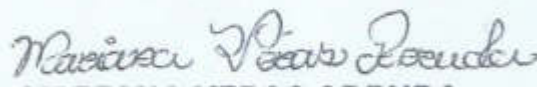
ATO	LIVRO	Nº	DATA
ESTATUTO SOCIAL	A-18	1.565	29/06/2016
ATA DE CONSTITUIÇÃO	A-18	1.564	29/06/2016
PRIMEIRA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA	A-18	1.565	30/10/2018
ATA DELIBERATIVA	A-22	1.832	30/10/2018

3. Julgamos, com a devida licença, que os termos da primeira alteração estatutária, devidamente consolidada, estar de acordo com o que dispõe o artigo 40 da portaria nº. 4.334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, conforme abaixo discriminamos:

PREVISÃO NORMATIVA NORMA Nº 01/2.015	PREVISÃO ESTATUTÁRIA (1ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA CONSOLIDADA)	ATRIBUIÇÕES
Art. 40, I	Artigo 3º, incisos I e II	
Art. 40, II	Artigo 5º "caput"	
Art. 40, III	Artigo 7º "caput"	
Art. 40, IV	Parágrafo Único do Artigo 7º	
Art. 40, V, "a"		
Assembleia Geral	Artigos 11, I e 12	Artigo 16
Diretoria-Executiva	Artigos 11, II e 19	Artigo 20
Diretor-Presidente		Artigo 21
Diretor-Administrativo		Artigo 22
Diretor-Financeiro		Artigo 23
Conselho Fiscal	Artigos 11, III e 24	Artigo 25
Conselho Comunitário	Artigo 32	Artigo 33
Art. 4, V, "b"	Artigo 17	

Certos da habitual atenção.
Cordialmente,

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
DE NENELANDIA**


MARIANA VERAS ARRUDA
Diretora - Presidente

ANEXO 2
REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA				
Nome Fantasia:	"FM NENELANDIA"	CNPJ:	26.124.285/0001-66		
Endereço de Sede:	VILA DE NENELANDIA, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA				
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP:	63.800-000
Nome do representante legal:	MARIANA VERAS ARRUDA'				
Endereço eletrônico (e-mail):	nenelandiafm@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	VILA DE NENELANDIA, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA				
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP:	63.800-000

LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	RUA SEBASTIÃO FERREIRA E SILVA, Nº 15 – DISTRITO DE NENELANDIA				
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP:	63.800-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude: (05)º (26)' (48)"(N/S) Longitude: (39)º (11)' (47)"W				

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº 241, publicado no Diário Oficial da União de 02 de Outubro de 2.018, Seção 3, pág. 14, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;
- VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.
- IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e
- XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação**

das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

Nome do dirigente:	MARIANA VERAS ARRUDA				
Cargo:	DIRETORA-PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	066772980728
RG:	2007143397-4	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	021.705.783-74
Endereço:	VILA DE NENELANDIA, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA				
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP:	63.800-00
Assinatura:	<i>Mariana Veras Arruda</i>				

Nome do dirigente:	LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA				
Cargo:	DIRETOR-ADMINISTRATIVO			Tit. Eleitor:	037913700701
RG:	2008532900-7	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	010.378.603-14
Endereço:	VILA DE NENELANDIA, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA				
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP:	63.800-000
Assinatura:	<i>Luiz Carlos Paz Holanda</i>				

Nome do dirigente:	JAYNY RUFINO DA SILVA				
Cargo:	DIRETORA-FINANCEIRA			Tit. Eleitor:	084563360728
RG:	2008243173-0	Órgão Emissor:	SSP/CE	CPF:	050.188.173-56
Endereço:	FAZENDA CANGATI, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA				
Município:	QUIXERAMOBIM	UF:	CE	CEP:	63.800-000
Assinatura:	<i>Jayny Rufino da Silva</i>				

Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício da Comarca de Quixeramobim – Ceará

Rua Bougeval Leão, 678 – Centro

CEP 63800-000 Fone: (088) 3441-1294

E-mail: cartorioqueirozrocha@yahoo.com.br

Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Protesto de Títulos, Procurações,
Escrituras, Autenticações, Reconhecimento de Firmas

Daniel Queiroz Rocha

Oficial

CERTIDÃO DE R.P.J

Certifico por solicitação verbal da própria parte interessada para documento seu, após a competente busca e para que surta todos os seus devidos e legais efeitos, que revendo por este Cartório, os diversos livros de Registro de Pessoa Jurídica, consta os seguintes registros em nome da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**: no livro nº B-18, registro nº 1.561, sob protocolo nº 1.184, datada de 29/06/2019, consta Ata da Assembléia de Constituição, livro nº B-18, registro nº 1.562, sob protocolo nº 1.185, datado de 29/06/2016; consta registro de Estatuto da Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, livro nº A-18, registro nº 1.565, sob protocolo nº 1.421, datada de 30/10/2018, consta registro da Primeira Alteração da Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, livro A-22, registro 1.832, sob o protocolo 1.420, datado de 30/10/2018; consta registro de Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia. O referido é verdade. Dou fé. **AVERBAÇÃO**: A presente averbação tem a finalidade de retificar as numerações dos protocolos, registros e livros, que por equívoco da serventaria ao preencher o carimbo na ocasião do registro, lavrou da seguinte maneira: Protocolo: 1.184, Livro: B-18, Registro: 1.562, sendo que o correto é: PROTOCOLO Nº 1.186, REGISTRO Nº 1.564, LIVRO Nº A-18, e o seguinte Protocolo: 1.562, Livro: B-18, Registro: 1.185, sendo que o correto é: PROTOCOLO Nº 1.187, REGISTRO Nº 1.565, LIVRO Nº A-18, respectivamente. 06 de maio de 2019. Antonia Célia Felix de Melo – Escrevente Autorizada, Dou Fé.

Quixeramobim, 06 de maio de 2019.

Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício

Daniel Queiroz Rocha

Tabelião

CEP 63800 - Quixeramobim-CE

Fone: 3441-1294

(Assinatura)

Anta Kelly de Lima Holanda

Escrevente Autorizada



Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício da Comarca de Quixeramobim – Ceará

Rua Bougeval Leão, 678 – Centro

CEP 63800-000 Fone: (088) 3441-1294

E-mail: cartorioqueirozrocha@yahoo.com.br

Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Protesto de Títulos, Procurações,
Escrituras, Autenticações, Reconhecimento de Firmas

Daniel Queiroz Rocha

Oficial

CERTIDÃO DE R.P.J

Certifico por solicitação verbal da própria parte interessada, para documento seu, após a competente busca e para que surta todos os seus devidos e legais efeitos, que revendo por este Cartório, os diversos livros de Registros de Pessoas Jurídicas, constam os seguintes registros em nome da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**: Registro nº 1.562, no livro B-18, sob protocolo nº 1.185, datado de 29/06/2016 referente ao Estatuto; Primeira Alteração Estatutária datada de 30/10/2018, protocolada sob nº 1.421. O referido é verdade. Dou fé. **AVERBAÇÃO**: A presente averbação tem a finalidade de retificar a numeração do protocolo, registro e livro, que por equívoco da serventúria ao preencher o carimbo na ocasião do registro, lavrou da seguinte maneira: Protocolo: 1.562, Livro: B-18, Registro: 1.185, sendo que o correto é: **PROTOCOLO Nº 1.187, REGISTRO Nº 1.565, LIVRO Nº A-18**, respectivamente. Dou fé. Quixeramobim, 06 de maio de 2019. Antonia Célia Felix de Melo – Escrevente Autorizada.

Quixeramobim, 06 de maio de 2019

Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício

Daniel Queiroz Rocha

Tabelão

CEP 63800 - Quixeramobim-CE

Fone: 3441-1294

Ana Kelly de Lima Holanda
Escrevente Autorizada



Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício da Comarca de Quixeramobim – Ceará

Rua Bougeval Leão, 678 – Centro

CEP 63800-000 Fone: (088) 3441-1294

E-mail: cartorioqueirozrocha@yahoo.com.br

Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos, Protesto de Títulos, Procurações,
Escrituras, Autenticações, Reconhecimento de Firmas

Daniel Queiroz Rocha

Oficial

CERTIDÃO DE R.P.J

Certifico por solicitação verbal da própria parte interessada, para documento seu, após a competente busca e para que surta todos os seus devidos e legais efeitos, que revendo por este Cartório, os diversos livros de Registros de Pessoas Jurídicas, constam os seguintes registros em nome da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**: Registro nº 1.561, no livro B-18, sob protocolo nº 1.184, datado de 29/06/2016 referente a Ata de fundação. O referido é verdade. Dou fé. **AVERBAÇÃO**: A presente averbação tem a finalidade de retificar a numeração do protocolo, registro e livro, que por equívoco da serventúria ao preencher o carimbo na ocasião do registro, lavrou da seguinte maneira: Protocolo: 1.184, Livro: B-18, Registro: 1.562, sendo que o correto é: **PROTOCOLO Nº 1.186, REGISTRO Nº 1.564, LIVRO Nº A-18**, respectivamente. Dou fé. Quixeramobim, 06 de maio de 2019. Antonia Célia Felix de Melo – Escrevente Autorizada.

Quixeramobim, 06 de maio de 2019



Ana Kelly de Lima Holanda
Ana Kelly de Lima Holanda
Escrevente Autorizada

Cartório Queiroz Rocha
2º Ofício
Daniel Queiroz Rocha
Tabelião
CEP 63800 - Quixeramobim-CE
Fone: 3441-1294



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

8/28/19 1:40 PM

Página 1 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	CE	QUIXERAMOBIM	01250.071938/2018	241	05S2648	39W1147	EXIHAB	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
0.22	CE	QUIXERAMOBIM	53000.053983/2010	30	05S2641	39W1147	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA COMUNIDADE DA FE
0.22	CE	QUIXERAMOBIM	53000.015039/2012	0	05S2641	39W1147	DEN	ASSOCIACAO COMUNITARIA COMUNIDADE DA FE
0.60	CE	QUIXERAMOBIM	53000.045837/2011	30	05S2629	39W1151	DEN	ASSOCIACAO VALE DE NENELANDIA
0.60	CE	QUIXERAMOBIM	53000.005129/2010	30	05S2629	39W1151	ARQDE F	ASSOCIACAO VALE DE NENELANDIA
7.48	CE	QUIXERAMOBIM	53000.013552/2007	30	05S2807	39W0757	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
7.48	CE	QUIXERAMOBIM	53000.022338/2012	0	05S2807	39W0757	DEN	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
12.89	CE	MILHÃ	53000.061075/2009	30	05S3330	39W0954	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE E RECREATIVA DE CARNAUBINHA
13.52	CE	QUIXERAMOBIM	53000.057548/2010	30	05S2956	39W1824	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VARZEA REDONDA
13.52	CE	QUIXERAMOBIM	53000.056269/2006	21	05S2956	39W1824	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VARZEA REDONDA
13.64	CE	QUIXERAMOBIM	53000.009050/2014	0	05S3001	39W1826	RAQ	ASSOCIACAO JUVENTUDE CONSCIENTE - AJUCE
24.99	CE	SENADOR POMPEU	53650.002376/1998	0	05S3517	39W2218	RAQ	FUNDAÇÃO MIRO FAHEINA - ONG
25.02	CE	SENADOR POMPEU	53650.001773/1998	4	05S3517	39W2219	LDE	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

8/28/19 1:40 PM

Página 2 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
25.02	CE	SENADOR POMPEU	53900.028806/2015	4	05S3517	39W2219	ARQPO S	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE
25.02	CE	SENADOR POMPEU	53900.043294/2015	4	05S3517	39W2219	EXIREN	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE
25.13	CE	SENADOR POMPEU	53650.002752/1998	4	05S3518	39W2223	ARQDE F	SOCIEDADE BENEFICENTE VICENTE ESMERALDO MARTINS
25.41	CE	MILHÃ	53000.015142/2007	24	05S4030	39W1138	LDE	FUNDACAO RAIZES DE MILHA
25.41	CE	MILHÃ	53650.002818/1998	4	05S4030	39W1138	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL MILHÃ
25.53	CE	SENADOR POMPEU	53650.000979/2001	0	05S3515	39W2242	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SENADOR POMPEU
25.72	CE	MILHÃ	53000.042598/2003	24	05S4040	39W1146	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES MILHAENSE
25.72	CE	MILHÃ	53650.002157/1998	4	05S4040	39W1146	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES MILHAENSE
25.72	CE	MILHÃ	53000.046813/2007	24	05S4040	39W1146	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MILHA
27.10	CE	MILHÃ	53000.065119/2010	30	05S4114	39W1405	AUT	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NOVO DESTINO
27.14	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000273/1999	21	05S1344	39W1824	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE JAIME LOPES
28.84	CE	QUIXERAMOBIM	53900.047275/2016	0	05S1224	39W1741	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL CHICO FERREIRA DO GANCHO
29.45	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000841/1999	4	05S1158	39W1729	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VILA UNIAO



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

8/28/19 1:40 PM

Página 3 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
29.53	CE	QUIXERAMOBIM	53000.061969/2010	30	05S1132	39W1620	ARQDE F	INSTITUTO ANTONIO CONSELHEIRO DE APOIO, ASSESSORIA E PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
29.54	CE	QUIXERAMOBIM	53000.033919/2009	30	05S1157	39W1734	ARQDE F	ASSOCIACAO FAUSTO APRIGIO DE ALGODOES
29.58	CE	QUIXERAMOBIM	53650.001987/1998	4	05S1155	39W1733	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA MARIANA BOA SEMENTE
29.72	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000272/1999	4	05S1155	39W1745	ARQDE F	ACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
29.88	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000210/1999	4	05S1153	39W1754	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA REMANSO
29.88	CE	QUIXERAMOBIM	01250.040570/2019	4	05S1153	39W1754	REN	ASSOCIACAO COMUNITARIA REMANSO
30.34	CE	QUIXERAMOBIM	01250.004805/2016	0	05S1720	39W2511	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE ONCA
30.45	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000275/1999	21	05S1100	39W1616	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA VILA BETANIA
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	53650.006222/2014	21	05S1007	39W1356	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	53000.027771/2003	21	05S1007	39W1356	LDD	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	01250.019125/2019	21	05S1007	39W1356	POS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	53560.006222/2014	21	05S1007	39W1356	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
32.23	CE	MILHÃ	53000.037672/2009	30	05S4353	39W0834	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES UNIDOS DE A. C. D. M.



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

8/28/19 1:40 PM

Página 4 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
32.32	CE	MILHÃ	53650.000860/2001	20	05S4359	39W1442	LDE	CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE
32.55	CE	MILHÃ	53000.054475/2010	30	05S4354	39W0748	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES E AGRICULTORES RURAIS DOS SITIOS EXTREMA E MACACOS
32.65	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000274/1999	21	05S1000	39W1704	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ISRAEL PORDEUS
32.75	CE	QUIXERAMOBIM	53650.001115/2001	21	05S0958	39W1709	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTO ANTONIO DE PADUA
33.51	CE	QUIXERAMOBIM	53000.014602/2009	30	05S0928	39W1655	ARQDE F	ASSOCIACAO ISRAEL DE APOIO E RECUPERAO DE DROGADOS
33.75	CE	SENADOR POMPEU	53000.059978/2012	53	05S3129	39W2927	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO DO BOMFIM - KM 20
33.86	CE	SENADOR POMPEU	53000.002515/2005	0	05S3128	39W2931	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO DO BOMFIM - KM 20
34.14	CE	QUIXADÁ	53000.004207/2010	0	05S1835	38W5514	RAQ	ASSOCIACAO REGIONAL DOS IDOSOS
34.14	CE	BANABUIÚ	53650.002329/1998	0	05S1835	38W5514	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BANABUIU
34.14	CE	BANABUIÚ	53650.000740/1999	4	05S1835	38W5514	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BANABUIU
34.14	CE	BANABUIÚ	53650.000091/2001	16	05S1835	38W5514	ARQDE F	CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES DO BANABUIU
34.14	CE	BANABUIÚ	53000.023911/2010	29	05S1835	38W5514	ARQDE F	ASSOCIACAO DAS MULHERES DE BANABUIU-ASMUB
34.36	CE	BANABUIÚ	53650.002798/1998	4	05S1827	38W5510	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES E PESCADORES DA VILA MARIANO



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

8/28/19 1:40 PM

Página 5 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.36	CE	BANABUIÚ	53900.010232/2014	4	05S1827	38W5510	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES E PESCADORES DA VILA MARIANO
35.70	CE	QUIXERAMOBIM	53900.053768/2016	0	05S2056	39W3012	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA RADIO DIFUSAO DE SAO MIGUEL
37.24	CE	SOLONÓPOLE	53650.000807/1999	4	05S4327	39W0030	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA 1(PRIMEIRO) DE MAIO DE SOLONOPOLE
37.30	CE	SENADOR POMPEU	53000.060862/2012	53	05S4106	39W2600	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ENGENHEIRO JOSE LOPES
37.50	CE	SOLONÓPOLE	53650.002156/1998	4	05S4331	39W0021	LDE	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.50	CE	SOLONÓPOLE	53900.038190/2015	4	05S4331	39W0021	ARQPO T	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.50	CE	SOLONÓPOLE	01250.020449/2019	4	05S4331	39W0021	ARQPO T	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.62	CE	SOLONÓPOLE	53900.044799/2015	4	05S4341	39W0029	ARQPO S	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.62	CE	SOLONÓPOLE	53900.049709/2015	4	05S4341	39W0029	RAUT	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.81	CE	BANABUIÚ	53650.000116/2002	16	05S1558	38W5426	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BANABUIU
37.99	CE	QUIXERAMOBIM	53000.064281/2010	30	05S2033	39W3123	DEC	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM
37.99	CE	QUIXERAMOBIM	01250.072146/2018	30	05S2033	39W3123	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM
38.22	CE	BANABUIÚ	53000.014871/2010	29	05S1547	38W5417	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE MONTE ALEGRE



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

8/28/19 1:40 PM

Página 6 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
38.50	CE	BANABUIÚ	53000.029551/2003	29	05S1535	38W5414	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA NOSSA SENHORA DE FATIMA
39.98	CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	53650.000172/2002	17	05S4808	39W1457	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CEDRO
39.98	CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	53900.049697/2015	17	05S4808	39W1457	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CEDRO
40.45	CE	BANABUIÚ	53000.023928/2010	29	05S1727	38W5159	ARQDE F	CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES DO BANABUIU
40.51	CE	BANABUIÚ	53000.023691/2010	29	05S1729	38W5156	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL FILHOS DE BANABUIU
41.05	CE	JAGUARETAMA	53000.055110/2007	28	05S3907	38W5318	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO SAO PEDRO
41.05	CE	JAGUARETAMA	53000.029481/2009	28	05S3907	38W5318	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA NEURISMAR BEZERRA
42.40	CE	JAGUARETAMA	53000.027099/2009	28	05S3983	38W5318	APA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA LOCALIDADE DA MATA
43.36	CE	JAGUARETAMA	53000.029679/2009	28	05S3534	38W5000	ARQDE F	ASS. DA AGROVILA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES DO P. A. SANTA BARBARA
43.97	CE	PIQUET CARNEIRO	53000.057547/2010	30	05S4608	39W2535	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DA REGIAO DE ACUDE VELHO
44.37	CE	QUIXADÁ	53650.000108/2002	0	05S0447	39W0222	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUATAMA
44.61	CE	JAGUARETAMA	53000.029678/2009	28	05S2554	38W4738	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CORONEL
44.64	CE	QUIXADÁ	53000.076193/2013	65	05S0437	39W0223	ARQDE F	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DO DISTRITO DE JUATAMA - ASDEJ



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

8/28/19 1:40 PM

Página 7 de 7

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
45.08	CE	SENADOR POMPEU	53000.002516/2005	0	05S2510	39W3609	ARQCD I	ASSOCIACAO RURAL COMUNITARIA DE SAO JOAQUIM
45.25	CE	SENADOR POMPEU	53000.060445/2012	53	05S2513	39W3615	ARQDE F	ASSOCIACAO RURAL COMUNITARIA DE SAO JOAQUIM
45.38	CE	SENADOR POMPEU	53000.007423/2003	0	05S2525	39W3620	ARQCD I	ASSOCIACAO DE PROTECAO AO MEIO AMBIENTE
45.43	CE	PIQUET CARNEIRO	53900.027903/2015	0	05S4628	39W2628	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SITIO OLHO D'AGUA E REGIAO - ACOA
45.47	CE	ARACOIABA	53650.001757/1998	4	05S3135	39W3557	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO
46.66	CE	PIQUET CARNEIRO	53000.007106/2013	3	05S4813	39W2504	ADRRE N	ASSOCIACAO BENEF E FILANT N S FATIMA PIQUET CARNEIRO
46.66	CE	PIQUET CARNEIRO	53650.002375/1998	3	05S4813	39W2504	LDE	ASSOCIACAO BENEF E FILANT N S FATIMA PIQUET CARNEIRO
46.66	CE	PIQUET CARNEIRO	53900.011428/2016	3	05S4813	39W2504	ARQPO T	ASSOCIACAO BENEF E FILANT N S FATIMA PIQUET CARNEIRO
47.85	CE	PIQUET CARNEIRO	53000.063819/2010	30	05S5013	39W2241	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE MULUNGU
48.53	CE	QUIXERAMOBIM	53000.060832/2010	30	05S1402	39W3444	DEC	ASSOCIACAO COMUNITARIA MANITUBA DE QUIXERAMOBIM
Nº de Linhas: 0								



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

01/10/2019

DESTINATÁRIO

MARIANA VERAS ARRUDA
VILA DE NENELANDIA, S/Nº, 0
DISTRITO DE NENELANDIA
63800-000

QUIXERAMOBIM CE

UNIDADE DE POSTAGEM

AGF VIA POSTAL

QUIXERAMOBIM
CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

04 NOV 2019

OP/CE

REMETENTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SERCO,
BRASILIA - DF
70044-900



BI891156545BR

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)

1 - PR: 01250.071938/2018-62 - OF: 33007 - 1 - NOTA TÉCNICA: 189142519 - 1 - FORMULÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE POSTAGEM

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º / / :
2º / / :
3º / / :

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| (1) MUDOU-SE | (6) NÃO PROCURADO |
| (2) ENDEREÇO INSUFICIENTE | (7) AUSENTE |
| (3) NÃO EXISTE NÚMERO | (8) FALECIDO |
| (4) DESCONHECIDO | (9) OUTROS |
| (5) RECUSADO | |

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

L. S. S. S. S.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

01/11/2019

Nº DOC. DE IDENTIDADE

2007143597-4



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

OFÍCIO Nº 33007/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 13 de setembro de 2019.

Ao(À) Senhor(a)

MARIANA VERAS ARRUDA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, (CNPJ nº 26.124.285/0001-66)

Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia

63800-000 - QUIXERAMOBIM - CE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.071938/2018-62.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16914/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo definido na referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento** do processo.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html
5. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.
6. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 24/09/2019, às
15:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do
[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4629448** e o código CRC **EB962DCD**.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 4629448

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 16914/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **01250.071938/2018-62**.

Assunto: **ENTIDADE SEM CONCORRENTES - RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE HABILITAÇÃO - CONVOCAÇÃO PARA A FASE DE INSTRUÇÃO.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quixeramobim/CE, em razão do Edital nº 241/2018, publicado no Diário Oficial da União de 02/10/2018.

ANÁLISE

2. Conforme arts. 26 e 27 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, a fase de habilitação é finalizada com um resultado prévio, que abre prazo recursal, sucedido por um resultado definitivo, que convoca as entidades habilitadas para a fase de seleção.

3. No entanto, quando a entidade interessada não tem concorrentes, faz-se **desnecessária** a publicação de resultado prévio da fase de habilitação, pois isso importaria na abertura de prazo recursal que não será utilizado, ante a inexistência de legitimados para a interposição do recurso. Igualmente, é dispensável a fase de seleção, por força do que dispõe o art. 28, parágrafo único da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

4. Assim, quando a entidade inscrita na Seleção Pública não tiver concorrentes, como é o caso deste Processo, será publicado o resultado **definitivo** da fase de habilitação em conjunto com a convocação da entidade interessada para apresentação dos documentos da fase de instrução.

5. Por conseguinte, declara-se que a Entidade indicada no item 1 desta Nota Técnica está **habilitada**.

6. Tendo em vista a alteração da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, introduzida pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, de acordo com a nova redação dos artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de **indeferimento**.

	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 39, inciso II	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação.	<p>A entidade deverá apresentar o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, conforme modelo em anexo (4629081).</p> <p>Observação 1: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo 6 da Portaria) deve vir acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devendo ambos os documentos ser apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART (art. 39, § 2º da Portaria).</p> <p>Observação 2: o Formulário de Dados de Funcionamento da Estação, de responsabilidade exclusiva da entidade interessada, deverá obedecer às características especificadas no Capítulo IV da Portaria nº Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo 6 da mesma Portaria (art. 39, § 3º).</p> <p>Observação 3: É necessário que a entidade apresente, juntamente com o formulário de dados de funcionamento da estação, documento informando os seguintes itens: Nome do Dirigente, Cargo, Endereço e Coordenadas Geográficas da residência.</p>
			Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que

<p>Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018</p>	<p>Art. 22, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Cópia do estatuto social adequado à Portaria.</p>	<p>determina o art. 40 da Portaria, conforme o que se expõe abaixo:</p> <p>a. O art. 3º, II do estatuto está em desacordo com o art. 10, parágrafo único da Lei 9.612/1998, devendo ser excluída menção a qualquer outro serviço, inclusive "canal da cidadania".</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: o estatuto social deverá estar registrado no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
		<p>Estatuto social adequado ao Código Civil.</p>	<p>Em análise do estatuto social da entidade observou-se que existe(m) certa(s) contrariedade(s) com o que determina o Código Civil, conforme o que se expõe abaixo:</p> <p>Art. 54: Não está(ão) previsto(s):</p> <p>- os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: não consta a possibilidade de demissão.</p> <p>Assim, para prosseguimento, a Associação deve regularizar o estatuto social de forma a adequá-lo às disposições do</p>

			Código Civil.
--	--	--	---------------

Observação: O estatuto deve ser encaminhado consolidado com todas as alterações e registrado no **Livro A** do Cartório de Pessoas Jurídicas.

7. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta.

CONCLUSÃO

8. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

9. A Entidade deverá apresentar resposta no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

10. Em caso de dúvida sobre como cumprir esta solicitação, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

11. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 13/09/2019, às 13:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 24/09/2019, às 15:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4629407** e o código CRC **4EC78196**.

Minutas e Anexos

Anexo 6 4629081

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 4629407

Município/UF: QUIXERAMOBIM/CE

Processo nº: 01250.071938/2018-62

CNPJ: 26.124.285/0001-66

Número de Concorrentes: 0

Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

Nº do Edital/Ano: **241/2018 publicado no DOU em 02/10/2018**

Prazo de Inscrição: 03/10/2018 a 03/12/2018

1. Data de Postagem/SEI: fl. 118 (3654140) 29/11/2018

2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (3654140) (4211913)

4. Estatuto Social: fl. 5/12 (3654140) Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de Constituição: fl. 13/15 (3654140) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de Eleição: fl. 26/28 (3654140) para o período de 20/06/2016 a 20/06/2020

6.1. Ata de Eleição Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO (4211913- certidão cartório Livro A dos registros)

7. Comprovações de Maioridade e Nacionalidade/CPF: fl. 30/35 (3654140)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Mariana Veras Arruda – f. 30	Não	0667.7298.0728 03/09/1988	021.705.783-74	Não
DIR. ADM – Luiz Carlos Paz Holanda – f. 32	Não	0379.1370.0701 07/04/1975	010.378.603-14	Não
DIR. OPER – Jayny Rufino da Silva – f.34	Não	0845.6336.0728 23/05/1997	050.188.173-56	Não

8. Manifestações em Apoio: fl. 36/116 (3654140)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de Pagamento da Taxa de Cadastramento: fl. 117 (3654140)

11. Pesquisa Anatel 4017610() e Radar (4016868)

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 4016869()

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (4016864), Certidão FGTS (4016866), Certidão PGFN (4016865), Certidão CNDT (4016867):

OBSERVAÇÕES: 01/04/2019: Informar endereço e coordenadas. Registro Livro B.

13/09/2019: NT 4865/2019 CADSEI em 10/04/2019, resposta em 20/05/2019: exigências cumpridas. Para instrução

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:**1.1 Adequações à Portaria:**

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 3º, I – **II-canal da cidadania-excluir**
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado:
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 7º, §§1º 2º
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 7º, §§1º 2º
- e) Órgão administrativo e cargos: 19
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 20/23
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 32/33

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º/2º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 4º, 8º - **falta demissão**
- c) Direitos e deveres dos associados: 9º, 10
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: 15
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 15/16
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 16
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: 8º
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: 15/16
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 14
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 16, 36

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (4629035)
- 2.2 Certidão FGTS: (4629050)
- 2.3 Certidão PGFN : (4629046)
- 2.4 Certidão CNDT: (4629055)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (4629069)

3. Pesquisa Anatel (4629043) e Radar 4629059)

- 4. Anexo 6/ART: fl. ()

OBSERVAÇÕES: 13/09/2019: Instrução: estatuto social e anexo 6. Pesquisas vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok.

ANEXO 6
FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIO DIFUSÃO
COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

☐ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga

Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL

[illegible]

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

[illegible]

3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

[illegible]

BAIRRO

CIDADE

CEP

[illegible]

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

					-			-	,							o			,			"					o			,			"	W
--	--	--	--	--	---	--	--	---	---	--	--	--	--	--	--	---	--	--	---	--	--	---	--	--	--	--	---	--	--	---	--	--	---	---

4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOURO

Age Group	Percentage
18-24	15%
25-34	25%
35-44	30%
45-54	20%
55-64	10%
65-74	5%
75-84	2%
85+	3%

BAIRRO

CIDADE

CEP

[illegible]

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

Latitude: **N** - Norte ou **S** - Sul)

[illegible]

5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CFP

[illegible]

COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da

[illegible]

FABRICANTE

[illegible]

№

[illegible]

FABRICANTE DA ANTENA

INDICANTE D'ATTIVITÀ		VALORI	
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100

V ☐ C ☐ E ☐ H ☐

TIPO

ALTURA DA TORRE

					dBd			,	m			,	m					,	m
--	--	--	--	--	-----	--	--	---	---	--	--	---	---	--	--	--	--	---	---

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

[illegible]

PERDAS NA LINHA (PL)

				,	m			,		dB			,		dB			,			
--	--	--	--	---	---	--	--	---	--	----	--	--	---	--	----	--	--	---	--	--	--

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{10}}$$

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt} \cdot \eta) = 10 \log (\quad \times \quad \times \quad \times \quad) = \quad \text{dBk}$$

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

$$E(\text{dBu}) = 107 + \text{ERP}(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km}) = 107 + \underline{\hspace{2cm}} - 20 \log \underline{\hspace{2cm}} = \underline{\hspace{2cm}} \text{ dBu}$$

$d(\text{km})$ = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
		A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida</u> , declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo .
		A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GC5, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
		O contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
		A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos.

12 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo		
Segunda-feira		
Terça-feira		
Quarta-feira		
Quinta-feira		
Sexta-feira		
Sábado		

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

--

14 – DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO

REG.CREA

ENDERECO

[illegible]

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

[illegible]

CIDADE			
UF			
CEP		TELEFONE	
FAX			
E-MAIL			
LOCAL		DATA	
ASSINATURA			

15 – DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

NOME COMPLETO			
LOCAL		DATA	
ASSINATURA			

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

ATENÇÃO:

- Este Formulário deve necessariamente contar com as assinaturas do representante legal da entidade e de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e estar acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, juntamente com comprovante de pagamento.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Quixeramobim/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

2. Encaminhem-se os autos para a fase de instrução.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 13/09/2019, às 11:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4629069** e o código CRC **FA35CCB0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 4629069

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

Após análise do processo nº 01250.071938/2018-62, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, na localidade de Quixeramobim/CE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 13/09/2019, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4629059** e o código CRC **E873B588**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 4629059



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 26.124.285/0001-66

Certidão nº: 183626834/2019

Expedição: 13/09/2019, às 11:17:29

Validade: 10/03/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.124.285/0001-66**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.124.285/0001-66

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA

Endereço: VILA NENELANDIA 0100 TERREO / ZONA RURAL / QUIXERAMOBIM / CE /
63800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/09/2019 a 09/10/2019

Certificação Número: 2019091005254042372045

Informação obtida em 13/09/2019 11:18:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
CNPJ: 26.124.285/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:16:50 do dia 13/09/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/03/2020.
Código de controle da certidão: **AE02.B2FF.A1BB.4A82**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CNPJ: 26.124.285/0001-66

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:15:16 do dia 13/09/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

--

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.124.285/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 29/06/2016
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO VL NENELANDIA	NÚMERO S N	COMPLEMENTO	
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3406-0082	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/06/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/09/2019** às **11:15:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto: **Despacho Inicial - Técnica.**

Após análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia**, entidade interessada na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Quixeramobim/CE**, constatou-se que as coordenadas geográficas apresentadas no Requerimento de Outorga atendem ao disposto no art 7º, parágrafo único da Lei N° 9.612, e no art. 22, § 1º da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 30/08/2019, às 15:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4575076** e o código CRC **F09BF0C1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 4575076

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELANDIA

Quixeramobim (CE), 08 de Novembro de 2019.

Ilmo. Sr.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA

Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária

Departamento de Radiodifusão Educativa, - Comunitária e de
Fiscalização

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Brasília - DF

Ref.: a) Ofício nº 33.007/2019/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC;

b) Processo nº 01250.071938/2018-62

Senhor Coordenador - Geral,

Relativamente ao ofício acima
epigrafado e, em especial a Nota Técnica nº 16.914/2019/SEI-
MCTIC, vimos, pela presente, encaminhar a documentação
requestada:

1. Segunda alteração estatutária,
devidamente averbada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas
- 2º Ofício - Cartório Queiroz Rocha, no Livro A-24, fls. 111/118,
sob o nº 1.565, em 30/10/2019, com o escopo de inserir um
parágrafo único ao Artigo 8º, prevendo os requisitos necessários
para demissão de associados;

2. Ata deliberativa da alteração
estatutária;

3. Formulário de dados de
funcionamento da estação (Anexo 6), com a respectiva ART,
assinado por profissional habilitado.

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELANDIA

4. Pertinente a observação "3" da Nota Técnica, fins complementar dados do formulário de dados, segue anexo, relação dos membros da Diretoria - Executiva, informando o cargo, endereço e coordenadas geográficas.

5. Esclarecemos, que o inciso II do Artigo 3º do Estatuto Social, que previa a operação por esta associação de faixas da programação do Canal da Cidadania, foi excluído pela primeira alteração estatutária, averbada no Cartório acima já citado, no Livro A-18, sob o nº 1.565, em 30/10/2018, bem como a ata deliberativa, no Livro A-22, sob o nº 1.832.

Certos da habitual atenção.
Cordialmente,

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
DE NENELANDIA**


MARIANA VERAS ARRUDA
Diretora - Presidente

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELANDIA

DIRETORIA - EXECUTIVA

NOME	CARGO	ENDEREÇO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS
MARIANA VERAS ARRUDA	DIRETORA-PRESIDENTE	VILA DE NENELANDIA, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA - QUIXERAMOBIM-CE	(05)º S (26)' (44)" Lat (39)º W (11)' (47)" Long.
LUIZ CARLOS HOLANDA	DIRETOR- ADMINISTRATIVO	VILA DE NENELANDIA, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA - QUIXERAMOBIM-CE	(05)º S (26)' (27)" Lat (39)º W (11)' (53)" Long.
JAYNY RUFINO DA SILVA	DIRETORA-FINANCEIRA	FAZENDA CANGATI, S/Nº - DISTRITO DE NENELANDIA - QUIXERAMOBIM-CE	(05)º S (26)' (32)" Lat (39)º W (11)' (50)" Long.



Estado do Ceará
Município e Comarca de Quixeramobim
Ofício de Notas e Registros

CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO, a pedido verbal e de parte interessada que revendo os livros de registro de pessoas jurídicas existente em cartório e arquivo, a cargo de sua Titular Daniel Queiroz Rocha, neles, verifiquei constar sob o número 01565 do livro A-24, folha 111 em 30 de outubro de 2019 o(a) 2ª Alteração do Estatuto do(a), ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DE NENELANDIA.

A seguir as averbações realizadas para o respectivo registro:

Natureza do título	Termo	Livro	Folha	Data
--------------------	-------	-------	-------	------

Selo: 000658499.

Quixeramobim, 30 de outubro de 2019

Ana Kelly de Lima Holanda

Ana Kelly de Lima Holanda
Escrevente Autorizada

<#SELO_DIGITAL

CARTÓRIO
QUEIROZ ROCHA

2º OFÍCIO DE QUIXERAMOBIM - CE
Rua Bougeval Leão, 678 - Centro - Fone: (88) 3441-1294
Daniel Queiroz Rocha - Tabelião

Registro nº: 01565, Livro A - 00024, Folha 111
Averbação: Certifico que o presente anexo I refere-se ao ESTATUTO
Registrado em 29/08/2018, sob Registro nº: 01565, do Livro A - 00018, Folha 28
Do que dou Fé. QUIXERAMOBIM/CE, 30 de outubro de 2019.
O Oficial _____



Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício
Daniel Queiroz Rocha
Tabelião
CEP 63800 - Quixeramobim-CE
Fone: 3441-1294

SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

<p><u>CAPÍTULO I</u> <u>DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO</u></p>

Art. 1º - **A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas desta comarca – Cartório Queiroz Rocha – 2º Ofício, no livro de folhas soltas "B16", sob o nº "1.562", em 29 de junho de 2.016, retificado para o Livro A-18, sob o nº 1.565 e primeira alteração estatutária averbada no Livro A-18, em 30/10/2.018, se constitui como pessoa jurídica de direito privado, **sem fins lucrativos**, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

Art. 2º - A sede da Associação será no Município de **QUIXERAMOBIM**, Estado do **CEARÁ**, **NA VILA DE NENELÂNDIA**, **S/Nº - DISTRITO DE NENELÂNDIA - CEP: 63.800-000.**

Art. 3º - A Associação terá como finalidades:

I) Execução e instalação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada (F.M.), de caráter comunitária, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral do **Distrito de Nenelândia**, Município de **Quixeramobim** (CE), mediante autorização que lhe for outorgada pelo Poder Concedente, conforme o disposto nos incisos de I a V do Art. 3º da Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1.998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como:

I) - Beneficiar a comunidade com vista a:

a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

b) Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

d) Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

e) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II) – Respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) Preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros a comunidade atendida;
- c) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção política-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias.

Art. 4º - A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais e de forma gratuita, forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou jurídica, sem fins lucrativos, entidade de classe, beneméritas, religiosa, ou de moradores desde que legalmente instituídas e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados.

Art. 6º - Ficam criadas duas categorias de associados, a saber:

1. CONTRIBUINTES - São considerados contribuintes quaisquer pessoas física ou jurídica que contribuam mensalmente com a quantia estipulada pela Assembléa Geral.

2. BENEMÉRITOS - Quaisquer pessoas física ou jurídica que tenham prestado relevantes serviços à **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** e à coletividade.

Art. 7º - Terão direito a voz e voto nas assembléas as duas categorias de associados: beneméritos e contribuintes, estes últimos poderão ser votados para todos os órgãos da administração e deliberativo, desde que em dia com sua contribuição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado aos associados pessoas físicas o direito de escolher, mediante o voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, e aos associados pessoas jurídicas, através dos seus representantes legais, o direito de votarem para os cargos diretivos.

Art. 8º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro de associados, havendo justa causa, os associados que infringirem este Estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a Diretoria que, frente à procedência

da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

PARÁGRAFO ÚNICO - A demissão de associados somente se dará de forma voluntária, devendo o mesmo encaminhar solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo, através de uma correspondência dirigida à Diretoria - Executiva da associação, para apreciação da Assembleia Geral, nos termos do Artigo 16, alínea "d".

Art. 9º - São Direitos dos Associados:

- a) Participar das Assembléias Gerais, discutir, votar e ser votado para qualquer cargo na Associação;
- b) Participar de quaisquer atividades promovidas pela Associação;
- c) Usufruir dos benefícios e vantagens que a Associação venha a instituir e a oferecer;
- d) Propor por escrito a Diretoria quaisquer medidas e atividade que julgar de interesse da Associação.

Art. 10 - São Deveres dos Associados:

- a) Respeitar e cumprir as determinações do Estatuto Social da entidade;
- b) Contribuir mensalmente com uma quantia fixada pela Assembléia Geral, prestigiando a Associação;
- c) Zelar pelo patrimônio moral e material da Associação.

CAPÍTULO III
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - A organização administrativa da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** é constituída dos seguintes órgãos:

- I - ASSEMBLÉIA GERAL**, órgão deliberativo;
II - DIRETORIA, órgão executivo;
III - CONSELHO FISCAL, órgão de controle interno.

SEÇÃO I
ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12 - A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, será constituída pelos associados, conforme previsto no Artigo 7º deste Estatuto.

Art. 13 - A Assembléia Geral será dirigida pelo Diretor (a) Presidente da Associação, que convocará um ou dois associados presentes para servir de secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembléia.

Art. 14 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre (em janeiro, abril, julho e outubro) e, extraordinariamente, por convocação do Presidente, pela maioria dos

[assinatura]

[assinatura]

3 *[assinatura]*

integrantes do Conselho Fiscal, garantindo a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

Art. 15 - As reuniões da Assembléia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por notificação pessoal escrita, indicando as matérias a serem discutidas e votadas. Sendo esta notificação impossível, serão convocadas por meio de edital afixado na sede da associação.

§ 1º - As Assembléias instalar-se-ão, em primeira convocação, com maioria absoluta do total de associados com direito a voto, e, em segunda convocação, trinta minutos depois, com um mínimo de 1/10 (um décimo) dos associados aptos a votar.

§ 2º - As Assembléias com o escopo de destituir administradores e alterar o Estatuto, deverão ser convocadas especialmente para este fim, conforme preceito insito no parágrafo único do art. 59 do Código Civil, cuja deliberação exigirá o voto concorde de pelos menos 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 16 - São atribuições da Assembléia Geral:

a) Eleger o Presidente e os demais integrantes da Diretoria da Associação;

b) Eleger os membros do Conselho Comunitário, obedecendo rigorosamente às exigências formuladas pelo Artigo 8º da Lei nº 9.612/98;

c) Apreciar os relatórios e contas da Diretoria, balanço patrimonial e prestação de contas, requisitando às informações que julgar necessárias, depois do parecer do Conselho Fiscal;

d) Conferir título de associado benemérito da Associação a pessoas físicas ou jurídicas que, a critério da Diretoria, sejam consideradas dele merecedoras; bem como a demissão e exclusão de associados;

e) Autorizar proposta da Diretoria para aquisição ou alienação de bens da Associação, ou constituição de ônus sobre os mesmos;

f) Promover a fiel observância deste Estatuto, podendo alterá-lo, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga de autorização para exploração do serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme legislação específica para o serviço;

g) Aprovar, por proposta da maioria dos associados, a extinção da Associação e a destinação de seu patrimônio, na forma do Artigo 36;

h) Deliberar sobre casos omissos.

SEÇÃO II DIRETORIA

Art. 17 - A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de 04 (Quatro) anos, sendo

admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros da Diretoria deverão manter residência na área da comunidade a ser atendida pela emissora.

Art. 18 - Os membros da Diretoria deverão ser Brasileiros Natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e não poderão estar no exercício de mandatos eletivos que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercerem cargo de supervisão ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro privilegiado.

Art. 19 - A Diretoria será constituída de:

I - Presidente;

II - Diretor(a) - Administrativo(a); e

III - Diretor(a) - Financeiro(a).

Art. 20 - Compete a Diretoria Executiva:

a) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;

b) Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, até 28 (vinte e oito) de fevereiro, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício findo;

c) Orientar toda a administração da Associação;

d) Compor o quadro de pessoal da **FM COMUNITÁRIA**, privilegiando os membros da comunidade atendida pela emissora.

e) Apresentar ao Conselho Comunitário a programação da emissora, atendendo, exclusivamente, os interesses da comunidade e dos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Lei reguladora do serviço de Radiodifusão Comunitária;

f) Apresentar à Assembléia Geral os nomes das pessoas físicas ou jurídicas merecedoras do título de associado benemérito da Associação.

Art. 21 - São atribuições do Diretor (a) - Presidente:

a) Os poderes de administração em geral, salvo os que, neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, necessário ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;

b) Representar a Associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;

c) Em conjunto com o Diretor (a) - Financeiro (a), abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;

d) Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ocorrendo à vacância do cargo de Presidente o Diretor (a) - Administrativo (a) assumirá o cargo e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

Art. 22 - Compete ao Diretor (a) - Administrativo (a):

- a) Substituir o Diretor (a) - Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Desempenhar as funções que o Diretor (a) - Presidente lhe confiar;
- c) Secretariar as reuniões da Diretoria, lavrando as respectivas atas, revestindo-as das formalidades legais e respondendo ainda pelo seu arquivamento;
- d) Publicar todas as atividades da Associação;
- e) Assinar as correspondências da Associação em conjunto com o Presidente;
- f) Superintender os serviços da Secretaria;
- g) Atender às solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da Associação;
- h) Desempenhar as funções de relações públicas da Associação;

Art. 23 - São atribuições do Diretor (a) - Financeiro (a):

- a) Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;
- b) Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação;
- c) Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o Diretor (a) - Presidente os cheques e ordem de pagamento;
- d) Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil e o patrimônio móvel e imóvel da Associação;
- e) Elaborar e apresentar o relatório patrimonial à Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

SEÇÃO III
CONSELHO FISCAL

Art. 24 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral, com seus respectivos suplentes.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º - Em caso de vacância ou impedimento, assume o respectivo suplente.

Art. 25 - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros de escrituração da associação;
- b) Examinar os relatórios e a escrituração contábil apresentados pelo Diretor (a) - Financeiro (a), opinando a respeito;
- c) Opinar sobre aquisição e alienação de bens ou constituição de ônus sobre os mesmos.



CAPÍTULO IV DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 26 - A cada eleição, será nomeada pela Assembléia Geral um comissão eleitoral para reger o pleito. A mesma deverá elaborar um regimento interno da eleição, respeitando as cláusulas deste estatuto. Não poderão fazer parte da comissão: concorrente(s) ao (s) cargo (s), nem pessoas da Diretoria.

Art. 27 - As eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal se darão a cada quatro anos (Art. 17 e Art. 24, § 1º deste Estatuto), e serão convocadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, mediante a publicação de edital, circular alusiva para os associados que estiverem em dia com suas obrigações. Estas se darão por voto secreto e somente no caso de chapa única será por aclamação.

CAPÍTULO V PATRIMÔNIO

Art. 28 - O patrimônio da Associação é constituído:
a) Das contribuições dos seus associados, doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido pela **FM COMUNITÁRIA**.

b) Pelos bens ou direito adquiridos ou concedidos à entidade por qualquer forma legalmente admitida.

Art. 29 - A receita da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 30 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 31 - Até o dia 30 de Novembro de cada ano, a Diretoria apresentará à Assembléia Geral a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas, separadamente, as receitas e despesas de capital e operação.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - Caso a **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** obtenha do Poder Concedente outorga para explorar o serviço de radiodifusão comunitária, será criado um Conselho Comunitário, composto de 05 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como: Associação de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

Art. 33 - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, colaborando com a Diretoria Executiva na elaboração desta programação, com vista ao atendimento dos interesses exclusivos da comunidade e aos princípios do Artigo 4º da Lei de Radiodifusão Comunitária.

Art. 34 - Os integrantes da Associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

Art. 35 - Os integrantes da Associação são pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que, com dolo ou culpa, causem danos à associação, bem como, nas mesmas condições, a terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedado aos integrantes dos órgãos da Associação conceder aval ou fiança em nome da instituição.

Art. 36 - Ocorrendo dissolução da Associação, os bens que integram seu patrimônio passarão a outra instituição com finalidades iguais e semelhantes.

Art. 37 - A presente alteração estatutária foi aprovada em reunião da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 24 de Outubro de 2019, e entrará em vigor a partir da competente averbação no Cartório Rocha Queiroz.

Nenelândia - Quixeramobim(CE), 25 de Outubro de 2.019

Mariana Veras Arruda
MARIANA VERAS ARRUDA
Presidente

Luiz Carlos Paz Holanda
LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA
Secretario

Dr. Sérgio de Oliveira Sousa
ADVOGADO
OAB/CE 21091

20

[illegible]



**CARTÓRIO
QUEIROZ ROCHA**

2º OFÍCIO DE QUIXERAMOBIM - CE
Rua Boulevard Lopo, 475 - Centro - Fone: (85) 3441-1294
Daniel Queiroz Rocha - Tabelião

Natureza do Título: 2ª Alteração do Estatuto, Protocolo nº: 12173
em 25/10/2019. Registro nº: 1565, Livro A-24, Fls. 111/118.
Apresentante: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITARIA DE
NERELANDIA
Dou 16, Quixeramobim, 20/10/2019. Selo: 000380285, 000144422.

Ana Kelly de Lima Holanda
EMOL: REG: R\$ 23,69 Selo: R\$ 5,91 Protocolo: R\$ 44,09 Leuda: R\$
4,44 Requerimento: R\$ 0,00 FAADep: R\$ 1,62 FERMOJU: R\$ 4,71
FRMNP: R\$ 1,62 ISS: R\$ 1,62 Total: R\$ 53,68
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

Ana Kelly de Lima Holanda
Escrevente Autorizada

Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício
Daniel Queiroz Rocha
Tabelião
CEP 63800 - Quixeramobim-CE
Fone: 3441-1294

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**

CNPJ(MF): 26.124.285/0001-66

Aos 25 (vinte e Cinco) dias do mês de Outubro do ano de 2.019 (dois mil e dezenove), às 19h00min (dezenove) horas, na Vila de Nenelândia, s/nº (sem numero) - Distrito de Nenelândia, município de Quixeramobim, Estado do Ceará, sede desta associação, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, órgão soberano da vontade social (Artigo 12), convocada pela presidente da Diretoria Executiva (Artigo 14 do Estatuto Social), através de edital afixado na sede desta associação, sob a presidência do **SRª. MARIANA VERAS ARRUDA** (Artigo 13), que convidou a mim, **LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA**, para secretariar os trabalhos, com o objetivo de deliberar sobre a reforma estatutária (Artigo 59, inciso "II" do Código Civil e Artigo 15, § 2º do Estatuto). Foi constatada a presença de 2/3 (dois terços) de associados aptos a votar. Dando início aos trabalhos, a Presidente comunicou aos presentes que esta Associação participa do Edital de Seleção Pública nº 241/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União, edição de 02 de Outubro de 2.018, Seção 3, página 14, originário do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que tem como objeto a outorga de autorização, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitário, neste Município, designando o canal 285 (Frequência 104,9 MHz), conforme processo nº 01250.071938/2018-62. Em seguida a Presidente comunicou aos presentes que, visando atender as exigências formuladas pela Nota Técnica nº 16.914/2019/SEI-MCTIC, encaminhada através do ofício nº 33.007/2019/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC, se faz necessário alterar pela segunda vez o estatuto social, com o objetivo de inserir um parágrafo único ao artigo 8º (oitavo), com a seguinte redação: "**PARÁGRAFO ÚNICO** - A demissão de associados somente se dará de forma voluntária, devendo o mesmo encaminhar solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo, através de uma correspondência dirigida à Diretoria - Executiva da associação, para apreciação da Assembleia Geral, nos termos do Artigo 16, alínea "d"." A Presidente colocou em votação as modificações procedidas no Estatuto, sendo aprovada por todos os presentes. A Presidente da Assembleia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, esclarecendo que aprovada pelos presentes, deverá proceder à respectiva averbação no



Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas – Queiroz Rocha – 2º Ofício,
comarca de Quixeramobim, Estado do Ceará.

E, sem mais para o momento, eu, LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA, lavrei a
presente ata, que vai assinada por todos os presentes, conforme lista de
presença que integra a presente ata.

Nenelândia - Quixeramobim(CE), 25 de Outubro de 2.019

Mariana Veras Arruda
MARIANA VERAS ARRUDA
Presidente

Luiz Carlos Paz Holanda
LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA
Secretario

Cartório
do
2º OFÍCIO DE QUEIROZ ROCHA

2º OFÍCIO DE QUEIROZ ROCHA - CE
Rua Benjamin Leão, 578 - Centro - Fone (33) 3441-1294
Daniel Queiroz Rocha - Tabelião

RECONHECIMENTO nº 003180

Reconheço a assinatura por **SEMELHANÇA** de: (1) **MARIANA VERAS ARRUDA**

Quixeramobim/CE, 25 de outubro de 2019. Em test. da verdade.

Ana Kelly de Lima Holanda
Ana Kelly de Lima Holanda - Escrevente Autorizada

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO - Emolumentos: R\$ 2,70; RS 0,00 - Selo: R\$ 1,10
Total: R\$3,80 - Selo: 000012824

Cartório Queiroz Rocha
2º Ofício
Daniel Queiroz Rocha
Tabelião
CEP 63800 - Quixeramobim-CE
Fone: 3441-1294

Cartório
do
2º OFÍCIO DE QUEIROZ ROCHA

CARTÓRIO QUEIROZ ROCHA

2º OFÍCIO DE QUEIROZ ROCHA - CE
Rua Benjamin Leão, 578 - Centro - Fone (33) 3441-1294
Daniel Queiroz Rocha - Tabelião

REGISTRAL 11

Registro de Títulos, Documentos
Civil e de Pessoas Jurídicas

N. AI 380288 - KURC

REGISTRAL Distribuição
Nº AF 144421

Detalhamento do Título: Ata de Assembleia Geral. Protocolo nº: 12174 em
21/10/2019. Registro nº: 1952. Livro A-24. Fls. 109/110. Representante:
Associação DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

Quixeramobim, 25/10/2019. Selo: 003380288, 000144421

Daniel Queiroz Rocha
TABELIÃO

REGUL.: RES. DE 62,14 Selo: DE 5,91 Protocolo: DE 44,45 Livro: DE 1,10
Emolumento: AI 0,00 FUNDOS: AI 0,16 FUNDOS: DE 0,75 FUNDOS: DE 0,54 288: AI
0,55 Total: AI 17,96

VALIDO SOMENTE COM SELA DE AUTENTICAÇÃO

Ana Kelly de Lima Holanda
Escrevente Autorizada

mt

LOPH

ANEXO 6

FORMULÁRIO DE DADOS DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO – RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM

1 – ASSINALE A SOLICITAÇÃO DE INTERESSE:

- ☒ Solicitação de análise de documentação necessária à fase de instrução – Processo de Outorga
- ☐ Solicitação de alteração de características anteriormente aprovadas – Processo de Pós-Outorga

2 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

RAZÃO SOCIAL																															
A	S	S	O	C	I	A	Ç	A	O	D	E	R	A	D	I	O	D	I	F	U	S	Ã	O	C	O	M	U	N	I	T	.
RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)										CNPJ																					
D	E	N	E	N	E	L	A	N	D	I	A			2	6	.	1	2	4	.	2	8	5	/	0	0	0	1	-	6	6

3 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO																																			
V	I	L	A	D	E	N	E	N	E	L	A	N	D	I	A	,	S	N																	
BAIRRO										CIDADE																									
D	I	S	T	R	I	T	O	N	E	N	E	L	A	N	D	I	A	Q	U	I	X	E	R	A	M	O	B	I	M						
CIDADE (CONTINUAÇÃO)										UF										COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da															
Latitude: N - Norte ou S - Sul)																																			
										C	E			0	5	°	2	6	'	2	9	"	S			3	9	°	1	1	'	5	1	"	W

4 – LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE / TRANSMISSOR

LOGRADOURO																																			
R	U	A	S	E	B	A	S	T	I	Ã	O	F	E	R	R	E	I	R	A	E	S	I	L	V	A	,	1	5							
BAIRRO										CIDADE																									
D	I	S	T	R	I	T	O	N	E	N	E	L	A	N	D	I	A	Q	U	I	X	E	R	A	M	O	B	I	M						
CIDADE (CONTINUAÇÃO)										UF										COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da															
Latitude: N - Norte ou S - Sul)																																			
										C	E			0	5	°	2	6	'	4	8	"	S			3	9	°	1	1	'	4	7	"	W

5 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

LOGRADOURO																																			
R	U	A	S	E	B	A	S	T	I	Ã	O	F	E	R	R	E	I	R	A	E	S	I	L	V	A	,	1	5							
BAIRRO										CIDADE																									
D	I	S	T	R	I	T	O	N	E	N	E	L	A	N	D	I	A	Q	U	I	X	E	R	A	M	O	B	I	M						
CIDADE (CONTINUAÇÃO)										UF										COORDENADAS GEOGRÁFICAS (Especifique o hemisfério da															
Latitude: N - Norte ou S - Sul)																																			
										C	E			0	5	°	2	6	'	4	8	"	S			3	9	°	1	1	'	4	5	"	W

6 – TRANSMISSOR

FABRICANTE																																								
A	U	A	D	C	O	R	R	E	A	E	Q	U	I	P	A	M	E	N	T	O	S	E	L	E	T	R	O	N	I	C	O	S								
CONTINUAÇÃO										MODELO										POTÊNCIA										Nº HOMOLOGAÇÃO/CERTIFICAÇÃO										
L	T	D	A							S	P	S	0	2	5					2	5	,	0	W			0	0	6	8	0	-	0	3	-	0	0	5	2	8

7 – ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA																																							
A	U	A	D	C	O	R	R	E	A	E	Q	U	I	P	A	M	E	N	T	O	S	E	L	E	T	R	O	N	I	C	O	S							
CONTINUAÇÃO										MODELO										POLARIZAÇÃO																			
L	T	D	A												P	T	O	D	B	-	F	M					V	X	C		E		H						
TIPO																																							
P	L	A	N	O						T	E	R	R	A	1	/	4																						
GANHO max (Gt)										ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO										ALTURA DA TORRE										ALTITUDE DO LOCAL									

8 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE										MODELO																													
R	A	D	I	O						F	R	E	Q	U	E	N	C	Y		S	Y	S	T	E	M	S		R	G	C	2	1	3						
COMPRIMENTO (L)										ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)										PERDAS NA LINHA (PL)										EFICIÊNCIA DA LINHA (η)									

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot \eta \cdot \text{AL}}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-PL}{100}}$$

9 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

$$\text{ERP(dBk)} = 10 \log (\text{Pt. Ght. Gvt. } \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,941) = -16,28 \text{ dBk}$$

Pt = Potência do transmissor, em kW.

Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.

Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes

η = Eficiência da linha de transmissão.

*OBS: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.

10 – INTENSIDADE DE CAMPO (E) NO LIMITE DA ÁREA DE COBERTURA RESTRITA

$$\text{E(dBu)} = 107 + \text{ERP(dBk)} - 20 \log d(\text{km}) = 107 + (-16,28) - 20 \log (1) = 90,72 \text{ dBu}$$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada, em dBk.

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de cobertura restrita.

*OBS: O máximo valor de intensidade de campo que a estação poderá ter a uma distância de 1 km da antena, com base nessa equação, deverá ser 91 dBu.

11 – DECLARAÇÕES REFERENTES AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA EMISSORA

NÃO	SIM	DECLARAÇÃO
	X	A cota do terreno (solo) no local de instalação do sistema irradiante não é superior a 30 (trinta) metros, com relação à cota de qualquer ponto do terreno no raio de um quilômetro em torno do local do sistema irradiante.
		<u>Caso a condição acima não seja atendida, declara-se que os valores de intensidade de campo máximo sobre a área de cobertura restrita são garantidos, conforme estudo específico encaminhado em anexo.</u>
	X	A emissora obedece aos parâmetros indicados na Portaria nº. 256/GCS, de 13 de maio de 2011, do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, correspondente aos gabaritos de zona de proteção aos aeródromos.
	X	O contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção.
*	X	A estação transmissora atende ao disposto em regulamentação da ANATEL sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com

	valores superiores aos estabelecidos.
--	---------------------------------------

12 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA EMISSORA

DIA DA SEMANA	HORÁRIO DE INÍCIO	HORÁRIO DE TÉRMINO
Domingo	05:00	22:00
Segunda-feira	05:00	22:00
Terça-feira	05:00	22:00
Quarta-feira	05:00	22:00
Quinta-feira	05:00	22:00
Sexta-feira	05:00	22:00
Sábado	05:00	22:00

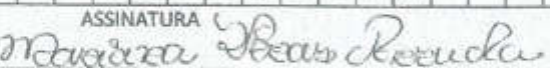
13 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

- CÁLCULOS REALIZADOS PARA UMA FREQUÊNCIA DE 87,9 MHz.

14 - DADOS DO(A) ENGENHEIRO(A) PROJETISTA

NOME COMPLETO																																
Y	A	S	K	A	R	A	M	A	R	I	A	G	R	A	N	G	E	F	R	O	V	I	E	I	R	A						
REG.CREA										ENDEREÇO																						
1	1	9	7	1	-	D	R	U	A	M	A	R	I	A	N	A	F	U	R	T	A	D	O	L	E	I	T	E	.			
ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)										BAIRRO																						
1	9	4	5				E	N	G	.	L	U	C	I	A	N	O	C	A	V	A	L	C	A	N	T	E					
CIDADE										UF																						
F	O	R	T	A	L	E	Z	A																					C	E		
CEP										TELEFONE										FAX												
6	0	8	1	1	-	0	3	0		8	5	9	9	9	8	3	-	0	0	7	0											
E-MAIL																																
Y	A	S	K	A	R	A	M	A	R	I	A	1	@	G	M	A	I	L	.	C	O	M										
LOCAL										DATA																						
Q	U	I	X	E	R	A	M	O	B	I	M												3	0	/	1	0	/	2	0	1	9
ASSINATURA																																
																																

15 - DADOS DO(A) REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

NOME COMPLETO																																
M	A	R	I	A	N	A	V	E	R	A	S	A	R	R	U	D	A															
LOCAL										DATA																						
Q	U	I	X	E	R	A	M	O	B	I	M												3	0	/	1	0	/	2	0	1	9
ASSINATURA																																
																																

Endereço de correspondência: VILA DE NENELANDIA, S/Nº

Bairro: DISTRITO DE NENELANDIA

CEP: 63.800-000

Cidade: QUIXERAMOBIM

UF: CE



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20190564436

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

RNP: 0601968050

Registro: 27200CE

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**

RUA Sebastião Ferreira e Silva

Complemento:

Cidade: **QUIXERAMOBIM**

Bairro: **Distrito Nenelandia**

UF: **CE**

CPF/CNPJ: **26.124.285/0001-66**

Nº: **15**

CEP: **63800000**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 3.000,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA Sebastião Ferreira e Silva

Complemento:

Cidade: **QUIXERAMOBIM**

Data de início: **05/11/2019**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**

Nº: **15**

Bairro: **Distrito Nenelandia**

UF: **CE**

CEP: **63800000**

Provisão de término: **12/11/2019**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Código: **Não especificado**

CPF/CNPJ: **26.124.285/0001-66**

4. Atividade Técnica

21 - ELABORAÇÃO

5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 > OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA > SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES > PROCESSAMENTO DE RADIODIFUSÃO > #1977 - DE SOM

Quantidade

1,00

Unidade

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ALTERAÇÃO TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RADCOM.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Quixerama **05** de **Novembro** de **2019**

Local

data

Yaskara Maria Grangeiro Vieira

YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA - CPF: 349.095.523-04

Marcia Tereza Aguiar

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA - CNPJ:

26.124.285/0001-66

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

* Somente é considerada válida a ART quando estiver cadastrada no CREA, quitada, possuir as assinaturas originais do profissional e contratante.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 85,96**

Registrada em: **06/11/2019**

Valor pago: **R\$ 85,96**

Nosso Número: **8213619875**





CREA-CE

Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Ceará

CNPJ: 07.135.601/0001-50

RUA CASTRO E SILVA, 81 - CENTRO -

FORTALEZA - CEARÁ

CEP: 60030-010

Tel: + 55 (85) 3453-5800

COBRANÇA DE A.R.T.

Pagador

SOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA

CPF/CNPJ

26.124.285/0001-66

Registro CREA

Endereço

RUA Sebastião Ferreira e Silva, 15

Distrito Nenelandia - QUIXERAMOBIM - CE - 63800000

Representação numérica: 10490.54743 33000.100843 21361.997584 1 80740000008596

Agência / Código Beneficiário

1047 / 054743-3

Número do Documento

14000008213619975-5

Data Emissão

05/11/2019

Data Vencimento

15/11/2019

Parcela

1/1

Valor do Documento

R\$ 85,96

Detalhes da Cobrança

ANOTACAO DE RESPONSABILIDADE TECNICA - ART

CE20190564436

R\$ 85,96

RECIBO DO PAGADOR

Autenticação Mecânica

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ORINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às

310-6/0515608-6

06/NOV/2019

HORA DE 09:44:31

FLPM 012985

LOT. 001.014947-4

LOCALIDADE: QUIXERAMOBIM

AB. VINCULADA: 2843

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BOLETO CAIXA

TIPO DE EMISSÃO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO RECEPTOR: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

LINHA DIGITÁVEL DO CÓDIGO DE BARRAS

1849054743 33000100843

21361997584 1 80740000008596

RECEBIMENTO

NOME FANTASIA: CREA CE

RAZÃO SOCIAL: CREA CE

CPF: 07.135.601/0001-50

PAGADOR

NOME FANTASIA:

RAZÃO SOCIAL: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO C

CPF: 26.124.285/0001-66

DATA DE VENCIMENTO: 15/NOV/2019

DATA DE PAGAMENTO: 06/NOV/2019

VALOR NOMINAL: 85,96

JUROS: 0,00

IOF: 0,00

MULTA: 0,00

DESCONTO: 0,00

ABATIMENTO: 0,00

VALOR CALCULADO: 85,96

VALOR DO PAGAMENTO: 85,96

TIPO DE PAGAMENTO: ESPECIE

310-6/0515608-6

VIA DA CAIXA



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

2/20/20 3:36 PM

Página 1 de 8

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
0.00	CE	QUIXERAMOBIM	01250.071938/2018	241	05S2648	39W1147	EXINST	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
0.22	CE	QUIXERAMOBIM	53000.053983/2010	30	05S2641	39W1147	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA COMUNIDADE DA FE
0.22	CE	QUIXERAMOBIM	53000.015039/2012	0	05S2641	39W1147	DEN	ASSOCIACAO COMUNITARIA COMUNIDADE DA FE
0.60	CE	QUIXERAMOBIM	53000.045837/2011	30	05S2629	39W1151	DEN	ASSOCIACAO VALE DE NENELANDIA
0.60	CE	QUIXERAMOBIM	53000.005129/2010	30	05S2629	39W1151	ARQDE F	ASSOCIACAO VALE DE NENELANDIA
7.48	CE	QUIXERAMOBIM	53000.013552/2007	30	05S2807	39W0757	ARQDE F	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
7.48	CE	QUIXERAMOBIM	53000.022338/2012	0	05S2807	39W0757	DEN	ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
12.89	CE	MILHÃ	53000.061075/2009	30	05S3330	39W0954	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICIENTE E RECREATIVA DE CARNAUBINHA
13.52	CE	QUIXERAMOBIM	53000.057548/2010	30	05S2956	39W1824	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VARZEA REDONDA
13.52	CE	QUIXERAMOBIM	53000.056269/2006	21	05S2956	39W1824	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VARZEA REDONDA
13.64	CE	QUIXERAMOBIM	53000.009050/2014	0	05S3001	39W1826	RAQ	ASSOCIACAO JUVENTUDE CONSCIENTE - AJUCE
24.99	CE	SENADOR POMPEU	53650.002376/1998	0	05S3517	39W2218	RAQ	FUNDAÇÃO MIRO FAHEINA - ONG
25.02	CE	SENADOR POMPEU	53650.001773/1998	4	05S3517	39W2219	LDE	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

2/20/20 3:36 PM

Página 2 de 8

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
25.02	CE	SENADOR POMPEU	53900.028806/2015	4	05S3517	39W2219	ARQPO S	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE
25.02	CE	SENADOR POMPEU	53900.043294/2015	4	05S3517	39W2219	PER	ASSOCIACAO DOS MORADORES DO ALTO DO BODE
25.13	CE	SENADOR POMPEU	53650.002752/1998	4	05S3518	39W2223	ARQDE F	SOCIEDADE BENEFICENTE VICENTE ESMERALDO MARTINS
25.41	CE	MILHÃ	53000.015142/2007	24	05S4030	39W1138	LDE	FUNDACAO RAIZES DE MILHA
25.41	CE	MILHÃ	53650.002818/1998	4	05S4030	39W1138	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO CULTURAL MILHÃ
25.53	CE	SENADOR POMPEU	53650.000979/2001	0	05S3515	39W2242	RAQ	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SENADOR POMPEU
25.72	CE	MILHÃ	53000.042598/2003	24	05S4040	39W1146	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES MILHAENSE
25.72	CE	MILHÃ	53650.002157/1998	4	05S4040	39W1146	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES MILHAENSE
25.72	CE	MILHÃ	53000.046813/2007	24	05S4040	39W1146	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE MILHA
27.10	CE	MILHÃ	53000.065119/2010	30	05S4114	39W1405	AUT	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NOVO DESTINO
27.14	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000273/1999	21	05S1344	39W1824	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE JAIME LOPES
28.84	CE	QUIXERAMOBIM	53900.047275/2016	0	05S1224	39W1741	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA RURAL CHICO FERREIRA DO GANCHO
29.45	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000841/1999	4	05S1158	39W1729	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE VILA UNIAO



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

2/20/20 3:36 PM

Página 3 de 8

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
29.53	CE	QUIXERAMOBIM	53000.061969/2010	30	05S1132	39W1620	ARQDE F	INSTITUTO ANTONIO CONSELHEIRO DE APOIO, ASSESSORIA E PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
29.54	CE	QUIXERAMOBIM	53000.033919/2009	30	05S1157	39W1734	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE FAUSTO APRIGIO DE ALGODOES
29.58	CE	QUIXERAMOBIM	53650.001987/1998	4	05S1155	39W1733	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA MARIANA BOA SEMENTE
29.72	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000272/1999	4	05S1155	39W1745	ARQDE F	ACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
29.88	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000210/1999	4	05S1153	39W1754	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA REMANSO
29.88	CE	QUIXERAMOBIM	01250.040570/2019	4	05S1153	39W1754	REN	ASSOCIACAO COMUNITARIA REMANSO
30.34	CE	QUIXERAMOBIM	01250.004805/2016	0	05S1720	39W2511	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE ONCA
30.45	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000275/1999	21	05S1100	39W1616	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA VILA BETANIA
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	53650.006222/2014	21	05S1007	39W1356	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	53000.027771/2003	21	05S1007	39W1356	LDD	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	01250.049169/2019	21	05S1007	39W1356	REN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	01250.019125/2019	21	05S1007	39W1356	POS	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	53560.006222/2014	21	05S1007	39W1356	ARQPO T	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

2/20/20 3:36 PM

Página 4 de 8

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
31.19	CE	QUIXERAMOBIM	01250.003700/2020	21	05S1007	39W1356	POT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUIXERAMOBIM
32.23	CE	MILHÃ	53000.037672/2009	30	05S4353	39W0834	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES UNIDOS DE A. C. D. M.
32.32	CE	MILHÃ	53650.000860/2001	20	05S4359	39W1442	LDE	CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE
32.32	CE	MILHÃ	01250.000823/2020	20	05S4359	39W1442	REN	CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE
32.55	CE	MILHÃ	53000.054475/2010	30	05S4354	39W0748	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES E AGRICULTORES RURAIS DOS SITOS EXTREMA E MACACOS
32.65	CE	QUIXERAMOBIM	53650.000274/1999	21	05S1000	39W1704	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA ISRAEL PORDEUS
32.75	CE	QUIXERAMOBIM	53650.001115/2001	21	05S0958	39W1709	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA SANTO ANTONIO DE PADUA
33.51	CE	QUIXERAMOBIM	53000.014602/2009	30	05S0928	39W1655	ARQDE F	ASSOCIACAO ISRAEL DE APOIO E RECUPERAO DE DROGADOS
33.75	CE	SENADOR POMPEU	53000.059978/2012	53	05S3129	39W2927	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO DO BOMFIM - KM 20
33.86	CE	SENADOR POMPEU	53000.002515/2005	0	05S3128	39W2931	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO DISTRITO DO BOMFIM - KM 20
34.14	CE	QUIXADÁ	53000.004207/2010	0	05S1835	38W5514	RAQ	ASSOCIACAO REGIONAL DOS IDOSOS
34.14	CE	BANABUIÚ	53650.002329/1998	0	05S1835	38W5514	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BANABUIU
34.14	CE	BANABUIÚ	53650.000740/1999	4	05S1835	38W5514	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BANABUIU



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

2/20/20 3:36 PM

Página 5 de 8

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
34.14	CE	BANABUIÚ	53650.000091/2001	16	05S1835	38W5514	ARQDE F	CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES DO BANABUIU
34.14	CE	BANABUIÚ	53000.023911/2010	29	05S1835	38W5514	ARQDE F	ASSOCIACAO DAS MULHERES DE BANABUIU-ASMUB
34.36	CE	BANABUIÚ	53650.002798/1998	4	05S1827	38W5510	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES E PESCADORES DA VILA MARIANO
34.36	CE	BANABUIÚ	53900.010232/2014	4	05S1827	38W5510	RAUT	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES E PESCADORES DA VILA MARIANO
35.70	CE	QUIXERAMOBIM	53900.053768/2016	0	05S2056	39W3012	ARQCD I	ASSOCIACAO COMUNITARIA DA RADIO DIFUSAO DE SAO MIGUEL
37.24	CE	SOLONÓPOLE	53650.000807/1999	4	05S4327	39W0030	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA 1(PRIMEIRO) DE MAIO DE SOLONOPOLE
37.30	CE	SENADOR POMPEU	53000.060862/2012	53	05S4106	39W2600	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ENGENHEIRO JOSE LOPES
37.50	CE	SOLONÓPOLE	53650.002156/1998	4	05S4331	39W0021	LDE	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.50	CE	SOLONÓPOLE	53900.038190/2015	4	05S4331	39W0021	ARQPO T	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.50	CE	SOLONÓPOLE	01250.050058/2019	4	05S4331	39W0021	POS	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.50	CE	SOLONÓPOLE	01250.020449/2019	4	05S4331	39W0021	ARQPO T	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.62	CE	SOLONÓPOLE	53900.044799/2015	4	05S4341	39W0029	ARQPO S	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC
37.62	CE	SOLONÓPOLE	53900.049709/2015	4	05S4341	39W0029	RAUT	MOVIMENTO DE ACAO COMUNITARIA - MAC



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

2/20/20 3:36 PM

Página 6 de 8

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
37.81	CE	BANABUIÚ	53650.000116/2002	16	05S1558	38W5426	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE BANABUIU
37.99	CE	QUIXERAMOBIM	53000.064281/2010	30	05S2033	39W3123	DEC	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM
37.99	CE	QUIXERAMOBIM	01250.072146/2018	30	05S2033	39W3123	ARQPO S	ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO MIGUEL DE QUIXERAMOBIM
38.22	CE	BANABUIÚ	53000.014871/2010	29	05S1547	38W5417	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE MONTE ALEGRE
38.50	CE	BANABUIÚ	53000.029551/2003	29	05S1535	38W5414	ARQDE F	ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA NOSSA SENHORA DE FATIMA
39.98	CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	53650.000172/2002	17	05S4808	39W1457	LDE	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CEDRO
39.98	CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	53900.049697/2015	17	05S4808	39W1457	EXIREN	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE CEDRO
40.45	CE	BANABUIÚ	53000.023928/2010	29	05S1727	38W5159	ARQDE F	CONSELHO COMUNITARIO DOS MORADORES DO BANABUIU
40.51	CE	BANABUIÚ	53000.023691/2010	29	05S1729	38W5156	ARQDE F	ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL FILHOS DE BANABUIU
41.05	CE	JAGUARETAMA	53000.055110/2007	28	05S3907	38W5318	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO SAO PEDRO
41.05	CE	JAGUARETAMA	53000.029481/2009	28	05S3907	38W5318	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA NEURISMAR BEZERRA
42.40	CE	JAGUARETAMA	53000.027099/2009	28	05S3983	38W5318	APA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA LOCALIDADE DA MATA
43.36	CE	JAGUARETAMA	53000.029679/2009	28	05S3534	38W5000	ARQDE F	ASS. DA AGROVILA ADOLFO BEZERRA DE MENEZES DO P. A. SANTA BARBARA



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

2/20/20 3:36 PM

Página 7 de 8

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
43.97	CE	PIQUET CARNEIRO	53000.057547/2010	30	05S4608	39W2535	ARQDE F	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DA REGIAO DE ACUDE VELHO
44.37	CE	QUIXADÁ	53650.000108/2002	0	05S0447	39W0222	ARQCD I	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DE JUATAMA
44.61	CE	JAGUARETAMA	53000.029678/2009	28	05S2554	38W4738	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DO CORONEL
44.64	CE	QUIXADÁ	53000.076193/2013	65	05S0437	39W0223	ARQDE F	ASSOCIACAO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DO DISTRITO DE JUATAMA - ASDEJ
45.08	CE	SENADOR POMPEU	53000.002516/2005	0	05S2510	39W3609	ARQCD I	ASSOCIACAO RURAL COMUNITARIA DE SAO JOAQUIM
45.25	CE	SENADOR POMPEU	53000.060445/2012	53	05S2513	39W3615	ARQDE F	ASSOCIACAO RURAL COMUNITARIA DE SAO JOAQUIM
45.38	CE	SENADOR POMPEU	53000.007423/2003	0	05S2525	39W3620	ARQCD I	ASSOCIACAO DE PROTECAO AO MEIO AMBIENTE
45.43	CE	PIQUET CARNEIRO	53900.027903/2015	0	05S4628	39W2628	RAQ	ASSOCIACAO COMUNITARIA DO SITIO OLHO D'AGUA E REGIAO - ACOA
45.47	CE	ARACOIABA	53650.001757/1998	4	05S3135	39W3557	ARQDE F	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO
46.66	CE	PIQUET CARNEIRO	53000.007106/2013	3	05S4813	39W2504	ADRRE N	ASSOCIACAO BENEF E FILANT N S FATIMA PIQUET CARNEIRO
46.66	CE	PIQUET CARNEIRO	53650.002375/1998	3	05S4813	39W2504	LDE	ASSOCIACAO BENEF E FILANT N S FATIMA PIQUET CARNEIRO
46.66	CE	PIQUET CARNEIRO	53900.011428/2016	3	05S4813	39W2504	ARQPO T	ASSOCIACAO BENEF E FILANT N S FATIMA PIQUET CARNEIRO
47.85	CE	PIQUET CARNEIRO	53000.063819/2010	30	05S5013	39W2241	ARQDE F	ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS MORADORES DE MULUNGU



Ministério das Comunicações

RADCOM

Relatório de Processos Vizinhos (50km) em ordem crescente de distância

Identificação do Processo

Aviso de Inscrição: 241
Número do Processo: 012500719382018

2/20/20 3:36 PM

Página 8 de 8

Vizinhos								
Distância (Km)	UF	Localidade	Processo	Aviso Inscrição	Latitude	Longitude	Status	Entidade
48.53	CE	QUIXERAMOBIM	53000.060832/2010	30	05S1402	39W3444	DEC	ASSOCIACAO COMUNITARIA MANITUBA DE QUIXERAMOBIM
Nº de Linhas: 0								

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 01250.071938/2018 Localidade / UF: QUIXERAMOBIM/CE
Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
Aviso: 241 Canal: 0
Endereço Sistema Irradiante: Rua Sebastião Ferreira e Silva, nº 15 Nº . - B. Distrito de Nenelândia
Endereço Estúdio: Rua Sebastião Ferreira e Silva, nº 15 Nº . - B. Distrito de Nenelândia
Endereço Sede: NENELANDIA Nº S N - B. NENELANDIA QUIXERAMOBIM - CE

Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?

Sim

2. Dados do Transmissor

a. Fabricante :	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos	b. Modelo :	SP5025		
c. Categoria :	2H	d. Certificado:	0680030528	e. Potência (W) :	25

3. Dados do Transmissor Reserva

a. Fabricante :		b. Modelo :			
c. Categoria :		d. Certificado:		e. Potência (W) :	

4. Dados da Antena

a. Fabricante:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos		b. Modelo :	PT0dB-FM	
c. Altura:	30,0	d. Ganho Máximo:	0	5. Intensidade de campo(dBu) : 89.63	

6. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Processo tecnicamente instruído em segunda fase. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.

Luis Felipe Souza da Silva

Data de Envio:

14/07/2020 12:09:02

De:

MC/SEARC (SEI-MC) <serco.sei@mctic.gov.br>

Para:

nenelandiafm@gmail.com
LMCRADIODIFUSAO@GMAIL.COM

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 01250.071938/2018-62

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5652413.html
Portaria_5652426_MC_portarias_prazo.pdf

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto: **Processo tecnicamente instruído.**

1. Informo que o processo nº 01250.071938/2018-62, de interesse da **Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia**, entidade pleiteante de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Quixeramobim / CE**, encontra-se tecnicamente instruído em 2ª fase, conforme Relatório de Vizinhos (5201350) e Roteiro de Análise de Instalação da Estação RadCom (5201459).

2. Encaminhe-se para realização de Revisão Final.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 20/02/2020, às 15:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5201479** e o código CRC **4C49DD1D**.

Minutas e Anexos

Relação de Processos Vizinhos (5201350)

Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom (5201459)

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 5201479



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.124.285/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/06/2016
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO VL NENELANDIA	NÚMERO S N	COMPLEMENTO *****
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3406-0082
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/06/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/07/2020** às **17:19:47** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CNPJ: **26.124.285/0001-66**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 17:28:03 do dia 02/07/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.124.285/0001-66

Certidão nº: 15265021/2020

Expedição: 02/07/2020, às 17:21:56

Validade: 28/12/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.124.285/0001-66**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.124.285/0001-66

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA

Endereço: VILA NENELANDIA 0100 TERREO / ZONA RURAL / QUIXERAMOBIM / CE / 63800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/06/2020 a 17/07/2020

Certificação Número: 2020061801221296524730

Informação obtida em 02/07/2020 17:22:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
CNPJ: 26.124.285/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:20:51 do dia 02/07/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/12/2020.

Código de controle da certidão: **DD19.C7DE.F03E.078A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Após análise do processo nº 01250.071938/2018-62, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, na localidade de Quixeramobim/CE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 03 de julho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 03/07/2020, às 07:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5652373** e o código CRC **79E206F0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MC nº 5652373

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Quixeramobim/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 03 de julho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 03/07/2020, às 07:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5652378** e o código CRC **7C684273**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MC nº 5652378

Município/UF: QUIXERAMOBIM/CE **INSTRUÇÃO 2**

Processo nº: 01250.071938/2018-62

CNPJ: 26.124.285/0001-66

Número de Concorrentes: 0

Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

Nº do Edital/Ano: **241/2018 publicado no DOU em 02/10/2018**

Prazo de Inscrição: 03/10/2018 a 03/12/2018

1. Data de Postagem/SEI: fl. 118 (3654140) 29/11/2018

2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (3654140) **(4211913)**

4. Estatuto Social: **f. 5/13 (4833898)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: **(X)** SIM () NÃO

5. Ata de Constituição: fl. 13/15 (3654140) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: **(X)** SIM () NÃO

6. Ata de Eleição: fl. 26/28 (3654140) para o período de 20/06/2016 a 20/06/2020

6.1. Ata de Eleição Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: **(X)** SIM () NÃO **(4211913- certidão cartório Livro A dos registros)**

7. Comprovantes de Maioridade e Nacionalidade/CPF: fl. 30/35 (3654140)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Mariana Veras Arruda – f. 30	Não	066772980728 03/09/1988	021.705.783-74	Não
DIR. ADM – Luiz Carlos Paz Holanda – f. 32	Não	037913700701 07/04/1975	010.378.603-14	Não
DIR. OPER – Jayny Rufino da Silva – f.34	Não	084563360728 23/05/1997	050.188.173-56	Não

8. Manifestações em Apoio: fl. 36/116 (3654140)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de Pagamento da Taxa de Cadastramento: fl. 117 (3654140)

11. Pesquisa Anatel 4017610() e Radar (4016868)

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 4016869()

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (4016864), Certidão FGTS (4016866), Certidão PGFN (4016865), Certidão CNDT (4016867):

OBSERVAÇÕES: 01/04/2019: Informar endereço e coordenadas. Registro Livro B.

13/09/2019: NT 4865/2019 CADSEI em 10/04/2019, resposta em 20/05/2019: exigências cumpridas. Para instrução

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 3º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 5º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 7º,
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 7º, parágrafo único
- e) Órgão administrativo e cargos: 19
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 20/23
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 32/33

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º/2º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 4º, 8º
- c) Direitos e deveres dos associados: 9º, 10
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: 15
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 15/16
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 16
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: 8º
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: 15/16
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 14
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 16, 36

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (5651639)
- 2.2 Certidão FGTS: (5651639)
- 2.3 Certidão PGFN : (5651639)
- 2.4 Certidão CNDT: (5651639)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5652378)

3. Pesquisa Anatel (5651639) e Radar (5652373)

- 4. Anexo 6/ART: fl. 16/20 (4833898)

OBSERVAÇÕES: 13/09/2019: Instrução: estatuto social e anexo 6. Pesquisas vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok.

02/07/2020: NT 16914/2019 recebida em 04/11/2019, resposta em 09/11/2019: Exigências cumpridas. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok. Ata de eleição venceu em 20/06/2020. Após apresentação e renovação de pesquisas, para revisão final.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/04/2020 | Edição: 82 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.915, DE 28 DE ABRIL DE 2020

Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal e, em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Sem prejuízo do disposto no art. 6º-C da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ficam suspensos, de 20 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, os prazos nos processos administrativos em trâmite no âmbito da Secretaria de Radiodifusão (SERAD) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), para apresentação de defesa, recurso, resposta a exigências, cumprimento de diligências, aprovação de local (APL) e licenciamento de estações.

Parágrafo único. Após a data a que se refere o caput, os prazos fluirão pelo tempo remanescente.

Art. 2º Fica suspenso, até 31 de maio de 2020, o atendimento presencial de partes, advogados e interessados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/06/2020 | Edição: 103 | Seção: 1 | Página: 17

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.456, DE 29 DE MAIO DE 2020

Prorroga, até 30 de junho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de junho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

PORTARIA Nº 31, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Estabelece metas de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea por meio de Emenda Parlamentar.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 7º, inciso I e II, da Portaria SESAN/MDS nº 50, de 30 de agosto de 2018, e Art. 5º, inciso III §1º inciso II, da Portaria MC nº 305, de 10 de março de 2020, e conforme Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e

CONSIDERANDO a adesão dos municípios ao Programa de Aquisição de Alimentos, em conformidade com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e suas atribuições, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e a Resolução nº 45, de 13 de abril de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais, resolve:

Art. 1º Propor ao município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, relacionado no Anexo I, metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo do plano operacional, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado por igual período em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 2º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério da Cidadania - MC realizará pagamentos a beneficiários fornecedores ou a organizações fornecedoras, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MC, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.5033.2798.0052 destinado ao Município de Doverlândia - GO por meio de Emenda Parlamentar para a Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Art. 3º O município elencado no Anexo I deve confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema de Informações do PAA - SISPA.

Art. 4º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva da proposta de participação registrada pelo ente no SISPA, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ÊNIO ANTÔNIO MARQUES PEREIRA

ANEXO I

Estado	Município	Número da Emenda Parlamentar	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO	Valor total da Emenda Parlamentar	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal (R\$)
				Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores		
GO	DOVERLÂNDIA	19600001-2020	5207253	16	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
	1					

PORTARIA Nº 32, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Estabelece metas de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea por meio de Emenda Parlamentar.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 7º, inciso I e II, da Portaria SESAN/MDS nº 50, de 30 de agosto de 2018, e Art. 5º, inciso III §1º inciso II, da Portaria MC nº 305, de 10 de março de 2020, e conforme Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e

CONSIDERANDO a adesão dos municípios ao Programa de Aquisição de Alimentos, em conformidade com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, e suas atribuições, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e a Resolução nº 45, de 13 de abril de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais, resolve:

Art. 1º Propor ao município que aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, relacionado no Anexo I, metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo do plano operacional, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado por igual período em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 2º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério da Cidadania - MC realizará pagamentos a beneficiários fornecedores ou a organizações fornecedoras, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MC, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.5033.2798.0214 destinado ao Município de Maués - AM por meio de Emenda Parlamentar para a Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Art. 3º O município elencado no Anexo I deve confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema de Informações do PAA - SISPA.

Art. 4º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva da proposta de participação registrada pelo ente no SISPA, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ÊNIO ANTÔNIO MARQUES PEREIRA

ANEXO I

Estado	Município	Número da Emenda Parlamentar	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO	Valor total da Emenda Parlamentar	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal (R\$)
				Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores		
AM	MAUÉS	40680018 - 2020	1302900	77	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
	1					

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.800, DE 30 DE JUNHO DE 2020

Prorroga, até 31.07.2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28.04.2020, alterada pela Portaria 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e em razão da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID-19, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de julho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, alterada pela Portaria nº 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 47/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Conceia, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Conceia apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:
Processo nº.: 01200.001215/2015-49 (423)
CNPJ: 04.952.095/0001-02 - MATRIZ
Razão Social: UNIÃO EDUCACIONAL META LTDA.
Nome da Instituição: CENTRO UNIVERSITÁRIO META
Endereço da Instituição: Estrada Alberto Torres, nº 947 - Paz, CEP. 69.919-230, Rio Branco/AC
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0387.2020
O Conceia, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 47/2020/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Conceia esclarece que este parecer não exige a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Conceia, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

OFÍCIO Nº 653/2020/MC

Brasília, 03 de julho de 2020.

Ao(À) Senhor(a)

MARIANA VERAS ARRUDA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, (CNPJ nº 26.124.285/0001-66)

Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia

63800-000 - QUIXERAMOBIM - CE

Assunto: ENTIDADE SEM CONCORRENTES - EXIGÊNCIAS NA FASE DE INSTRUÇÃO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quixeramobim/CE, em razão do Edital nº 241/2018, publicado no Diário Oficial da União de 02/10/2018.

2. Conforme Nota Técnica nº 16914/2019/SEI-MCTIC (4629407) encaminhada por meio do Ofício nº 33007/2019/SECOM/DIPRC/COPRC/CGRC/DECEF/SERAD/MCTIC (4629448), recebido em 04/11/2019, conforme Aviso de Recebimento AR 4859513, com o resultado definitivo, a Entidade foi notificada sobre exigências a serem cumpridas, tendo apresentado resposta em 09/11/2019, por meio do protocolo nº 01250.057814/2019-55.

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, de acordo com os artigos 38 e seguintes, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Ata de eleição dos atuais dirigentes (art. 22, inciso IV): O mandato da diretoria encontra-se vencido desde 20/06/2020. Assim, a entidade deve apresentar a ata de eleição da atual diretoria.

Caso haja alteração na composição da diretoria, deverá ser encaminhado também **novo Requerimento de Outorga**, contendo **todas as declarações** nele elencadas, **observando o modelo correto**, conforme disposição do art. 22, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC. Ressalta-se que o Requerimento, para ter validade, deve ser **assinado por todos os dirigentes**.

Havendo alteração, deve ser encaminhado **Comprovante de maioria e nacionalidade dos novos diretores (art. 22, incisos V e VI):**

Observação 1: a ata de eleição deverá estar registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Observação 2: os cargos da diretoria eleita deverão estar de acordo com os cargos previstos no estatuto social.

Observação 3: no Requerimento de Outorga a ser encaminhado, deverá

constar a qualificação completa e assinatura de **todos** os dirigentes.

Observação 4: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade os seguintes documentos, conforme art. 22, § 3º da Portaria:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

VII - passaporte.

Observação 5: **não é necessário** que sejam encaminhados os comprovantes de maioria e nacionalidade dos membros do **conselho fiscal**.

4. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.

6. Nos termos das Portarias MCTIC nº 1.915, nº 2456 e nº 2800, publicadas no Diário Oficial da União em 30/04/2020, 29/05/2020 e 01/07/2020 (5652426), os prazos para cumprimento de exigências estão suspensos de 20/03/2020 até 31/07/2020, quando serão contados, pelo remanescente.

7. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

8. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html. Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

9. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,

Anexos:

Portarias prazos 5652426



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 10/07/2020, às 15:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5652413** e o código CRC **16C77FC4**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 653/2020/MC - Processo nº 01250.071938/2018-62 - Nº SEI: 5652413

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELANDIA

Quixeramobim (CE), 14 de Julho de 2.020.

Ilma. Sr^a

NATALIA FROEMMING

Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária (Substituta)
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de
Fiscalização

Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações
Brasília – DF

Ref.: a) Ofício nº 653/2020/MC;

b) Processo nº 01250.071938/2018-62

Senhora Coordenadora – Geral,

Relativamente ao subitem 3.1., do ofício acima epigrafado, segue acostado, ata da assembleia geral, realizada em 08/07/2020, devidamente registrada no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas – 2º Ofício, desta comarca, Cartório Queiroz Rocha, no Livro A-26, fls. 159/162, sob o nº 2.037, em 10/07/2020, com o objetivo de reeleger e empossar a atual Diretoria – Executiva e Conselho Fiscal para o quadriênio de 20/06/2. 020 a 20/06/2. 024.

Infere-se das observações 03 e 04, ínsitos no mesmo subitem, que, como não ocorreu alteração do quadro diretivo, ficamos dispensados de apresentar novo requerimento de outorga e comprovante de nacionalidade e maioridade.

Certos da habitual atenção.
Cordialmente,

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
DE NENELANDIA**

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
DE NENELANDIA**


MARIANA VERAS ARRUDA
Diretora – Presidente

CCR

CARTÓRIO QUEIROZ ROCHA
2º OFÍCIO DE QUIXERAMOBIM
CNPJ/MF 05.534.078/0001-00
Serventia Extrajudicial
DANIEL QUEIROZ ROCHA
Tabelião e Registrador

CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO, a pedido verbal e de parte interessada que revendo os livros de registro de pessoas jurídicas existente em cartório e arquivo, a cargo de sua Titular Daniel Queiroz Rocha, neles, verifiquei constar sob o número 02037 do livro A-26, folha 159/162 em data de 10 de julho de 2020 o registro da ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELANDIA.

Quixeramobim, 14 de julho de 2020

Jaél Dantas Coutinho Teixeira

JAEI DANTAS COUTINHO TEIXEIRA
Escrevente Autorizada



Assinatura
A/C401784-H9E9

SELO DIGITAL DE
AUTENTICIDADE



Consulte a validade do Selo Digital pelo
número QR Code ou pelo link

Rua Bougeval Leão, 678, Centro, Quixeramobim/CE, CEP: 63.800-000, Fone: (88) 3441-1294 - email:
cartorioqueirozrocha@gmail.com

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**

CNPJ(MF): 26.124.285/0001-66

Aos 08 (oito) dias do mês de Julho do ano de 2.020 (dois mil e vinte), às 19h00min (dezenove) horas, na Vila de Nenelândia, s/nº (sem número) – Distrito de Nenelândia, município de Quixeramobim, Estado do Ceará, sede desta associação, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os associados da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, órgão soberano da vontade social (Artigo 12), convocada pela presidente da Diretoria Executiva (Artigo 14 do Estatuto Social), através de edital afixado na sede desta associação, sob a presidência do **SRª. MARIANA VERAS ARRUDA** (Artigo 13), que convidou a mim, **LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA**, para secretariar os trabalhos. Dando início aos trabalhos, a Presidente comunicou aos presentes que esta Associação participa do Edital de Seleção Pública nº 241/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União, edição de 02 de Outubro de 2.018, Seção 3, página 14, originário do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que tem como objeto a outorga de autorização, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), de caráter comunitário, neste Município, designando o canal 285 (Frequência 104,9 MHz), conforme processo nº 01250.071938/2018-62. Em seguida, a Presidente comunicou aos presentes que esta assembleia tem como finalidade única eleger e empossar os membros da Diretoria – Executiva e Conselho Fiscal, para o quadriênio de 20 de Junho de 2.020 a 20 de Junho de 2.024, conforme o Artigo 17 e Artigo 24, parágrafo primeiro, respectivamente, do Estatuto Social. A **SRª. MARGARETH CORDEIRO MACIEL**, sugeriu a recondução dos atuais membros da Diretoria – Executiva e do Conselho Fiscal. Lembrou que a reeleição não contraria o disposto no Artigo 40, inciso V, da Portaria nº 4.334/2.015, alterado pela Portaria nº 1.909, de 06 de Abril de 2.018, bem como o Artigo 17 do Estatuto Social, que dispõe que será admitida apenas uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos. A Presidente colocou em votação a proposta de recondução. Sendo aprovado pelos presentes. Foram reeleitos por aclamação e logo empossados, ficando assim constituído: **DIRETORIA – EXECUTIVA: DIRETORA - PRESIDENTE – MARIANA VERAS ARRUDA**: Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 03/09/1.988, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007143397-4

LEPH

mtz

- S.S.P.D.S./CE e do CPF de nº 021.705.783-74; b) DIRETOR - ADMINISTRATIVO - **LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA**: Brasileiro, solteiro, maior, nascido em 07/04/1975, Agricultor, residente e domiciliado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia, portador da cédula de identidade RG Nº 2008532900-7 - S.S.P.D.S./CE e do CPF de nº 010.378.603-14 e c) DIRETORA - FINANCEIRA - **JAYNY RUFINO DA SILVA**: Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 23/05/1. 975, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Fazenda Cangati, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2008243173-0 - S.S.P.D.S./CE e do CPF de nº 050.188.173-56. **CONSELHO FISCAL**: a) **MARGARETH CORDEIRO MACIEL**: Brasileira, Solteira, Maior, nascida em 14/11/1. 970, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Rua Sebastião Ferreira, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 1892550-89 - S.S.P./CE e do CPF de nº 510.458.693-68 e b) **TABITA FEITOSA DE OLIVEIRA**: Brasileira, Casada, sob o regime de comunhão parcial de bens, Agricultora, residente e domiciliada no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, na Localidade Poço da Pedra, s/nº - Distrito de Nenelândia, portadora da cédula de identidade RG Nº 2007021012812-S.S.P.D.S./CE e do CPF de nº 041.571.513-5. A Presidente da Assembleia informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida, esclarecendo que aprovada pelos presentes, deverá proceder ao respectivo registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas - Cartório Queiroz Rocha - 2º Ofício, comarca de Quixeramobim, Estado do Ceará. E, sem mais para o momento, eu, LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes, conforme lista de presença que integra a presente ata.

Nenelândia - Quixeramobim(CE), 08 de Julho de 2.020

2º Ofício de
Quixeramobim-CE

Mariana Veras Arruda
MARIANA VERAS ARRUDA
Presidente

Luiz Carlos Paz Holanda
LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA
Secretario

LePA



CARTÓRIO
QUEIROZ ROCHA

1º OFÍCIO DE QUIXERAMOBIM - CE
Rua Sanguetá, s/nº, 575 - Centro - Fone: (85) 3445.1794
Daniel Queiroz Rocha - Titular

RECONHECIMENTO nº 013644

Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de: (1) MARIANA VERAS ARRUDA

Quixeramobim, CE, 10 de Julho de 2020. Em test. da verdade

RONETE MARIA DA SILVA MARAL - Escrivão Autorizada
Não sou responsável com o valor de autenticação - Emolumentos: R\$ 2,00 + R\$ 0,00 + Selo: R\$ 1,10 -
Total: R\$ 3,10 - Selo: 000450867

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça

Nº 1.229/20

AAC402153-BMS

SELO DIGITAL DE
AUTENTICIDADE



Verifique a autenticidade do documento
acessando o link: <https://www.tjce.org.br/portal/validar>

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça

Selo Tipo 1

AAD059381-C9F8

SELO DIGITAL DE
AUTENTICIDADE



Verifique a autenticidade do documento
acessando o link: <https://www.tjce.org.br/portal/validar>

CARTÓRIO
QUEIROZ ROCHA

2º OFÍCIO DE QUIXERAMOBIM - CE
Rua Gonçalves Lado, 873 - Centro - Fone: (85) 3441-1294
Daniel Queiroz Rocha - Tabelião



Cartório Queiroz Rocha

2º Ofício

Daniel Queiroz Rocha

Tabelião

CEP 63600 - Quixeramobim-CE

Fone: 3441-1294

Natureza do Título: ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, Protocolo nº
1229/20, em 10/07/2020, Registro nº 3037, Livro A-26, Fls. 159/162.
Assistente: ASSOCIAÇÃO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA
do Q. Quixeramobim, 10/07/2020. Selo: AAC402153-BMS/AAD059381-C9F8.

EDINETE MARIA DA SILVA AMARAL

EMOL: REG: R\$ 65,53 Selo: R\$ 4,27 Protocolo: R\$ 47,04 Laudat: R\$ 4,65
Requerimento: R\$ 15,00 FAADep: R\$ 5,30 PERMOL: R\$ 8,44 PRIMP: R\$ 5,91 ISS:
R\$ 5,91 Total: R\$ 150,10

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

LISTA DOS ASSOCIADOS PRESENTES A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 08/07/2020, COM O OBJETIVO DE ELEGER E EMPOSSAR OS MEMBROS DA DIRETORIA - EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA - QUIXERAMOBIM-CE

	NOME	CPF	ASSINATURA
01	MARIANA VERAS ARRUDA	021.705.783-74	Mariana Veras Arruda
02	LUIZ CARLOS PAZ HOLANDA	010.378.603-14	Luiz Carlos Paz Holanda
03	JAYNY RUFINO DA SILVA	050.188.173-56	Jayny Rufino da Silva
04	MARGARETH CORDEIRO MACIEL	510.458.693-68	Margareth Cordeiro Maciel
05	TABITA FEITOSA DE OLIVEIRA	041.571.513-05	Tabita Feitosa de Oliveira

Mariana Veras Arruda
Luiz Carlos Paz Holanda
Jayny Rufino da Silva
Margareth Cordeiro Maciel
Tabita Feitosa de Oliveira



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.124.285/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/06/2016
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO VL NENELANDIA	NÚMERO S N	COMPLEMENTO *****
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3406-0082
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/06/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/09/2020** às **17:49:04** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CNPJ: **26.124.285/0001-66**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 17:53:34 do dia 02/09/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
CNPJ: 26.124.285/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:50:05 do dia 02/09/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/03/2021.

Código de controle da certidão: **75C1.4CEA.814D.E88B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.124.285/0001-66

Certidão nº: 21495356/2020

Expedição: 02/09/2020, às 17:51:43

Validade: 28/02/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.124.285/0001-66**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Data de Envio:

18/05/2021 10:41:25

De:

MCOM/Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal
<corec@mctic.gov.br>

Para:

nenelandiafm@gmail.com
LMCRADIODIFUSAO@GMAIL.COM

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério Das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a), Senhor (a)

Ref: 01250.071938/2018-62

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via
Petição Eletrônica.

Anexos:

Oficio_7314438.html
Certidão_7313689_PGPN.pdf

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.124.285/0001-66

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA

Endereço: VILA NENELANDIA 0100 TERREO / ZONA RURAL / QUIXERAMOBIM / CE / 63800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/08/2020 a 17/09/2020

Certificação Número: 2020081905410448841853

Informação obtida em 02/09/2020 17:52:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA.**

Assunto: **Consulta ao sistema de fiscalização RADAR da Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Após análise do processo nº 01250.071938/2018-62, de interesse da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, na localidade de Quixeramobim/CE, informo que, de acordo com o sistema de fiscalização RADAR, até esta data, **não existe**, nessa localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que conste razão social, nome fantasia, endereço, coordenadas geográficas, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da entidade supracitada.

Brasília, 03 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 03/09/2020, às 07:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5844534** e o código CRC **F88AEC56**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MC nº 5844534

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA.**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Quixeramobim, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento do pedido de outorga.

Brasília, 03 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 03/09/2020, às 07:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5844540** e o código CRC **123A00D5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MC nº 5844540

Município/UF: QUIXERAMOBIM/CE **REVISÃO FINAL**

Processo nº: 01250.071938/2018-62

CNPJ: 26.124.285/0001-66

Número de Concorrentes: 0

Nome da Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

Nº do Edital/Ano: **241/2018 publicado no DOU em 02/10/2018**

Prazo de Inscrição: 03/10/2018 a 03/12/2018

1. Data de Postagem/SEI: fl. 118 (3654140) 29/11/2018

2. Tempestividade: (x) SIM () NÃO

3. Requerimento de Outorga: fl. 1/3 (3654140) **f. 3/5 (4211913)**

4. Estatuto Social: **f. 5/13 (4833898)** Registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

5. Ata de Constituição: fl. 13/15 (3654140) Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO

6. Ata de Eleição: fl. 26/28 (3654140) para o período de 20/06/2016 a 20/06/2020 **vencida**

f. 3/5 (5702648) reeleição de 08/07/2020 a 08/07/2024 ok

6.1. Ata de Eleição Registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas: (X) SIM () NÃO **(4211913- certidão cartório Livro A dos registros)**

7. Comprovantes de Maioridade e Nacionalidade/CPF: fl. 30/35 (3654140)

7.1. Diretoria:

MEMBRO - Cargo/Nome	PARTIDO	TÍTULO/ NASCIMENTO	CPF	VÍNCULOS
PRESIDENTE – Mariana Veras Arruda – f. 30	Não	066772980728 03/09/1988	021.705.783-74	Não
DIR. ADM – Luiz Carlos Paz Holanda – f. 32	Não	037913700701 07/04/1975	010.378.603-14	Não
DIR. OPER – Jayny Rufino da Silva – f.34	Não	084563360728 23/05/1997	050.188.173-56	Não

8. Manifestações em Apoio: fl. 36/116 (3654140)

9. Vínculo: () SIM (x) NÃO

10. Comprovante de Pagamento da Taxa de Cadastramento: fl. 117 (3654140)

11. Pesquisa Anatel 4017610() e Radar (4016868)

12. Pesquisas Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: 4016869()

12.1 Certidões (não são habilitantes): CNPJ (4016864), Certidão FGTS (4016866), Certidão PGFN (4016865), Certidão CNDT (4016867):

OBSERVAÇÕES: 01/04/2019: Informar endereço e coordenadas. Registro Livro B.

13/09/2019: NT 4865/2019 CADSEI em 10/04/2019, resposta em 20/05/2019: exigências cumpridas. Para instrução

PARA INSTRUÇÃO, somente após resultado final da fase de habilitação:

1. Estatuto social:

1.1 Adequações à Portaria:

- a) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: 3º
- b) Garantia de ingresso gratuito, como associado: 5º
- c) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: 7º,
- d) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: 7º, parágrafo único
- e) Órgão administrativo e cargos: 19
- f) Atribuições do Órgão administrativo: 20/23
- g) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: 17- 4 anos e uma reeleição
- h) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: 32/33

1.2 Adequação ao Código Civil:

- a) Denominação, fins e sede: 1º/2º
- b) Requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados: 4º, 8º
- c) Direitos e deveres dos associados: 9º, 10
- d) Fontes de recursos para sua manutenção: 28
- e) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos: 15
- f) Condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução: 15/16
- g) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas: 16
- h) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, com direito de defesa e recurso à assembleia: 8º
- i) Previsão das competências privativas da Assembleia Geral (eleição e destituição dos administradores e alterar o estatuto): assembleia especialmente convocada e quórum estabelecido no estatuto: 15/16
- j) Garantia de convocação dos órgãos deliberativos por 1/5 (um quinto) dos associados: 14
- k) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio: 16, 36

2. Certidões:

- 2.1 CNPJ: (5844522)
- 2.2 Certidão FGTS: (5844533)
- 2.3 Certidão PGFN : (5844530)
- 2.4 Certidão CNDT: (5844532)
- 2.5 Justiça Federal/Estadual dos dirigentes: (5844540)

3. Pesquisa Anatel (5844527) e Radar (5844534)

- 4. Anexo 6/ART: fl. 16/20 (4833898)

OBSERVAÇÕES: 13/09/2019: Instrução: estatuto social e anexo 6. Pesquisas vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok.

02/07/2020: NT 16914/2019 recebida em 04/11/2019, resposta em 09/11/2019: Exigências cumpridas. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok. Ata de eleição venceu em 20/06/2020. Após apresentação e renovação de pesquisas, para revisão final.

03/09/2020: Ofício 653/2020 recebido em 14/07/2020, resposta em 14/07/2020: exigência cumprida. Renovadas pesquisas de vínculos, TSE, TRF5 e TJCE ok. Para revisão final.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.071938/2018-62, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, inscrita no CNPJ sob nº 26.124.285/0001-66, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quixeramobim/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3415/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MC, por intermédio de seu Parecer nº xxxxx/2019/CONJUR/MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

**MINUTA
PORTARIA**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.071938/2018-62, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, CNPJ nº 26.124.285/0001-66, cuja sede se situa na Vila Nenelândia, s/nº, na localidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

Brasília, 03 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 03/09/2020, às 07:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 03/09/2020, às 10:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5844616** e o código CRC **B08D8EAF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MC nº 5844616

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Serviço de Análise de Renovação e Outorga de Rádio Comunitária
NOTA TÉCNICA Nº 3415/2020/SEI-MC

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto: **REVISÃO FINAL DO PROCESSO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do requerimento da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Quixeramobim/CE**, em atendimento ao Edital nº 241/2018, publicado no Diário Oficial da União de 02/10/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 29/11/2018, às fl. 1/3 (3654140), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Mariana Veras Arruda Diretor Administrativo: Luiz Carlos Paz Holanda Diretor Operações: Jayny Rufino da Silva
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
Endereço: Rua Sebastião Ferreira e Silva, nº 15, Distrito de Nenelândia, Quixeramobim, CE Coordenadas geográficas: 05°26'48"S de latitude e 39°11'47"W de longitude
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
Endereço: Rua Sebastião Ferreira e Silva, nº 15, Distrito de Nenelândia,

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/12/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	f. 3/5 (4211913)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 5/13 (4833898)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 13/15 (3654140)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 3/5 (5702648)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	f. 30/35 (3654140)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	f. 36/116 (3654140)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	f. 117 (3654140)

8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 16/20 (4833898)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.	5844522
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	5844527
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	5844533
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	5844530
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	5844532
14.	Despacho - Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.	5844534

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Quixeramobim/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho 5844540.

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 03/09/2020, às 07:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Souza da Silva, Engenheiro**, em 03/09/2020, às 10:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 04/09/2020, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 10/09/2020, às 20:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5844569** e o código CRC **C4870A73**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 5844569

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto: **Deferimento. Outorga**

De acordo.

Encaminhe-se a Nota Técnica 3415/2020 (5844569) e Despacho SECOM_TEMP (5844616), à Consultoria Jurídica para conhecimento e providência que julgar necessária.

Brasília, 18 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 22/09/2020, às 14:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5891760** e o código CRC **F9F9A668**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MCOM nº 5891760

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 53/2020 (5958672), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 07/10/2020, às 18:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5958858** e o código CRC **043130FC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MCOM nº 5958858



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-

6535/6196

PARECER n. 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia.

ASSUNTO: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

EMENTA: Processo Administrativo. Serviço de radiodifusão comunitária. Inexistência óbice legal **desde que haja a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 a 33 do Estatuto da entidade.** Ausência de **comprovante de endereço da presidente da associação, documento que deve ser providenciado,** embora haja declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga. Deferimento da autorização pleiteada. Submissão ao Congresso Nacional. Encaminhamento à SERAD.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do DESPACHO s/nº (SEI 5891760), a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo em epígrafe cujo teor versa sobre a seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Quixeramobim, no Estado do Ceará.**

2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD tornou público o Edital de Seleção Pública nº 241/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 02 de outubro de 2018, que trata da inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quixeramobim, no Estado do Ceará, conferindo prazo de 60 (sessenta) dias para inscrição dos interessados e apresentação de documentação instrutória.

3. Nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 3415/2020/SEI-MCTIC, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD assim se manifestou sobre a habilitação da Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia que foi a **única entidade interessada** no citado processo seletivo (Doc. nº 5844569 – SEI), *in verbis*:

“1. Trata-se do requerimento da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA para autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quixeramobim/CE, em atendimento ao Edital nº 241/2018, publicado no Diário Oficial da União de 02/10/2018.

ANÁLISE

2. A Entidade, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou requerimento em 29/11/2018, às fl. 1/3 (3654140), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, conforme segue:

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

QUADRO DIRETIVO
<i>Presidente: Mariana Veras Arruda</i> <i>Diretor Administrativo: Luiz Carlos Paz Holanda</i> <i>Diretor Operações: Jayny Rufino da Silva</i>
LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR / SISTEMA IRRADIANTE
<i>Endereço: Rua Sebastião Ferreira e Silva, nº 15, Distrito de Nenelândia, Quixeramobim, CE</i> <i>Coordenadas geográficas: 05°26'48"S de latitude e 39°11'47"W de longitude</i>
LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO
<i>Endereço: Rua Sebastião Ferreira e Silva, nº 15, Distrito de Nenelândia, Quixeramobim, CE</i>

3. O pleito da Requerente é tempestivo, visto que o prazo para inscrição na seleção pública se encerrava em 03/12/2018.

4. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1998, e na Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018, verificou-se a completa instrução do Processo, conforme check-list abaixo:

ITEM		FL. / NÚMERO DO DOCUMENTO
1.	Requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas.	f. 3/5 (4211913)
2.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 5/13 (4833898)
3.	Ata de constituição da entidade registrada no Livro A do Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 13/15 (3654140)
4.	Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	f. 3/5 (5702648)
5.	Comprovantes relativos à maioria e à nacionalidade dos dirigentes.	f. 30/35 (3654140)
6.	Manifestações de apoio à iniciativa, válidas, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço.	f. 36/116 (3654140)
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	f. 117 (3654140)
8.	Projeto técnico conforme art. 39 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC.	f. 16/20 (4833898)
9.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.	5844522
10.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	5844527
11.	Certidão que comprove a regularidade da Entidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	5844533
12.	Certidão conjunta negativa de débitos da Entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	5844530
13.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da Entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no	5844532

	<i>Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</i>	
14.	<i>Despacho – Consulta ao sistema de fiscalização RADAR.</i>	<u>5844534</u>

5. Ressalta-se que, considerando o Edital em referência e a distância de quatro quilômetros, prevista no art. 7º, inciso V da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1909/2018/SEI-MCTIC e nº 1976/2018/SEI-MCTIC, verificou-se que **apenas a Requerente demonstrou interesse na prestação do Serviço. Assim, não houve concorrência.**

6. Após consultas aos sítios do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e da respectiva Subseção Judiciária de Quixeramobim/CE, e do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante as Justiças Federal e Estadual, que inviabilizem o deferimento da outorga, conforme Despacho [5844540](#).

CONCLUSÃO

7. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.” [Grifamos].

4. A SERAD se posicionou, como supracitado, pelo deferimento do pedido de outorga, nos seguintes termos: “Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme check-list constante do item 4 desta Nota Técnica.”

5. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Anexo do Doc. nº 5844616 – SEI).

6. Esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

7. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado pela da Constituição Federal, pela **Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.**

8. Ademais, esta Consultoria Jurídica, com fulcro na Lei Complementar 73/93, cinge-se ao exame de aspectos de legalidade dos autos. Mérito administrativo (conveniência e oportunidade) são da alçada da autoridade administrativa.

9. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no [art. 223 da Constituição](#), aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e demais disposições legais. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001](#))

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no [art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição](#), sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001](#))

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
 - II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
 - III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
 - IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
 - V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.
- (...)

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. ([Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002](#))

(...)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as **fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.**

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão **manter residência na área da comunidade atendida.**

(...)

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária **não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.**

[Grifamos]

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

ANEXO

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária - RadCom, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), como um Serviço de Radiodifusão Sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do Serviço.

(...)

Art. 11. São competentes para executar o RadCom fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a executar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

(...)

Art. 14. As entidades interessadas na execução do RadCom, inclusive aquela cuja petição originou o comunicado de habilitação, deverão apresentar ao Ministério das Comunicações, no prazo fixado no comunicado de habilitação, os documentos a seguir indicados, além de atender as disposições estabelecidas em norma complementar:

- I - estatuto da entidade, devidamente registrado;
 - II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;
 - III - prova de que seus diretores são brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos;
 - IV - comprovação de maioria dos diretores;
 - V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;
 - VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.
- Art. 15. Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço, estando regular a documentação apresentada, o Ministério das Comunicações expedirá autorização à referida entidade.

10. É oportuno destacar que o procedimento seletivo em análise foi regido pela Portaria deste Ministério nº 4.334, de 17 de setembro de 2015 (DOU de 21 de setembro de 2015), com alterações realizadas pela Portaria nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU de 9 de abril de 2018), visto que era o ato normativo infralegal vigente à época da publicação do aviso de habilitação de interessados, *in verbis*:

PORTARIA Nº 4.334, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

Art. 1º Esta Portaria visa regulamentar as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, instituído pela [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#).

Parágrafo único. Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço. (NR) ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 8º O processo de outorga de autorização para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá às seguintes fases:

- I - publicação do edital;
- II - habilitação;
- III - seleção da entidade com maior representatividade;
- IV - instrução do processo selecionado; e
- V - procedimentos para finalizar a outorga de autorização.

Da Habilitação

Art. 21. A habilitação é a fase do processo de outorga em que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações verifica a tempestividade da apresentação dos documentos habilitantes e se estes atendem ao definido no edital. ([Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 22. São documentos habilitantes:

- I - requerimento de outorga ([Anexo 2](#)), com as declarações nele elencadas; ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))
- II – estatuto social da entidade atualizado;
- III – ata de constituição da entidade;
- IV – ata de eleição dos atuais dirigentes;
- V – prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- VI – comprovação de maioria de todos os diretores; e
- VII – manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).
- VIII - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º As coordenadas indicadas no Requerimento de Outorga devem respeitar o [art. 23](#), estar situadas dentro da área do Município e obedecer à padronização GPS-WGS84, na forma GGº MM’ SS”, com apenas dois dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM’) como os segundos (SS”) na latitude e na longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59.

§ 2º Todas as atas bem como as eventuais alterações do estatuto social devem estar registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A prova da maioria e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento ou casamento;
- II - certificado de reservista;
- III - cédula de identidade;
- IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
- V - carteira profissional;
- VI - carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou

VII - passaporte.

(...)

Art. 23. As coordenadas geográficas do sistema irradiante propostas pelas entidades interessadas deverão **guardar uma distância mínima de quatro quilômetros do sistema irradiante de entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

Art. 24. Caso algum dos documentos constantes do art. 22 seja **enviado em desacordo com as disposições desta Portaria, será conferida uma única oportunidade, a ser cumprida no prazo improrrogável de sessenta dias**, para que a irregularidade encontrada seja saneada, sob pena de inabilitação.

(...)

Art. 28. Seleção é a fase na qual serão escolhidas, dentre as concorrentes habilitadas, aquela que passará à fase de instrução processual, tendo em consideração a pontuação em manifestações em apoio válidas e as relações de concorrência direta e indireta.

Parágrafo único. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência.

(...)

Da Instrução

Art. 38. A fase de instrução é o momento em que a entidade selecionada deve apresentar documentos ainda não encaminhados, desde que não sejam habilitantes, ou retificar vícios sanáveis.

(...)

§ 2º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo com os documentos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 39. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

Art. 39. São documentos necessários à instrução:

I - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento;

II - Formulário de Dados de Funcionamento da Estação;

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

(...)

Art. 41. Com o objetivo de instruir o processo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará solicitação, a ser cumprida no prazo de trinta dias, prorrogável uma única vez e por igual período a requerimento da entidade interessada. § 1º Caso a entidade apresente resposta, mas não envie todos os documentos ou os envie com alguma deficiência, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará apenas mais uma solicitação a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.

§ 2º Na hipótese do art. 16, § 1º, **ou em Município que não possua entidade autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, poderão ser encaminhadas até duas notificações adicionais à entidade, cada qual a ser cumprida no prazo improrrogável de trinta dias.**

Do Recurso

Art. 46. Das decisões administrativas cabe recurso para impugnar as razões de legalidade e de mérito.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará, sem necessidade de provocação, à autoridade superior.

§ 2º O **prazo para interposição de recurso administrativo é de trinta dias**, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O prazo recursal é improrrogável, mas pode ser suspenso nos termos da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 47. O recurso interpõe-se por meio de requerimento, no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

§ 1º **Na análise do recurso, não serão considerados documentos apresentados na fase recursal e que deveriam ter sido apresentados em outro momento processual.**

§ 2º O disposto no §1º não se aplica:

I - quando todas as concorrentes forem inabilitadas; ou

II - no caso de decisão que inabilita a entidade por descumprimento do § 1º do art. 22.

§ 3º Na hipótese do art. 47, § 2º, II, eventual alteração das coordenadas não prejudicará o andamento de outros processos já habilitados e a entidade perderá toda a pontuação obtida com manifestações em apoio.

Da Autorização para Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária

Art. 70. A autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária será formalizada mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º A portaria a que se refere o caput deverá indicar, no mínimo:

I – razão social da entidade;

II – número de registro no CNPJ da entidade;

III – serviço objeto da outorga;

IV – Município e Unidade da Federação de execução do serviço;

V – prazo de outorga e;

VI – frequência e canal de operação.

§ 2º A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no [art. 2º](#), parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998.

11. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

12. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionados à **apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal**.

II.2 – ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

13. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado na análise e processamento da solicitação para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

14. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da já citada NOTA TÉCNICA Nº 3415/2020/SEI-MCTIC, manifestou-se favorável à autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia.

15. Verifica-se que a SERAD se manifestou no sentido de que houve o preenchimento dos requisitos previstos na normas aplicáveis à espécie, para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim/CE.

16. Como foi abordado alhures, a Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia foi a **única entidade habilitada**, não havendo outras entidades interessadas/concorrentes na prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

17. No que concerne ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nos normativos de regência, notadamente a Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015, verifica-se que o requerimento administrativo apresentado pela citada Associação é tempestivo, porquanto foi apresentado (postagem) em 29 de novembro de 2018, dentro do prazo previsto no Edital de Seleção Pública nº 241/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 02 de outubro de 2018, conforme checklist realizado pela SERAD (Doc nº 5844569 - SEI).

18. A referida Associação carrou os seguintes documentos, dentre outros: i) requerimento de outorga, subscrito por todos dirigentes (Doc. nº 4211913- fls. 01/05- SEI); ii) Estatuto Social, devidamente registrado, contendo a finalidade de executar o serviço de radiodifusão comunitária (Doc. nº 4833898 – fls. 5/13); iii) Ata registrada de constituição registrada no cartório (Doc. nº 3654140 – fls. 13/15 - SEI); iv) Ata de eleição correspondente à diretoria em exercício, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas (Doc. nº 5702648 – fls. 3/5- SEI); v) comprovantes de nacionalidade e maioria dos diretores dirigentes (Doc. nº 3654140 – fls. 30/35 - SEI); vi) Manifestações de apoio à iniciativa, firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Doc. nº 3654140 – fls. 36/116- SEI); vii) Comprovante de recolhimento de taxa de cadastramento (Doc. nº 3654140 – fls. 117 SEI); viii) Formulário de dados de funcionamento da estação/projeto técnico (Doc. nº 4833898 – fls. 16/19 - SEI); ix) Comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ (Doc. nº 5844522 - SEI); x) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel (Doc. nº 5844527- SEI); xi) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja validade era **até o dia 17 de setembro de 2020** (Doc. nº 5844533 - SEI); xii) certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, cuja validade é até 01 de março de 2021 (Doc. nº 5844530- SEI); xiii) certidão negativa de débitos trabalhistas, cuja validade é até 28 de fevereiro de 2021 (Doc. nº 5844532 - SEI); xiv) informação sobre a inexistência de operação clandestina pela citada Associação, conforme pesquisa no sistema de fiscalização - RADAR (Doc. nº 5844534- SEI); xv) inexistência de processos judiciais que obstem o deferimento da outorga (Doc. nº 5844540- SEI).

19. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º- após a primeira alteração) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (arts. 32/33), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 4833898 – fls. 5/13-SEI). **Quanto ao Conselho Comunitário, ainda não foi constituído, constando somente do documento estatutário. Logo, antes da formalização da outorga é necessário que haja a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 a 33 do Estatuto da entidade.**

20. Foi modificado o artigo 5º do Estatuto da entidade, para incluir a previsão de ingresso gratuito de associados.

21.A SERAD informa que não existem vínculos vedados pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, como se constata do disposto no quadro de conferência documental aposto na Nota Técnica 3415/2020/SEI-MCTIC (Doc Sei 5844569).

22.Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 4211913- fls. 01/05- SEI). Todavia, nota-se a ausência de **comprovante de endereço da presidente da associação, sra. Mariana Veras Arruda documento que deve ser providenciado**, embora haja declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga.

23.É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, **notadamente em relação ao FGTS**, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

24.Face ao exposto e após o atendimento das orientações acima apresentadas não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a concessão de autorização ora solicitada a Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quixeramobim/CE, pelo prazo de 10 (dez) anos.

III – CONCLUSÃO

25.Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações acima apresentadas é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;

b) o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º- após a primeira alteração) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (arts. 32/33), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 4833898 – fls. 5/13-SEI). **Quanto ao Conselho Comunitário, ainda não foi constituído, constando somente do documento estatutário. Logo, antes da formalização da outorga é necessário que haja a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 a 33 do Estatuto da entidade.**

c) Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 4211913- fls. 01/05- SEI). Todavia, nota-se a ausência de **comprovante de endereço da presidente da associação, sra. Mariana Veras Arruda, documento que deve ser providenciado**, muito embora haja declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga.

d)É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, **notadamente em relação ao FGTS**, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;

d) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

e) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

f)É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

g)Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2020.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
ADVOGADA DA UNIÃO
COORDENADORA JURÍDICA DE LICITAÇÃO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 509605199 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK. Data e Hora: 06-10-2020 13:21. Número de Série: 17397143. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00134/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o PARECER n. 00053/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, elaborado pela advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre processo seletivo para obtenção de autorização relacionada à prestação de serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quixeramobim/CE.
3. É necessário que a SERAD atente para as orientações apresentadas nos itens 19, 23 e 25, subitens "b" e "d" do PARECER n. 00053/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, que versa sobre a observância da apresentação de documentos e certidões atualizados, inclusive sobre a regularidade no sistema de fiscalização junto FGTS, por ocasião da formalização da autorização, assim como sobre a comprovação da constituição do conselho comunitário.
4. Após o devido atendimento das orientações acima mencionadas, não existe impedimento jurídico para o acolhimento do pedido de autorização para exploração de serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia.
5. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.
6. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

Brasília, 06 de outubro de 2020.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 509648066 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 06-10-2020 17:57. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00147/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

1. De acordo. À consideração da Sra. Consultora Jurídica, para avaliação.

Brasília, 07 de outubro de 2020.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 511313308 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 07-10-2020 16:03. Número de Série: 63699179115455140128219511629. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)

2027-6535/6196

DESPACHO n. 00149/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 07 de outubro de 2020.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 511569621 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 07-10-2020 17:22. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

DESPACHO

Processo nº: 01250.071938/2018-62

Referência: Parecer nº 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5958672)

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia.

Assunto: Revisão final de outorga. Consulta Conjur. Devolução dos autos.

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administradora**, em 08/10/2020, às 08:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5959298** e o código CRC **D46913CA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MCOM nº 5959298



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – CGCE

PARECER Nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO nº 53000.027498/2012

INTERESSADO: Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

EMENTA: Consulta. Conselho Comunitário – momento para instituição.

I – Consulta referente ao Conselho Comunitário antevisto pelo art. 8º da Lei nº 9.612, de 1998.

II – Prazo máximo para sua instituição: previamente à expedição da autorização de operação em caráter provisório ou da licença para funcionamento.

III – Devolução dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

A Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, por intermédio da Nota Técnica nº 1559/2012/CGRC/DEOC/SCE-MC (fls. 2/3), consulta acerca do Conselho Comunitário de que trata a Lei nº 9.612, de 1998 (a qual instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária).

2. A consulta se originou com questionamento de entidade participante de procedimento seletivo na localidade de Corumbataí, Estado de São Paulo (Associação Amigos de Corumbataí – Aviso nº 43, publicado no DOU de 19.01.2012), uma vez que teria iniciado o procedimento para alteração de seu estatuto, de modo a incluir a previsão do referido Conselho Comunitário, mas que se deparou com negativa por parte do cartório competente, diante da inexistência de prévia assembleia e por não se tratar ainda de autorizada, nos termos do art. 8º da Lei de RadCom.

3. Diante da negativa do registro em tempo hábil para apresentação da nova documentação já alterada por ocasião do prazo do aviso de habilitação, indaga-se acerca da possibilidade de emissão de uma declaração por parte desse Ministério de modo a dispensá-la da constituição do Conselho antes da outorga.

4. É o sucinto relatório.

5. O já mencionado Conselho Comunitário encontra previsão na Lei nº 9.612, de 1998, em seu art. 8º, senão, veja-se:

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a

programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

6. Depreende-se, da leitura supra, o fundamental papel a ser desempenhado pelo referido Conselho, atuando como verdadeiro fiscal da emissora em prol da comunidade atendida, de modo a garantir a observância dos princípios como (I) preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; (II) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida; (III) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; e (IV) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

7. Condição impostergável é a que diz respeito a sua composição, nos termos do supratranscrito art. 8º, qual seja, um órgão de no mínimo cinco membros, os quais representem entidades da comunidade local, desde que legalmente instituídas. Almeja a lei, igualmente, conferir uma participação diversificada e democrática ao órgão responsável pelo controle social sobre tão importante serviço público¹.

8. Por outro lado, a Lei ou seu Decreto Regulamentador (Decreto nº 2.615, de 1998) não determina que o referido Órgão detenha necessariamente previsão original no Estatuto, de onde se infere que o mesmo possa ser instituído posteriormente, em assembleia realizada pela entidade, com previsão a ser devidamente registrada em cartório, de modo a lhe conferir autenticidade, segurança e eficácia².

9. Quanto ao momento em que deve ser criado, muito embora a Lei também não o preveja expressamente, pode-se extrair do referido articulado que a exigência volta-se para a "entidade autorizada a explorar o Serviço". Desse modo, não se faz necessário que o referido órgão já esteja instituído por ocasião do prazo do Aviso, não se constituindo, portanto, em requisito de habilitação. Em verdade, o comando legal volta-se para aquela entidade já selecionada e para quem foi emitida a respectiva autorização.

10. Nesse sentido, aliás, já vem se posicionando esta CONJUR, ao analisar processos que se encontrem em fase final, com eleição de entidade a ser vencedora e cujo estatuto não anteveja a criação do referido Conselho. Nesses casos, tem-se opinado pela outorga da autorização, desde que seja providenciada ulteriormente a instituição do Conselho Comunitário.

11. A possibilidade de instituição posterior ao prazo do aviso também encontra respaldo na atual Norma Complementar nº 1, de 2011 (a qual rege o processo seletivo de que participa a entidade em questão), senão, veja-se.

12. Muito embora no subitem 8.2, alínea "k"³, conste que o estatuto social da entidade deva conter a previsão de instituição de um Conselho Comunitário, eventual ausência estatutária de referida indicação não enseja o indeferimento liminar do processo da entidade,

¹ Sobre a importância do serviço de RadCom, o qual se encontra inserido no âmbito do serviço de radiodifusão pública, leciona Ericson M. Scorsim [*in* TV Digital e Comunicação Social – Aspectos Regulatórios – TVS Pública, Estatal e Privada. Fórum. Belo Horizonte: 2008. p. 260]:

Já o sistema de radiodifusão público possibilita a concretização dos direitos à educação e à cultura, por intermédio das televisões educativas, e especialmente, no caso das televisões [*rectius*: rádios] comunitárias, o exercício direto pelos cidadãos das liberdades de expressão e de comunicação social. Vale dizer, o sistema público é o âmbito, por excelência, para a realização dos direitos sociais relacionados à educação e à cultura.

² Trata-se de princípios antevistos pela Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 1973), em seu art. 1º *in verbis*.
Art. 1º Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei.

³ 8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:
(...)

k) indicar que constituirá um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária.



nos termos dos subitens 8.3.1 (que prevê o indeferimento quando não observados o disposto nas alíneas "f" – endereço completo - e "g" – finalidade de executar o serviço de RadCom - do subitem 8.2 e no subitem 8.3) e 10.6, "a" (o qual antevê o indeferimento quando não obedecidas as previsões dos subitens 8.1.2 e 8.3.1) – ou seja, articulados que não abrangem a referida alínea "k", de onde se conclui pela possibilidade de posterior remessa de ofício de exigência à entidade, a fim de sanar a pendência.

13. Nesse diapasão, deve a entidade autorizada proceder à devida instituição do Conselho Comunitário até, no máximo, previamente à emissão (i) da autorização de operação em caráter provisório (hipótese prevista no subitem 16.1 da Norma Complementar nº 1/2011, caso o Congresso Nacional não tenha ainda apreciado a Portaria de autorização no prazo previsto no art. 64, §§2º e 4º, da Constituição Federal) ou (ii) da Licença de Funcionamento, ocasião em que estará apta para executar o serviço propriamente. Deve a SCE, portanto, conferir se a entidade já conta com o órgão em tela para que possa expedir a autorização em caráter provisório/Licença para Funcionamento.


14. Por fim, não se mostra despidendo frisar que a não manutenção do Conselho Comunitário configura-se em infração, nos termos do inciso V do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 1998.

15. Em face do exposto, pode-se concluir pela possibilidade de a entidade Associação Amigos de Corumbataí, participante do processo seletivo para a outorga do serviço de RadCom para a localidade de Corumbataí, Estado de São Paulo, (Aviso nº 43 – DOU de 19.01.2012) continuar no procedimento em tela, *desde que preenchidos os demais requisitos legais*, devendo providenciar a instituição de seu Conselho Comunitário, caso se sagre vencedora, até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente.

16. Elaboradas as considerações acima, por intermédio das quais, salvo melhor juízo, restou esclarecida a consulta *in casu*, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

À consideração superior.

Brasília, 20 de junho de 2012


SOCORRO JANAINA M. LEONARDO
Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

EM BRANCO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal
NOTA TÉCNICA Nº 282/2021/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto:: **DEVOLUÇÃO À CONJUR. ESCLARECIMENTOS.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Quixeramobim/CE, em razão do Edital nº 241/2018, publicado no Diário Oficial da União de 02/10/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 3415/2020/SEI-MC (5844569), esta Coordenação-Geral de Outorgas submeteu o processo à Consultoria Jurídica, conforme determina o art. 50 da Portaria nº 4334/2015 e suas alterações: *“Art. 50. Havendo uma entidade vencedora e concluída a análise dos recursos eventualmente interpostos, o processo será remetido à Consultoria Jurídica para análise quanto à regularidade do procedimento.”*

3. Em devolução, por meio do Parecer Jurídico nº 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5958672) A Consultoria Jurídica devolveu o processo, com as seguintes exigências:

*“19. Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º- após a primeira alteração) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (arts. 32/33), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 4833898 – fls. 5/13-SEI). **Quanto ao Conselho Comunitário, ainda não foi constituído, constando somente do documento estatutário. Logo, antes da formalização da outorga é necessário que haja a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 a 33 do Estatuto da entidade.***

...

*22. Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 4211913- fls. 01/05- SEI). **Todavia, nota-se a ausência de comprovante de endereço da presidente da associação, sra. Mariana Veras Arruda documento que deve ser providenciado, embora haja declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga.***

23. É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

...

25. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações acima apresentadas é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;

b) o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º- após a primeira alteração) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (arts. 32/33), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 4833898 - fls. 5/13-SEI). **Quanto ao Conselho Comunitário, ainda não foi constituído, constando somente do documento estatutário. Logo, antes da formalização da outorga é necessário que haja a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 a 33 do Estatuto da entidade.**

c) Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 4211913- fls. 01/05- SEI). **Todavia, nota-se a ausência de comprovante de endereço da presidente da associação, sra. Mariana Veras Arruda, documento que deve ser providenciado, muito embora haja declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga. “**

d) É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária

4. Da transcrição do Parecer, verifica-se que a Consultoria Jurídica entendeu ser exigível, **neste momento**, que a composição do Conselho Comunitário esteja concluída, nos termos do art. 8º da Lei nº 9.612/1998 e dos art. 113 a 116 da Portaria nº 4.334/2015, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1.909/2018 e 1.976/2018, destacando-se:

Lei nº 9.612/1998:

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Portaria nº 4.334/2015 e alterações:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições:

I - indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; e

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos.

§ 1º O estatuto social não será considerado irregular, na forma do inciso I do **caput**, se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão.

§ 2º O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realize ou realizará proselitismo.

Art. 113. O Conselho Comunitário é órgão autônomo de **fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de**

Rádiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar, no mínimo, cinco Conselheiros Comunitários.

§ 4º A entidade autorizada deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade que vier a compor o Conselho.

Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I - fiscalizar a programação da emissora;

II - solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III - fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV - realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V - receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI - submeter ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Rádiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. O relatório deverá ser assinado por todos os Conselheiros Comunitários e devem estar indicadas as entidades representadas por cada um deles.

5. Tendo em vista o disposto no art. 40, inciso V da mesma Portaria, nos processos que tramitam perante a Coordenação-Geral de Outorgas é exigido das interessadas que tal **órgão de fiscalização** conste do estatuto social, com a correta composição e suas competências e, em caso de alguma divergência e/ou ausência, a entidade é notificada a alterar o estatuto social.

6. Entretanto, em razão das competências específicas do Conselho Comunitário, que dizem respeito diretamente à **programação veiculada pela entidade autorizada**, é exigida a previsão legal, mas a sua instituição e correta constituição somente será exigida após o deferimento da outorga, nas palavras do Parecer nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU (6366353):

“13. Nesse diapasão, deve a entidade autorizada proceder à devida instituição do Conselho Comunitário até, no máximo, previamente à emissão (i) da autorização de operação em caráter provisório (hipótese prevista no subitem 16.1 da Norma Complementar nº 1/2011, caso o Congresso nacional não tenha ainda apreciado a Portaria de autorização no prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º, da Constituição Federal) ou (ii) da licença de Funcionamento, ocasião em que estará apta para executar o serviço propriamente. Deve a SCE, portanto, conferir se a entidade já conta com o órgão em tela para que possa expedir a autorização em caráter provisório/Licença para funcionamento.”

7. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, nunca houve óbice para que conste no estatuto social, a expressa previsão de que o Conselho Comunitário “somente será constituído no prazo máximo de 30 dias após o recebimento da licença provisória.”

8. Com relação à exigência de apresentação de **comprovante de residência** da Sra. Mariana Veras Arruda, a despeito de ter firmado a declaração de que reside na área da comunidade atendida, esclarece-se que tal medida não é mais exigida das entidades, principalmente desde a edição a Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018 que aprovou, inclusive seus anexos, de interesse ao caso, o Anexo 2, que vem a ser o “Requerimento de Outorga”.

9. Assim, na intenção de desburocratização e simplificação dos procedimentos, não mais são exigidos comprovantes de residência dos dirigentes, uma vez que firmam as declarações, em especial:

"XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora ; e

...

*Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga."*

10. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, no mínimo desde a publicação da Portaria nº 1.909/2018, em 09/04/2018, não há exigência para que seja apresentado comprovante de residência dos dirigentes.

11. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral solicita que a Consultoria Jurídica informe, de forma vinculante a todos os processos de outorga em andamento, **(i)** se deve ser exigida a composição do Conselho Comunitário para a elaboração da revisão final do processo, **(ii)** bem como a obrigatoriedade de comprovante de endereço dos dirigentes, ou se mantém o entendimento sedimentado anterior, para as duas questões abordadas.

CONCLUSÃO

12. Com base nos esclarecimentos apresentados, esta Coordenação -Geral de Outorgas opina pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica, para dirimir a dúvida suscitada, para aplicação a todos os processos de outorga em andamento.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior, em 19/02/2021, às 13:57 (horário oficial de



Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 19/02/2021, às 14:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 19/02/2021, às 14:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/03/2021, às 19:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6366357** e o código CRC **2FB0189B**.

Minutas e Anexos:

Parecer Jurídico 1100/2012 6366353

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 6366357

Ofício Interno nº 1515/2021/MCOM

Brasília, 4 de março de 2021

A Senhora
Carolina Scherer Ricca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica 282/2021/SEI-MCOM (6366357)

Senhora Consultora Jurídica,
Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica 282/2021/SEI-MCOM (6366357), para conhecimento e providência que julgar necessária.
Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 05/03/2021, às 17:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6664204** e o código CRC **24718194**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 1515/2021/@setor@ - Processo nº 01250.071938/2018-62 - Nº SEI: 6664204



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

NOTA n. 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

1. Através da **NOTA TÉCNICA Nº 282/2021/SEI-MCOM** (SEI 6366357), a Secretaria de Radiodifusão encaminha os autos a esta Consultoria *"para dirimir a dúvida suscitada, para aplicação a todos os processos de outorga em andamento"*.

2. Trata-se de processo que versa sobre a seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quixeramobim, no Estado do Ceará. A regularidade do procedimento já foi objeto de análise jurídica (**PARECER n. 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**), que assim concluiu:

III – CONCLUSÃO

25.Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações acima apresentadas é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;

b) o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º- após a primeira alteração) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (arts. 32/33), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 4833898 – fls. 5/13-SEI). **Quanto ao Conselho Comunitário, ainda não foi constituído, constando somente do documento estatutário. Logo, antes da formalização da outorga é necessário que haja a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 a 33 do Estatuto da entidade.**

c) Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 4211913- fls. 01/05- SEI). Todavia, nota-se a ausência de **comprovante de endereço da presidente da associação, sra. Mariana Veras Arruda, documento que deve ser providenciado**, muito embora haja declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga.

d)É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, **notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial**, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;

d) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

e) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

f) É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

g) Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

3. Ato contínuo, a área técnica solicita esclarecimentos sobre as recomendações expostas na manifestação supra citada, nos seguintes termos:

5. Tendo em vista o disposto no art. 40, inciso V da mesma Portaria, nos processos que tramitam perante a Coordenação-Geral de Outorgas é exigido das interessadas que tal **órgão de fiscalização** conste do estatuto social, com a correta composição e suas competências e, em caso de alguma divergência e/ou ausência, a entidade é notificada a alterar o estatuto social.

6. Entretanto, em razão das competências específicas do Conselho Comunitário, que dizem respeito diretamente à **programação veiculada pela entidade autorizada**, é exigida a previsão legal, mas a sua instituição e correta constituição somente será exigida após o deferimento da outorga, nas palavras do Parecer nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU ([6366353](#)):

“13. Nesse diapasão, deve a entidade autorizada proceder à devida instituição do Conselho Comunitário até, no máximo, previamente à emissão (i) da autorização de operação em caráter provisório (hipótese prevista no subitem 16.1 da Norma Complementar nº 1/2011, caso o Congresso nacional não tenha ainda apreciado a Portaria de autorização no prazo previsto no art. 64, ++2º e 4º, da Constituição Federal) ou (ii) da licença de Funcionamento, ocasião em que estará apta para executar o serviço propriamente. Deve a SCE, portanto, conferir se a entidade já conta com o órgão em tela para que possa expedir a autorização em caráter provisório/Licença para funcionamento.”

7. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, nunca houve óbice para que conste no estatuto social, a expressa previsão de que o Conselho Comunitário “somente será constituído no prazo máximo de 30 dias após o recebimento da licença provisória.”

8. Com relação à exigência de apresentação de **comprovante de residência** da Sra. Mariana Veras Arruda, a despeito de ter firmado a declaração de que reside na área da comunidade atendida, esclarece-se que tal medida não é mais exigida das entidades, principalmente desde a edição a Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018 que aprovou, inclusive seus anexos, de interesse ao caso, o Anexo 2, que vem a ser o “Requerimento de Outorga”.

9. Assim, na intenção de desburocratização e simplificação dos procedimentos, não mais são exigidos comprovantes de residência dos dirigentes, uma vez que firmam as declarações, em especial:

“XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora ; e

...

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.”

10. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, no mínimo desde a publicação da Portaria nº 1.909/2018, em 09/04/2018, não há exigência para que seja apresentado comprovante de residência dos dirigentes.

11. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral solicita que a Consultoria Jurídica informe, de forma vinculante a todos os processos de outorga em andamento, (i) se deve ser exigida a composição do Conselho Comunitário para a elaboração da revisão final do processo, (ii) bem como a obrigatoriedade de comprovante de endereço dos dirigentes, ou se mantém o entendimento sedimentado anterior, para as duas questões abordadas.

4. Entretanto, antes de adentrar aos questionamentos da área técnica, alguns aspectos merecem melhor análise, a fim de que não restem quaisquer dúvidas quanto à aplicação das orientações emitidas por este órgão de

assessoramento.

5. Senão vejamos.

6. A Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, assim dispõe sobre o Conselho Comunitário:

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

7. No campo infralegal, o mencionado órgão é retratado na Portaria n.º 4.334, de 17 de fevereiro de 2015, nas seguintes disposições:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá estar de acordo com o Código Civil e conter as seguintes disposições: ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

(...)

V – especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

- a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;
- b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente constituídas. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho, sendo permitido, neste caso, que uma mesma entidade indique mais de um representante, até totalizar, no mínimo, cinco Conselheiros Comunitários. ([Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

§ 4º A entidade autorizada deverá encaminhar cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ de cada entidade que vier a compor o Conselho. ([Incluído pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018](#))

8. O PARECER Nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, emitido no processo n.º 53000.027498/2012, enfrentou o tema no que tange ao momento da constituição do Conselho Comunitário, concluindo que a entidade deve "*providenciar a instituição de seu Conselho Comunitário, caso se sagre vencedora, até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente*".

9. Todavia, a partir da manifestação técnica, infere-se que a Secretaria entende que a constituição do Conselho Comunitário possa ocorrer após o recebimento da licença provisória:

7. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, nunca houve óbice para que conste no estatuto social, a expressa previsão de que o Conselho Comunitário "somente será constituído no prazo máximo de 30 dias após o recebimento da licença provisória."

10. Portanto, imperioso esclarecer **se o órgão técnico de fato exige a constituição do Conselho Comunitário previamente à emissão da autorização para operação em caráter precário ou da licença para funcionamento, como orienta o Parecer citado de 2012.**

11. Assim, sugere-se a devolução do caso ao órgão técnico responsável, para que se possa, após a complementação solicitada, emitir manifestação definitiva quanto à definição e momento da instituição do Conselho Comunitário.

À consideração superior.

Brasília, 15 de março de 2021.

TÔNIA LAVOGADE COSTA

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 595863500 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 15-03-2021 14:01. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00328/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Consulta sobre a instalação do Conselho Comunitário

1. Aprovo a NOTA n. 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Conforme o item 10 da NOTA, é necessário que a Secretaria de Radiodifusão esclareça em que momento é verificada a constituição do Conselho Comunitário da entidade que obteve a outorga para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 18 de março de 2021.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 598060729 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 18-03-2021 08:18. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00332/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 18 de março de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 598752095 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 18-03-2021 11:41. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

DESPACHO

Processo nº: **01250.003334/2019-74**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento da Nota nº 92/2021 (6817597), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 18/03/2021, às 12:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6817756** e o código CRC **A76D4815**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MCOM nº 6817756

DESPACHO

Processo nº: 01250.071938/2018-62

Referência: Nota nº 92/2021 (6817597)

Interessado: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA - CE

Assunto: Emissão de manifestação definitiva quanto à definição e momento da instituição do Conselho Comunitário

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para providências cabíveis.

Brasília, 18 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 18/03/2021, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6817902** e o código CRC **9240FED5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MCOM nº 6817902

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

NOTA TÉCNICA Nº 3499/2021/SEI-MCOM

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Assunto: **RETORNO DOS AUTOS À CONSULTORIA JURÍDICA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se do pedido de outorga da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Quixeramobim/CE**, em razão do Edital nº 241/2018, publicado no Diário Oficial da União em 02/10/2018.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota nº 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (6817597), a Consultoria Jurídica deste Ministério devolveu os autos a esta Coordenação-Geral de Outorgas, a fim de que fossem esclarecidos procedimentos:

"8. O PARECER Nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, emitido no processo n.º 53000.027498/2012, enfrentou o tema no que tange ao momento da constituição do Conselho Comunitário, concluindo que a entidade deve "providenciar a instituição de seu Conselho Comunitário, caso se sagre vencedora, até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente".

9. Todavia, a partir da manifestação técnica, infere-se que a Secretaria entende que a constituição do Conselho Comunitário possa ocorrer após o recebimento da licença provisória:

7. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, nunca houve óbice para que conste no estatuto social, a expressa previsão de que o Conselho Comunitário "somente será constituído no prazo máximo de 30 dias após o recebimento da licença provisória."

10. Portanto, imperioso esclarecer se o órgão técnico de fato exige a constituição do Conselho Comunitário previamente à emissão da autorização para operação em caráter precário ou da licença para funcionamento, como orienta o Parecer citado de 2012.

11. Assim, sugere-se a devolução do caso ao órgão técnico responsável, para que se possa, após a complementação solicitada, emitir manifestação definitiva quanto à definição e momento da instituição do Conselho Comunitário."

3. Sobre o assunto informa-se que o procedimento definido por esta Coordenação-Geral é, para a emissão da licença provisória, quando da verificação do processo, para requerer à Anatel a expedição de ato de RF, juntamente com o pedido de informação de horário de funcionamento (se já não houver nos autos), seja solicitada a apresentação da constituição do Conselho Comunitário.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Outorgas opina pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento do feito.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 26/03/2021, às 15:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 26/03/2021, às 15:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 26/03/2021, às 19:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 08/04/2021, às 18:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6849293** e o código CRC **620DAA7C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 6849293

Ofício Interno nº 2854/2021/MCOM

Brasília, 13 de abril de 2021

A Senhora
Carolina Scherer Ricca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 3499/2021/MCOM (6849293)

Senhora Consultora Jurídica,
Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 3499/2021/MCOM (6849293), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.
Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 13/04/2021, às 19:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7021157** e o código CRC **7F3F1E17**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 2854/2021/@setor@ - Processo nº 01250.071938/2018-62 - Nº SEI: 7021157



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00141/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

ASSUNTOS: Consulta. Conselho Comunitário. Apresentação comprovante endereço presidente da entidade.

EMENTA: I. Consulta encaminhada pela Secretaria de Radiodifusão, em razão de divergência quanto a orientações jurídicas anteriores.

II. Momento para constituição do Conselho Comunitário. Necessidade de discriminação no Estatuto da entidade. Prazo máximo para instituição do órgão: previamente à expedição da autorização de operação em caráter provisório ou da licença para funcionamento.

III. Apresentação do comprovante de residência da Presidente da Associação interessada. Declaração prevista na Portaria n.º 4.334/2015, alterada pela Portaria n.º 1.909/2018 e pela Portaria n.º 1.976/2018, que traz todas as regras sobre como serão processados os pedidos de outorga. Cabe à área técnica verificar a observância do disposto no art. 7º, p. único, da Lei n.º 9612/98.

IV - Restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para providências.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo que versa sobre a seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Quixeramobim, no Estado do Ceará. A regularidade do procedimento foi objeto de análise jurídica (**PARECER n. 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**), que assim concluiu:

III – CONCLUSÃO

25.Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações acima apresentadas é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;

b) o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º- após a primeira alteração) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (arts. 32/33), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 4833898 – fls. 5/13-SEI). **Quanto ao Conselho Comunitário, ainda não foi constituído, constando somente do documento estatutário. Logo, antes da formalização da outorga é necessário que haja a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 a 33 do Estatuto da entidade.**

c) Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos possuem bons antecedentes (Doc. nº 4211913- fls. 01/05- SEI). Todavia, nota-se a ausência de **comprovante de endereço da presidente da associação, sra. Mariana Veras Arruda, documento que deve ser**

providenciado, muito embora haja declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga.

d) É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, **notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial**, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;

e) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

f) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

g) É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

h) Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

2. Ato contínuo, através da **NOTA TÉCNICA Nº 282/2021/SEI-MCOM** (SEI 6366357), a Secretaria de Radiodifusão solicita esclarecimentos sobre as recomendações expostas na manifestação supra citada, remetendo os autos a esta Consultoria *"para dirimir a dúvida suscitada, para aplicação a todos os processos de outorga em andamento"*, nos seguintes termos:

5. Tendo em vista o disposto no art. 40, inciso V da mesma Portaria, nos processos que tramitam perante a Coordenação-Geral de Outorgas é exigido das interessadas que tal **órgão de fiscalização** conste do estatuto social, com a correta composição e suas competências e, em caso de alguma divergência e/ou ausência, a entidade é notificada a alterar o estatuto social.

6. Entretanto, em razão das competências específicas do Conselho Comunitário, que dizem respeito diretamente à **programação veiculada pela entidade autorizada**, é exigida a previsão legal, mas a sua instituição e correta constituição somente será exigida após o deferimento da outorga, nas palavras do Parecer nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU ([6366353](#)):

“13. Nesse diapasão, deve a entidade autorizada proceder à devida instituição do Conselho Comunitário até, no máximo, previamente à emissão (i) da autorização de operação em caráter provisório (hipótese prevista no subitem 16.1 da Norma Complementar nº 1/2011, caso o Congresso nacional não tenha ainda apreciado a Portaria de autorização no prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º, da Constituição Federal) ou (ii) da licença de Funcionamento, ocasião em que estará apta para executar o serviço propriamente. Deve a SCE, portanto, conferir se a entidade já conta com o órgão em tela para que possa expedir a autorização em caráter provisório/Licença para funcionamento.”

7. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, nunca houve óbice para que conste no estatuto social, a expressa previsão de que o Conselho Comunitário “somente será constituído no prazo máximo de 30 dias após o recebimento da licença provisória.”

8. Com relação à exigência de apresentação de **comprovante de residência** da Sra. Mariana Veras Arruda, a despeito de ter firmado a declaração de que reside na área da comunidade atendida, esclarece-se que tal medida não é mais exigida das entidades, principalmente desde a edição da Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2018 que aprovou, inclusive seus anexos, de interesse ao caso, o Anexo 2, que vem a ser o “Requerimento de Outorga”.

9. Assim, na intenção de desburocratização e simplificação dos procedimentos, não mais são exigidos comprovantes de residência dos dirigentes, uma vez que firmam as declarações, em especial:

"XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora ; e

...

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga."

10. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, no mínimo desde a publicação da Portaria nº 1.909/2018, em 09/04/2018, não há exigência para que seja apresentado comprovante de residência dos dirigentes.

11. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral solicita que a Consultoria Jurídica informe, de forma vinculante a todos os processos de outorga em andamento, **(i)** se deve ser exigida a composição do Conselho Comunitário para a elaboração da revisão final do processo, **(ii)** bem como a obrigatoriedade de comprovante de endereço dos dirigentes, ou se mantém o entendimento sedimentado anterior, para as duas questões abordadas.

3. A fim de não restarem dúvidas quanto à aplicação das orientações emitidas por este órgão de assessoramento, esta Consultoria emitiu a **NOTA n. 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (SEI 6817597), que solicitou complementação das informações prestadas:

8. O **PARECER Nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, emitido no processo n.º 53000.027498/2012, enfrentou o tema no que tange ao momento da constituição do Conselho Comunitário, concluindo que a entidade deve "*providenciar a instituição de seu Conselho Comunitário, caso se sagre vencedora, até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente*".

9. Todavia, a partir da manifestação técnica, infere-se que a Secretaria entende que a constituição do Conselho Comunitário possa ocorrer após o recebimento da licença provisória:

7. *Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, nunca houve óbice para que conste no estatuto social, a expressa previsão de que o Conselho Comunitário "somente será constituído no prazo máximo de 30 dias após o recebimento da licença provisória."*

10. Portanto, imperioso esclarecer **se o órgão técnico de fato exige a constituição do Conselho Comunitário previamente à emissão da autorização para operação em caráter precário ou da licença para funcionamento, como orienta o Parecer citado de 2012.**

(grifos no original)

4. Em resposta, o órgão técnico, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 3499/2021/SEI-MCOM** (SEI 6849293), prestou os seguintes esclarecimentos:

3. Sobre o assunto informa-se que o procedimento definido por esta Coordenação-Geral é, para a emissão da licença provisória, quando da verificação do processo, para requerer à Anatel a expedição de ato de RF, juntamente com o pedido de informação de horário de funcionamento (se já não houver nos autos), seja solicitada a apresentação da constituição do Conselho Comunitário.

5. Enfim, o **Ofício Interno nº 2854/2021/MCOM** (SEI 7021157), retornou os autos a este órgão de assessoramento "*para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico*".

6. É relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.1 Considerações Iniciais

7. Preliminarmente, ressalte-se que a manifestação da Consultoria Jurídica possui caráter meramente opinativo, fundamentando-se no art. 11, incisos I e V da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União).

8. Depreende-se do teor da **NOTA TÉCNICA Nº 282/2021/SEI-MCOM** (SEI 6366357), complementada pela **NOTA TÉCNICA Nº 3499/2021/SEI-MCOM** (SEI 6849293), que as questões em debate cingem-se **ao prazo máximo para instituição do Conselho Comunitário e à (não) obrigatoriedade de apresentação de comprovante de endereço dos dirigentes.**

9. Feitas as ponderações supra, passa-se à fundamentação jurídica concernente à consulta em tela.

II. 2 Dos Questionamentos Apresentados pela Área Técnica

10. Conforme exposto no relatório da presente manifestação, o **PARECER n. 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, aprovado pelos **DESPACHO n. 00134/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, **DESPACHO n. 00147/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e **DESPACHO n. 00149/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, reconheceu a inexistência de óbice legal para deferimento da autorização pleiteada desde que ocorra a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 e 33 do Estatuto da entidade e a apresentação do comprovante de endereço do presidente da associação.

11. A Secretaria, apontando orientações jurídicas anteriores em sentido contrário, encaminhou consulta a este órgão consultivo para manifestação definitiva sobre esses pontos, questionando "*(i) se deve ser exigida a composição do Conselho Comunitário para a elaboração da revisão final do processo, (ii) bem como a obrigatoriedade de comprovante de endereço dos dirigentes, ou se mantém o entendimento sedimentado anterior, para as duas questões abordadas*".

II.2.1 Do Momento da Composição do Conselho Comunitário

12. O Conselho Comunitário encontra previsão na Lei nº 9.612, de 1998, em seu art. 8º:

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

13. O Decreto n.º 2.615, também de 1998, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, não traz novas disposições sobre o tema. A Portaria n.º 4.334, de 17 de setembro de 2015, alterada pela Portaria n.º 1.909, de 6 de abril de 2018 e pela Portaria n.º 1.976/2018, de 12 de abril de 2018, por sua vez, assim prevê:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

(...)

IV - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne: a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições; b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução.

(...)

Art. 113. O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente instituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, não poderão ser associados da entidade autorizada nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho.

Art. 115. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I - fiscalizar a programação da emissora;

II - solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;

III - fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;

IV - realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;

V - receber reclamações, denúncias e elogios; e

VI - submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a

avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

14. Aufere-se dos dispositivos transcritos que o Conselho desempenha papel fiscalizatório para observância dos princípios como (I) preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; (II) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida; (III) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; e (IV) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

15. Ao apontar eventual divergência nos posicionamentos jurídicos adotados por esta Consultoria, a área técnica citou o **PARECER Nº 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, aprovado pelos **DESPACHO Nº 4604/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU** e **DESPACHO Nº 4605/2012/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU**, o qual respondeu, à luz da legislação vigente à época, questionamentos acerca do Conselho Comunitário. A mencionada manifestação consagrou que o órgão colegiado não é requisito de habilitação, podendo ser instituído em momento posterior, desde que antes do efetivo funcionamento do serviço, senão vejamos:

9. Quanto ao momento em que deve ser criado, muito embora a Lei também não o preveja expressamente, pode-se extrair do referido articulado que a exigência volta-se para a “entidade autorizada a explorar o Serviço”. Desse modo, não se faz necessário que o referido órgão já esteja instituído por ocasião do prazo do Aviso, não se constituindo, portanto, em requisito de habilitação. Em verdade, o comando legal volta-se para aquela entidade já selecionada e para quem foi emitida a respectiva autorização.

10. Nesse sentido, aliás, já vem se posicionando esta CONJUR, ao analisar processos que se encontrem em fase final, com eleição de entidade a ser vencedora e cujo estatuto não anteveja a criação do referido Conselho. Nesses casos, tem-se opinado pela outorga da autorização, desde que seja providenciada ulteriormente a instituição do Conselho Comunitário.

11. A possibilidade de instituição posterior ao prazo do aviso também encontra respaldo na atual Norma Complementar nº 1, de 2011 (a qual rege o processo seletivo de que participa a entidade em questão), senão, veja-se.

12. Muito embora no subitem 8.2, alínea “k”^[3], conste que o estatuto social da entidade deva conter a previsão de instituição de um Conselho Comunitário, eventual ausência estatutária de referida indicação não enseja o indeferimento liminar do processo da entidade, nos termos dos subitens 8.3.1 (que prevê o indeferimento quando não observados o disposto nas alíneas “f” – endereço completo - e “g” – finalidade de executar o serviço de RadCom - do subitem 8.2 e no subitem 8.3) e 10.6, “a” (o qual antevê o indeferimento quando não obedecidas as previsões dos subitens 8.1.2 e 8.3.1) – ou seja, articulados que não abrangem a referida alínea “k”, de onde se conclui pela possibilidade de posterior remessa de ofício de exigência à entidade, a fim de sanar a pendência.

13. Nesse diapasão, deve a entidade autorizada proceder à devida instituição do Conselho Comunitário até, no máximo, previamente à emissão (i) da autorização de operação em caráter provisório (hipótese prevista no subitem 16.1 da Norma Complementar nº 1/2011, caso o Congresso Nacional não tenha ainda apreciado a Portaria de autorização no prazo previsto no art. 64, §§2º e 4º, da Constituição Federal) ou (ii) da Licença de Funcionamento, ocasião em que estará apta para executar o serviço propriamente. Deve a SCE, portanto, conferir se a entidade já conta com o órgão em tela para que possa expedir a autorização em caráter provisório/Licença para Funcionamento.

14. Por fim, não se mostra despidendo frisar que a não manutenção do Conselho Comunitário configura-se em infração, nos termos do inciso V do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 1998.

15. Em face do exposto, pode-se concluir pela possibilidade de a entidade Associação Amigos de Corumbataí, participante do processo seletivo para a outorga do serviço de RadCom para a localidade de Corumbataí, Estado de São Paulo, (Aviso nº 43 – DOU de 19.01.2012) continuar no procedimento em tela, desde que preenchidos os demais requisitos legais, devendo providenciar a instituição de seu Conselho Comunitário, caso se sagre vencedora, até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente.

(grifos no original)

16. Tendo em vista que a manifestação jurídica transcrita foi emitida em 2012, entende-se que esta deve ser interpretada em consonância com a Portaria n.º 4.334, de 17 de setembro de 2015, com as alterações da Portaria n.º 1.909,

de 6 de abril de 2018, que regulamenta o serviço de rádio comunitária nesta Pasta Ministerial. Assim, com as novas disposições sobre o tema, o Conselho Comunitário deve estar devidamente discriminado no Estatuto da entidade, devendo ser formado por, no mínimo, 05 (cinco) membros, o que se constitui requisito de habilitação, conforme arts. 18, inciso IV e 22, da Portaria n.º 4334/15, com suas alterações posteriores.

17. Quanto ao momento da sua efetiva instituição, a orientação adotada pelo **PARECER N° 1100/2012/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, não merece qualquer retoque. Ou seja, o órgão deve ser constituído até, no máximo, previamente à emissão (i) da autorização de operação em caráter provisório (hipótese prevista no artigo 72 da Portaria n.º 4.334/2015, caso o Congresso Nacional não tenha ainda apreciado a Portaria de autorização no prazo previsto no art. 64, §§2º e 4º, da Constituição Federal) ou (ii) da Licença de Funcionamento, ocasião em que estará apta para executar o serviço propriamente. A Secretaria de Radiodifusão deve conferir se a entidade já conta com o órgão em tela para que possa expedir a autorização em caráter provisório/Licença para Funcionamento.

18. Este posicionamento parece já estar sendo devidamente adotado pelo órgão técnico responsável, uma vez que este afirmou que *"é exigido das interessadas que tal **órgão de fiscalização** conste do estatuto social, com a correta composição e suas competências e, em caso de alguma divergência e/ou ausência, a entidade é notificada a alterar o estatuto social"* (**NOTA TÉCNICA N° 282/2021/SEI-MCOM** - doc. SEI 6366357).

19. Todavia, aqui merece tecer ressalvas ao exposto no item 7 da mencionada manifestação técnica:

7. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, nunca houve óbice para que conste no estatuto social, a expressa previsão de que o Conselho Comunitário "somente será constituído no prazo máximo de 30 dias após o recebimento da licença provisória."

20. Ora, o Estatuto das entidades devem dispor que a composição do Conselho seja concluída antes do início da efetiva prestação do serviço. **De acordo com a legislação regente, não é possível que o órgão venha a ser formado após a emissão da licença provisória de funcionamento, sob qualquer hipótese, em razão das suas finalidades institucionais.**

21. No caso em concreto, existe a previsão de instituição do órgão tão logo a entidade receba a outorga pretendida. **Deve-se ressaltar que a efetiva constituição do órgão deve ser prévia à licença de funcionamento, mesmo que esta seja concedida ainda em caráter provisório.**

II.2.2 Da Necessária Comprovação da Residência dos Dirigentes na localidade

22. Antes de adentrarmos no cerne da discussão, convém repisar o comando hospedado no parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/98, vejamos:

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

23. De acordo com o texto legal acima transcrito, não restam dúvidas de que o legislador resolveu eleger como uma das condições para a outorga do serviço de radiodifusão comunitária a manutenção de residência na área da comunidade atendida, o que no caso em tela, se daria no Município de Quixeramobim/CE.

24. Claro, portanto, o dispositivo legal ao trazer a exigência acerca da necessidade de residência no Município atendido pelo serviço. Ao determinar essa obrigação, quis o legislador que os dirigentes, ou seja, aqueles responsáveis pelos atos de representação da entidade, não se ausentassem do contato com a população atendida pelo serviço de radiodifusão comunitária, garantindo assim, indubitavelmente, maior segurança na prestação do serviço e atendimento à finalidade precípua da Rádio Comunitária.

25. Descumprir a exigência legal de residência no Município atendido pelo serviço é uma forma de contrariar os objetivos pelos quais o serviço de radiodifusão comunitária fora criado, ou seja, o atendimento à comunidade.

26. Em razão disso, **sempre que for detectada a não residência dos dirigentes da associação no Município cujo qual o serviço estiver sendo executado, há que ser rechaçada, de plano, qualquer viabilidade de ser conferida a outorga à execução, eis que não atendido um dos requisitos legais.**

27. No que tange à necessária apresentação do comprovante de residência da Presidente da Associação, a Secretaria teceu as seguintes considerações (**NOTA TÉCNICA N° 282/2021/SEI-MCOM** - doc. SEI 6366357):

8. Com relação à exigência de apresentação de **comprovante de residência** da Sra. Mariana Veras Arruda, a despeito de ter firmado a declaração de que reside na área da comunidade atendida, esclarece-se que tal medida não é mais exigida das entidades, principalmente desde a edição a Portaria n° 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União em

09/04/2018 que aprovou, inclusive seus anexos, de interesse ao caso, o Anexo 2, que vem a ser o "Requerimento de Outorga".

9. Assim, na intenção de desburocratização e simplificação dos procedimentos, não mais são exigidos comprovantes de residência dos dirigentes, uma vez que firmam as declarações, em especial:

"XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora ; e

...

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga."

10. Com base nesse entendimento sedimentado inclusive, no mínimo desde a publicação da Portaria nº 1.909/2018, em 09/04/2018, não há exigência para que seja apresentado comprovante de residência dos dirigentes.

28. Da leitura das normas regulamentares (Portaria n.º 4334/15, alterada pela Portaria n.º 1909/18), de fato, não se constata a necessária apresentação do comprovante de residência do presidente da associação, uma vez que toda a diretoria deve apresentar declaração atestando que reside na localidade a ser abrangida pelo serviço:

Art. 22. São documentos habilitantes:

I - requerimento de outorga (Anexo 2), com as declarações nele elencadas; (redação dada pela Portaria n.º 1.909/2018)

II - estatuto social da entidade atualizado;

III - ata de constituição da entidade;

IV - ata de eleição dos atuais dirigentes;

V - prova de que todos os diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

VI - comprovação de maioria de todos os diretores; e

VII - manifestações em apoio à iniciativa firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço (Anexos 3 e 4).

29. Portanto, a legislação prevê a comprovação do requisito referente à residência por meio de declaração devidamente assinada por cada membro da diretoria da entidade, devendo a área técnica se certificar da manutenção dessa situação durante toda a execução do serviço. Ressalte-se que, em caso de dúvidas, entende-se que a área técnica deve solicitar a apresentação do comprovante de residência dos membros da diretoria. Ademais, caso seja verificada falsidade nas declarações prestadas, deve-se apurar responsabilidade pessoal pelas informações prestadas no documento, em especial a de índole penal.

III - CONCLUSÃO

30. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, **restringindo-se à análise da consulta encaminhada pela NOTA TÉCNICA Nº 282/2021/SEI-MCOM (SEI 6366357), complementada pela NOTA TÉCNICA Nº 3499/2021/SEI-MCOM (SEI 6849293)**, entende que o Conselho Comunitário deve ser instituído pelas entidades consagradas vencedoras até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente, devendo sua composição constar no Estatuto da entidade, na forma definida pela Lei e demais normas regulamentares.

31. Quanto à necessária apresentação do comprovante de residência da Presidente da Associação, observa-se que consta nos autos declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga (doc. SEI 4211913 - fls. 3/5), cabendo à área técnica verificar que esta condição persista durante toda a execução do serviço, diligenciar para que eventuais dúvidas sejam dirimidas, bem como adotar as providências cabíveis nos casos de comprovada falsidade nas informações prestadas.

32. Aduza-se, ainda, que o quadro limitativo constatado neste opinativo não se revela definitivo, posto que passível de atualização por meio da modificação das normas aplicáveis à espécie.

33. Sugere-se o encaminhamento dos autos à Secretaria de Radiodifusão para ciência e providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 28 de abril de 2021.

TÔNIA LAVOGADE COSTA
Advogada da União
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por TONIA LAVOGADE COSTA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 617417439 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TONIA LAVOGADE COSTA. Data e Hora: 28-04-2021 19:26. Número de Série: 37745437151420413935880047606. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00602/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Consulta apresentada sobre o Conselho Comunitário e comprovação de endereço dos dirigentes

1. Aprovo o PARECER n. 00127/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Tônia Lavogade Costa, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre o prazo máximo para instituição do Conselho Comunitário e sobre a apresentação de comprovante de endereço dos dirigentes.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00127/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, é obrigatória, no termos da legislação de regência, a existência do Conselho Comunitário no ato constitutivo das entidades que pretendem executar o serviço de radiodifusão comunitária. Além disso, a entidade vencedora do certame deve constituir o referido Conselho antes da prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento.
4. Os dirigentes das entidades autorizadas a explorar o serviço de radiodifusão comunitária deverão residir na área da comunidade atendida, cuja comprovação deve ocorrer por meio de declaração subscrita pelo dirigente, podendo ser exigido o comprovante de residência, caso seja necessário para sanar eventual dúvida.
5. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 29 de abril de 2021.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 624043821 no endereço eletrônico

<http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 29-04-2021 10:19. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00603/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.071938/2018-62

INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 29 de abril de 2021.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250071938201862 e da chave de acesso 9e97b56b

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 624255635 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 29-04-2021 12:08. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62**

De ordem do Senhor Secretário de Radiodifusão, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Outorga e Pós-Outorga, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 141/2021 (7143124), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 29/04/2021, às 14:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7143642** e o código CRC **6EDE34C0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MCOM nº 7143642

DESPACHO

Processo nº: 01250.071938/2018-62

Referência: Parecer nº 00141/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU 7143124

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia

Assunto: Outorga. Consulta Conjur. Devolução dos autos.

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Outorgas (CGOU) para providências cabíveis.

Brasília, 29 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 29/04/2021, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7144705** e o código CRC **879356AF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI-MCOM nº 7144705

**Sistemas
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD »» RADCOM »» Relatórios »» Plano de Referência | [menu](#) [ajuda](#)

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: CE

Município: Quixeramobim

Município

Canal

Frequência

Quixeramobim

285

104,9

Usuário: - Data: 14/05/2021 Hora: 12:48:01

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.124.285/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/06/2016
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO VL NENELANDIA	NÚMERO S N	COMPLEMENTO *****
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3406-0082
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/06/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.124.285/0001-66

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA

Endereço: VILA NENELANDIA 0100 TERREO / ZONA RURAL / QUIXERAMOBIM / CE / 63800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/04/2021 a 22/08/2021

Certificação Número: 2021042504443881777820

Informação obtida em 14/05/2021 15:40:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.124.285/0001-66

Certidão nº: 15681758/2021

Expedição: 14/05/2021, às 15:42:43

Validade: 09/11/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.124.285/0001-66**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 26.124.285/0001-66 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Outorgas
Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

OFÍCIO Nº 10916/2021/MCOM

Brasília, 13 de maio de 2021.

Ao(À) Senhor(a)

MARIANA VERAS ARRUDA

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** (CNPJ nº 26.124.285/0001-66)

Vila de Nenelândia, s/nº - Distrito de Nenelândia
63800-000 - Quixeramobim/CE

Assunto: PROCESSO nº 01250.071938/2018-62. SANEAMENTO.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Trata-se de requerimento de autorização da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Quixeramobim/CE**, em razão do Edital nº 241/2018, publicado no Diário Oficial da União de 02/10/2018.

2. Conforme art. 42 da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de (DOU) de 21/09/2015, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC, publicadas no DOU respectivamente em 09/04/2018 e em 13/04/2018: "*O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária*".

3. Tendo em vista as disposições da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, e alterações já mencionadas, convoca-se a entidade para a apresentação dos documentos:

3.1. Em consulta aos sítios oficiais, para emissão das certidões previstas no art. 39, incisos III a VII, não foi possível obtê-la(s):

3.2.1. Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: após consulta ao sítio da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (7313689). Por essa razão, solicita-se que a entidade regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos, ou certidão positiva com efeito de negativa.

Observação: A entidade deve manter a situação regularizada, com relação a todos os órgãos acima mencionados, durante todo o curso do processo, pois a constatação de pendência poderá levar ao indeferimento, se esgotadas as possibilidades de notificação para regularização.

4. Salienta-se que esta solicitação será a **ÚLTIMA** que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta intempestiva ou com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de outorga**, na forma do que determina o art. 41, § 1º c/c art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Outorgas **notifica** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação, **sob pena de indeferimento**, nos termos do art. 43, inciso I da Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, alterada pelas Portarias nº 1.909/2018/SEI-MCTIC e nº 1.976/2018/SEI-MCTIC.

6. Cabe ressaltar que, na comunicação da resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério. Ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

7. Informo ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações podem ser obtidas em: <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf> . Para o envio por via postal, deve ser encaminhado para: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar, CEP 70044-900 - Brasília - DF.

8. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,

Anexos:



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal**, em 17/05/2021, às 17:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7314438** e o código CRC **6C951842**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 10916/2021/MCOM - Processo nº 01250.071938/2018-62 - Nº SEI: 7314438

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELANDIA

Quixeramobim (CE), 20 de Maio de 2.021.

Ilma..

VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS

Coordenadora de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e
Estatal

Secretaria de Radiodifusão

Ministério das Comunicações

Brasília – DF

Ref.: a) Ofício nº 10.916/2021/MCOM;

b) Processo nº 01250.071938/2018-62

Senhora Coordenadora,

Em atenção ao subitem 3.2.1., do
ofício acima epigrafado, segue acostado a este, Certidão Negativa de
Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da
União, com o fito de sanear o processo, no qual esta associação
pleiteia a outorga de autorização, para exploração do serviço de
radiodifusão comunitária (RadCom), no município de Quixeramobim
(CE).

Certos da habitual atenção.

Cordialmente,

**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
DE NENELANDIA**



MARIANA VERAS ARRUDA

Diretora – Presidente



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
CNPJ: 26.124.285/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:37:43 do dia 11/06/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/12/2021.

Código de controle da certidão: **6A97.8BB8.5D82.1E5C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.124.285/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/06/2016
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO VL NENELANDIA	NÚMERO S N	COMPLEMENTO *****
CEP 63.800-000	BAIRRO/DISTRITO NENELANDIA	MUNICÍPIO QUIXERAMOBIM
UF CE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3406-0082
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/06/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/09/2021** às **16:23:09** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



CNPJ: **26.124.285/0001-66**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 16:23:53 do dia 01/09/2021 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.124.285/0001-66

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA

Endereço: VILA NENELANDIA 0100 TERREO / ZONA RURAL / QUIXERAMOBIM / CE / 63800-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/08/2021 a 29/09/2021

Certificação Número: 2021083104530356711383

Informação obtida em 01/09/2021 16:26:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA
CNPJ: 26.124.285/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:25:17 do dia 01/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/02/2022.

Código de controle da certidão: **72DD.5573.35A0.1903**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.124.285/0001-66

Certidão nº: 26995117/2021

Expedição: 01/09/2021, às 16:24:41

Validade: 27/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO COMUNITARIA DE NENELANDIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.124.285/0001-66**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: **01250.071938/2018-62.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA.**

Assunto: **Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

1. O Parecer n. 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5958672), se mostrou favorável à emissão de autorização do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos, desde que atendidas as seguintes recomendações, constantes nos itens 19, 23 e 25, conforme apontado no DESPACHO n. 00134/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5958672), são elas:

19.Merece registro que o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º- após a primeira alteração) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (arts. 32/33), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 4833898 - fls. 5/13-SEI).

Quanto ao Conselho Comunitário, ainda não foi constituído, constando somente do documento estatutário. Logo, antes da formalização da outorga é necessário que haja a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 a 33 do Estatuto da entidade.

(...)

23.É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, **notadamente em relação ao FGTS**, antes da edição da portaria ministerial, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

(...)

25.Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

a) Tão somente após o atendimento das recomendações acima apresentadas é que se conclui que não existe impedimento jurídico para emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, estado do Ceará, pelo prazo de 10 (dez) anos;

b) o Estatuto Social da Associação prevê a possibilidade de ingresso gratuito de associados (art. 5º- após a primeira alteração) e, também, prevê a existência de conselho comunitário (arts. 32/33), como requer o art. 40, incisos II e IV, da Portaria deste Ministério nº 4.334, de 2015) - (Doc. nº 4833898 - fls. 5/13-SEI). **Quanto ao Conselho Comunitário, ainda não foi constituído, constando somente do documento estatutário. Logo, antes da formalização da outorga é necessário que haja a instituição do Conselho Comunitário previsto nos artigos 32 a 33 do Estatuto da entidade.**

c) Consta no teor do requerimento de outorga, devidamente assinado pelos dirigentes da mencionada Associação, que os seus representantes afirmam que residem dentro da área pretendida para prestação do serviço de radiodifusão e que os mesmos

possuem bons antecedentes (Doc. nº 4211913- fls. 01/05- SEI). Todavia, nota-se a ausência de **comprovante de endereço da presidente da associação, sra. Mariana Veras Arruda, documento que deve ser providenciado**, muito embora haja declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga.

d)É recomendável que a SERAD verifique a validade das certidões atualizadas relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação, **notadamente em relação ao FGTS, antes da edição da portaria ministerial**, que trata da autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária;

d) as minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD, estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material;

e) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

f)É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta autorizar, por meio de edição de portaria, a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

g)Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

2. Em atenção aos pontos relacionados aos itens 19, 23 e 25 ("b" e "c") foi elaborada Nota Técnica n. 282/2021/SEI-MCOM (6366357) que, solicitou à d. Consultoria que fosse informado *"de forma vinculante a todos os processos de outorga em andamento, (i) se deve ser exigida a composição do Conselho Comunitário para a elaboração da revisão final do processo, (ii) bem como a obrigatoriedade de comprovante de endereço dos dirigentes, ou se mantém o entendimento sedimentado anterior, para as duas questões abordadas."*

3. Por meio da Nota nº 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (6817597), emitido pela Consultoria Jurídica deste Ministério, foram solicitados esclarecimentos que foram prestados por meio da Nota Técnica nº 3499/2021/SEI-MCOM (6849293), retornando os autos à Consultoria Jurídica.

4. A Consultoria Jurídica, por sua vez, se manifestou por meio do Parecer nº 00141/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AG (7143124), da seguinte forma:

30. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, **restringindo-se à análise da consulta encaminhada pela NOTA TÉCNICA Nº 282/2021/SEI-MCOM (SEI 6366357), complementada pela NOTA TÉCNICA Nº 3499/2021/SEI-MCOM (SEI 6849293)**, entende que o Conselho Comunitário deve ser instituído pelas entidades consagradas vencedoras até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente, devendo sua composição constar no Estatuto da entidade, na forma definida pela Lei e demais normas regulamentares.

31. Quanto à necessária apresentação do comprovante de residência da Presidente da Associação, observa-se que consta nos autos declaração firmada pela mesma de que reside na área onde será prestado o serviço da outorga (doc. SEI 4211913 - fls. 3/5), cabendo à área técnica verificar que esta condição persista durante toda a execução do serviço, diligenciar para que eventuais dúvidas sejam dirimidas, bem como adotar as providências cabíveis nos casos de comprovada falsidade nas informações prestadas.

32. Aduza-se, ainda, que o quadro limitativo constatado neste opinativo não se revela definitivo, posto que passível de atualização por meio da modificação das normas aplicáveis à espécie.

33. Sugere-se o encaminhamento dos autos à Secretaria de Radiodifusão para ciência e providências cabíveis.

5. Diante desses esclarecimentos, e tendo em vista que, o momento da instituição do conselho Comunitário deve se dar "até, no máximo, a prévia emissão da respectiva autorização para operação em caráter precário ou da Licença para Funcionamento propriamente", entende-se que neste momento ainda não pode ser exigido, e portanto a sua não instituição não impede a assinatura da portaria e da exposição de motivos.

6. Além do mais, tendo em vista que a declaração firmada pela Presidente da Associação é documento competente à atestar a residência na localidade, bem como, não há nos autos indícios que gerem dúvidas a esse respeito, entende-se por cumpridos os requisitos.

7. Por fim, em atendimento aos itens 23 e 25 ("d") do Parecer n. 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (5958672), foram juntadas as certidões atualizadas da entidade, conforme documento SEI n. 8073037.

8. Com base nessas informações e, uma vez que a Consultoria Jurídica deste Ministério, nos Pareceres supracitados, entende que, atendidos os requisitos solicitados, o processo deverá seguir para apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, deve-se dar prosseguimento ao Processo.

9. Assim, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 14/09/2021, às 13:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Abud Filho, Coordenador-Geral de Outorgas substituto**, em 14/09/2021, às 13:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8108566** e o código CRC **CF1E648C**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.071938/2018-62, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, inscrita no CNPJ sob nº 26.124.285/0001-66, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quixeramobim/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3415/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, complementado pela Nota nº 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e pelo Parecer nº 00141/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AG, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

**MINUTA
PORTARIA**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art.9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.071938/2018-62, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, inscrita no CNPJ sob nº 26.124.285/0001-66, cuja sede se situa na Vila de Nenelândia, S/N - Distrito de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 3617, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art.9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.071938/2018-62, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, inscrita no CNPJ sob nº 26.124.285/0001-66, cuja sede se situa na Vila de Nenelândia, S/N - Distrito de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 21/10/2021, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8111471** e o código CRC **8E13166A**.

Brasília, 14 de setembro de 2021.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.071938/2018-62, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, inscrita no CNPJ sob nº 26.124.285/0001-66, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quixeramobim/CE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3415/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, complementado pela Nota nº 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e pelo Parecer nº 00141/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AG, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº XXXX, de XX de XXXXXXX de XXXX, publicada no DOU de XX/XX/XXXX.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 21/10/2021, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8111477** e o código CRC **69815DDF**.

Referência: Processo nº 01250.071938/2018-62

SEI nº 8111477

Ofício Interno nº 10174/2021/MCOM

Brasília, 15 de setembro de 2021

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Portaria nº 3617/2021/MCOM-SEI (8111471) e
Exposição de Motivos (8111477)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DEOPO_MCOM (8108566), encaminho a Vossa Senhoria a Portaria nº 3617/2021/MCOM-SEI (8111471) e Exposição de Motivos (8111477), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 16/09/2021, às 18:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8115048** e o código CRC **D2A2C1DB**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 10174/2021/MCOM - Processo nº 01250.071938/2018-62 - Nº SEI: 8115048

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 26/10/2021 11:00:17
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 6718482
Data prevista de publicação: 27/10/2021
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
13948351	ATO PORTARIA MCOM NA 3617.rtf	ed30fea1c22ab639 7d37b8c5151e5e60	8,00	R\$ 264,32
TOTAL DO OFICIO			8,00	R\$ 264,32

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/10/2021 | Edição: 203 | Seção: 1 | Página: 36

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 3.617, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art.9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.071938/2018-62, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, inscrita no CNPJ sob nº 26.124.285/0001-66, cuja sede se situa na Vila de Nenelândia, S/N - Distrito de Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Ofício Interno nº 12248/2021/MCOM

Brasília, 29 de outubro de 2021

Ao Senhor
Marcus Vinícius Queiroz Barbosa
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (8111477)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3617/2021/SEI-MCOM (8317495), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos Outorga (8111477), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 29/10/2021, às 14:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8330547** e o código CRC **7087D5EE**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 12248/2021/MCOM - Processo nº 01250.071938/2018-62 - Nº SEI: 8330547

Brasília, 26 de Janeiro de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.071938/2018-62, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação, para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, inscrita no CNPJ nº 26.124.285/0001-66, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quixeramobim/CE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3415/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, complementado pela Nota nº 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e pelo Parecer nº 00141/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AG, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 3.617, de 14 de setembro de 2021, publicada no DOU de 27/10/2021.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 1972/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.071938/2018-62.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 26/01/2022, às 19:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9289883** e o código CRC **16A581EA**.